# REVISTA [ ... ] TRÊS PONTOS

CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFMG
ISSN: 1808-169X
Ano 15. N.1
Jan/Jun 2018
e-ISSN: 2525-4592

## DOSSIÊ OCUPAÇÕES

Anamaria Melo do Nascimento
Antônio Fábio Macedo de Sousa
Beatriz Chiconi
Gabriel Barreto Lopes
Gustavo Henrique Serafim França
João Pedro Vazquez
Lara de Paula Passos
Leandro Gomes Moreira Cruz
Luana Marques Carlos
Maria Edivania Vieira da Silva
Marianna Lyra Cardoso
Mayra Cristina Costa
Matheus Mota
Morgana Elisha Jahnke
Rhuann Fernandes

UFMG
Universidade Federal de Minas Gerais

# [ EDITORIAL ]

## REINVENTAR O QUOTIDIANO, O ESPAÇO E A POLÍTICA:
UM CONVITE A OCUPAR

Tomar posse, preencher, apoderar-se, firmar, ocupar, resistir. É com essa proposta que a Revista Três Pontos apresenta um dossiê especial voltado para o tema das ocupações que se alastraram pelo país no ano de 2016.

As ocupações brasileiras são intrinsecamente articuladas com a especificidade de seus contextos políticos, pois possuem conexão com as jornadas de junho de 2013 que irromperam no cotidiano tanto dos manifestantes quanto dos não manifestantes como algo grandioso, histórico e importante em si mesmo, ocasionando uma mudança de olhar às formas de ação coletiva. As ocupações também foram incentivadas pelos retrocessos políticos e sociais após o golpe parlamentar sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff. Nesse sentido, ao anúncio do congelamento de recursos da educação, saúde e assistência social por vinte anos e de uma polêmica reforma do Ensino Médio, as ocupações surgem como resistência, como uma forma de não silenciamento. Como uma (re) ação, como o jeito que dava para fazer algo, ali mesmo, com aqueles recursos, para reivindicar, para lutar. Para acreditar.

Mais de mil escolas e quase cem universidades foram ocupadas. A reflexão sobre as ocupações brasileiras, portanto, não pode deixar de encarar sua complexidade, assim como sua especificidade, suas múltiplas dimensões e manifestações. As ocupações respiraram arte, música, literatura e conhecimento. Elas foram a política na prática e geraram a reinvenção dos espaços públicos e quotidianos através de um novo olhar, ressignificado, e confirmado pela experiência. Elas invadiram a agenda pública e geraram discussões por todo o país. Elas renovaram a compreensão sobre as relações sociais, sobre os papéis de gênero, de raça, sobre o que é ser jovem e ser estudante. Elas ocasionaram aprendizado sobre política e negociações na marra e quebraram paradigmas sobre a maturidade de alunos tão jovens. Elas foram tudo isso e mais um pouco.

É assinalando este enorme desafio de escrever sobre as ocupações, que abrimos este dossiê. Cada trabalho aqui publicado faz uma reflexão sobre um aspecto diferente das ocupações. Também contamos com uma entrevista especial com Leonardo Péricles, coordenador do Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e morador da Ocupação Eliana Silva que nos convida a conhecer sua trajetória em movimento social e por luta por moradia, sobre o "fazer" de cada ocupação e sobre o ocupar como ato político Finalmente, esperamos gerar novas reflexões entre os(as) leitores(as) e despertar cada vez mais a necessidade e a urgência em (re)ocupar.

**JÚLIA MOREIRA DE FIGUEIREDO**

A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACS) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) criada em 2004, é um periódico com publicação semestral nos formatos impresso e digital, destinada a estimular a produção e divulgação de conhecimentos científicos de graduandos e recém-graduados e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais. A revista é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e político-ideológicas. Recebemos trabalhos em fluxo contínuo e publicamos artigos, resenhas, relatos de experiência, ensaios em língua portuguesa, além de trabalhos artísticos inéditos que tenham passados pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

**EXPEDIENTE REDAÇÃO**
REVISTA TRÊS [...] PONTOS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627. FAFICH/UFMG - Sala 4214.
Pampulha - CEP 31270-000. Belo Horizonte- MG. Telefone/Fax 31-3441-4603.
revistatrespontos@gmail.com
www.revistatrespontos.org

**EDITORIA EXECUTIVA**
Thiago Cordeiro Almeida (Discente - UFMG)

**EDITORIA ADJUNTA**
Julia Moreira de Figueiredo (Discente - UFMG)
Gilberto Amorim Correia Chaves (Discente - UFMG)

**CONSELHO EDITORIAL**
Profa. Ana Lúcia Modesto (DSO-UFMG)
Beatriz Mourão Mergener (Discente - UFMG)
Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG)
Prof. Eduardo Viana Vargas (DAA-UFMG)
Profa. Érica Renata de Souza (DAA-UFMG)
Geórgia Cortês Vieira (Discente - UFMG)
Gisele Silva Costa (Discente - UFMG)
Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG)
Priscila Seoldo Marques (Discente - UFMG)
Prof. Renarde Freire Nobre (DSO-UFMG)

**CONSELHO CONSULTIVO**
Prof. Carlos Pereira (Universtiy of Michigan /EUA)
Prof. Cícero Araújo (USP)
Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG)
Prof. Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Prof. Ivan Domingues (UFMG)
Prof. Leonardo Avritzer (UFMG)
Prof. Mareei de Lima Santos (UFRN)
Prof. Marcelo Medeiros (IPEA I PNUD)
Profa. Mariza Corrêa (Unicamp)
Prof. Solange Simões (University of Michigan/ EUA)

**COLABORADORES**
Aline Mendes Pereira, Ana Elisa de Melo Pereira, Camila Aparecida Penaforte, Guilherme Augusto Lemes, Letícia Silva e Pires, Luana Quintão Lazzerini de Souza, Marcos Palmeira de Souza, Rafaela Rodrigues de Paul, Sara Antunes de Oliveira e Souza, Sofia Fernandes, Steffane Pereira Santos, Tulio Henrique Gomes da Silva.

**PROJETO GRÁFICO**
Arthur Senra
**DIAGRAMAÇÃO**
Amadeus Rocha, Vinícius Theófilo da Rocha Morais
**IMAGEM DA CAPA**
Marcos Paulo

**REVISÃO**
Alessandra Emanuelle Macieira Silva

**FICHA CATALOGRÁFICA**
Biblioteca Fafich-UFMG
**IMPRESSÃO**
Imprensa Universitária UFMG
**TIRAGEM**
200 exemplares

**CIRCULAÇÃO**
Janeiro de 2019.

**INDEXAÇÃO**
Portal de Periódicos da ANPOCS, Portal Periódicos de Minas, Biblioteca Digital do Tribunal Superior Eleitoral, Portal de Periódicos da CAPES, Sistema de Bibliotecas UFMG, Portal de Periódicos da UFMG, Diadorim, Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), Directory of Research Journals Indexing (DRJI), Google Acadêmico e Latindex.

**QUALIS/CAPES**
B4 para Antropologia/Arqueologia; B4 para Interdisciplinar; B5 para Ciência Política e Relações Internacionais; B5 para Sociologia; B5 para Educação; B5 para História.

Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES, TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADO O AUTOR E A FONTE.

---

Revista Três Pontos: Revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.
Ano 15, n.1 (janeiro/junho de 2018) - Dossiê Ocupações - Belo Horizonte 2019.

V. ; 30,5cm. Semestral.
Editor: Centro Acadêmico de Ciências Sociais/ UFMG
ISSN: 1808-169X | e-ISSN: 2525-4693

1 Teoria social – Periódicos 2. Ciência Política – Periódicos 3. Sociologia e Antropologia – Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Centro Acadêmico de Ciências Sociais. III. Título

---

# SUMÁRIO


Artigos

5 Movimento Passe Livre – SP: Um estudo sobre as mobilizações populares e os processos de consciência
Beatriz Chiconiv

12 Ocupa UNB: Um balanço dos efeitos do movimento de ocupações da UNB em 2016
Gustavo Henrique Serafim França, João Pedro Vazquez

20 As subjetividades no ambiente escolar: O movimento de ocupação de 2016 no oeste catarinense
Leandro Gomes Moreira Cruz, Morgana Elisha Jahnke

28 Ocupar, Resistir: O movimento Ocupe Estelita na cidade do Recife
Marianna Lyra Cardoso, Anamaria Melo do Nascimento

36 Poesia em movimento: ocupação da cidade via literatura em saraus na região metropolitana do Rio de Janeiro
Rhuann Fernandes

Ensaio

45 Ocupar e Resistir: uma reflexão arqueológica sobre as intervenções gráficas na Fafich-UFMG pós-ocupações
Lara de Paula Passos, Matheus Mota

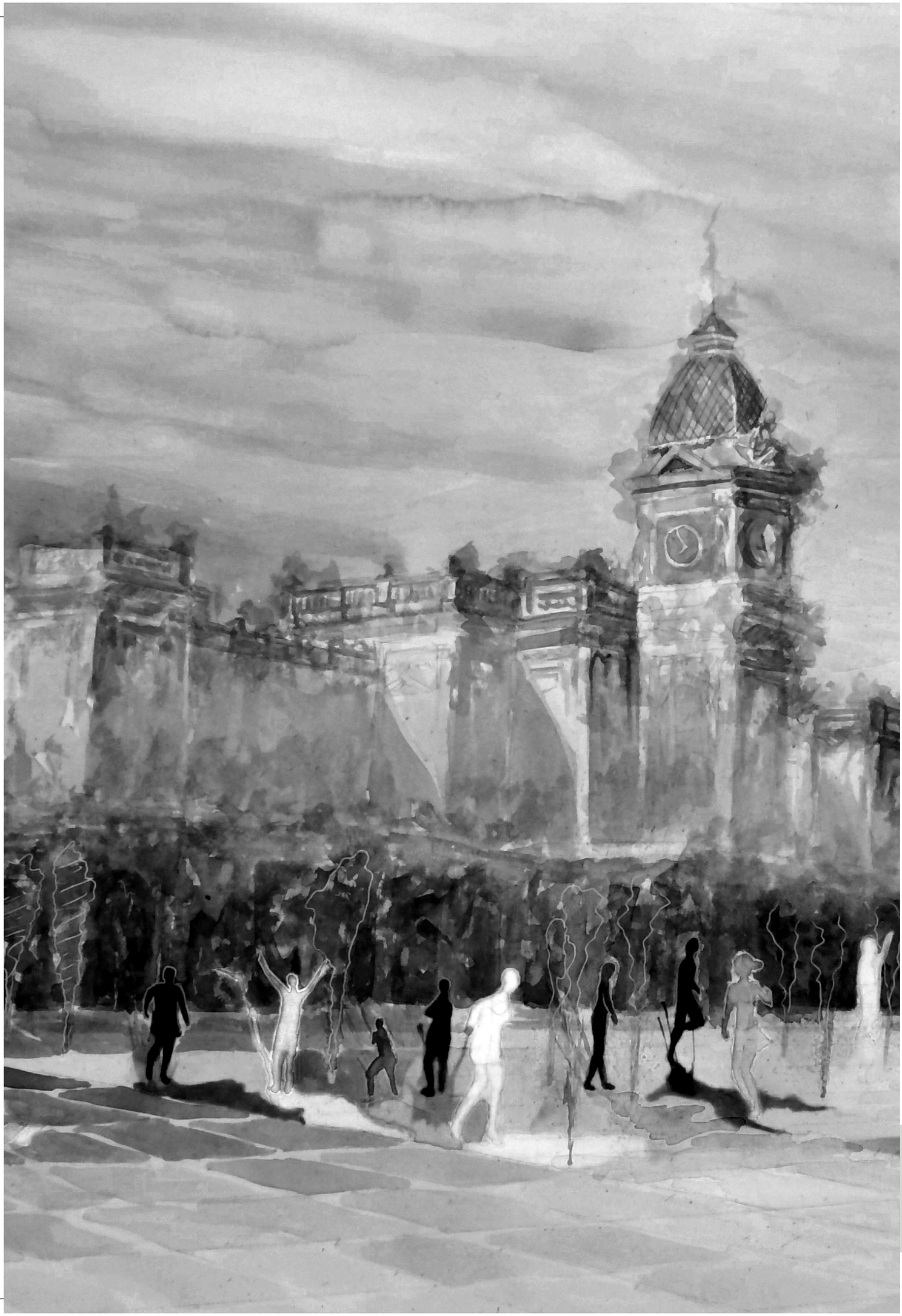
Relatos de Experiência

52 O movimento estudantil secundarista: um estudo sobre a ocupação do Liceo Lastarria na cidade de Santiago no Chile
Maria Edivania Vieira da Silva, Luana Marques Carlos, Antônio Fábio Macedo e Sousa

56 Ocupo, Logo resisto: 50 dias de ocupação em uma escola de Alfenas-MG
Mayra Cristina Costa, Gabriel Barreto Lopes

Entrevista

67 Ocupar como um ato político, entrevista com Leonardo Péricles
Ana Bárbara Gomes Pereira, Thiago Cordeiro Almeida



# Movimento Passe Livre – SP: um estudo sobre as mobilizações populares e os processos de consciência

**Beatriz Chiconi**

Graduanda do curso de psicologia na Universidade Paulista – UNIP.

**Contato:**

beatrizchiconi@gmail.com

**Palavras-chaves:**

Movimento Social, Organização popular. Transporte coletivo.

**Keywords:**

Social Social movement. Popular organization. Collective transportation.

**Resumo:** O estudo tem como objetivo entender as recentes manifestações populares que ocorreram em junho de 2013 em todo o país, tendo como base o Movimento Passe Livre da cidade de São Paulo (MPL-SP), suas ações e táticas. O propósito deste estudo é entender o processo como um todo, em outras palavras, a linha tênue entre as ações individuais e coletivas e a construção da consciência destes jovens e trabalhadores que saíram às ruas. Como resultado das mobilizações de junho de 2013, foi verificado um aumento na participação em decisões políticas e uma mudança na forma de organização em manifestações e mobilizações populares. Essas mudanças são compreendidas e explicadas no artigo através do resgate histórico de lutas e análise das ações que levaram a essa alteração.

**Abstract:** *The study aims to understand the recent popular demonstrations that took place in June 2013 throughout the country, based on the Movement Free Pass (Movimento Passe Livre) of the city of São Paulo (MPL-SP), its action and tactics. The propose of this study is to understand the process as whole, in other words, a fine line between individual and collective actions and the construction of youth and workers awareness, who went to the streets. As a result of the mobilizations in June 2013, there has been a rise in participation in political decisions, and a change in the form of organization in popular manifestations and mobilizations. These changes are understood and explained in this article through the historical recovery of struggles and analysis of the actions that led to this change.*

## Introdução

O objetivo do presente artigo é compreender o motivo das ações e manifestações populares em junho de 2013; o que fez as pessoas se mobilizarem, indo às ruas a fim de se manifestarem; qual o papel do Movimento Passe Livre nesse processo e quais foram as mudanças por consequência desses atos. Durante a busca do motivo das mobilizações populares, as reflexões e estudos tiveram como ponto inicial a compreensão de como funciona o processo de consciência. Para isso foi necessário fazer um breve resgate acerca dos movimentos sociais no Brasil. Em seguida, resgata-se a compreensão de como os movimentos sociais contribuem para a mudança do processo de consciência. Com esse entendimento do passado e do presente começou a coleta de dados de cada bibliografia. Utilizando do método histórico crítico, é possível avaliar os recentes acontecimentos de uma forma diferenciada do senso comum. De acordo com as leituras recentes que utilizam desse método sócio histórico, para compreender de forma profunda a fase atual do Brasil é necessário entender o processo de transformação pelo qual o país passou, e após compreender o processo, analisar de forma a integrar os valores e motivações dos sujeitos que mobilizam e o que os inspiram a se mobilizarem, com base em sua história de lutas (GOHN, 2000). Neste sentido, e por meio deste regate histórico e teórico, foi compreendido o processo a partir do Movimento Passe Livre-SP, após o estudo das suas ações e táticas políticas. Foi possível, também, compreender o processo de construção de tamanha mobilização popular, o que fez as pessoas se deslocarem da zona de conforto; ou ainda, como se deu o processo de construção da consciência, tendo como foco o movimento social em questão.

O anúncio referente ao aumento da passagem estava pendente desde janeiro de 2013. O prefeito Haddad informa que até junho de 2013 ocorreria o aumento da tarifa nos transportes e o MPL-SP ciente deste evento se aproximando já se mobilizou de maneira estratégica para arrecadar fundos e unir pessoas a causa. Em 24 de maio organizou-se uma festa rotulada de "Esquenta contra o aumento", onde receberiam além de materiais para os protestos, voluntários, doações financeiras e outros tipos de serviços e auxílio. No dia 29 de maio foi realizada uma ação local no Jardim Ângela contra o aumento da passagem. O objetivo do Movimento era conseguir realizar ações por toda a região de São Paulo, de forma que toda a massa tivesse o conhecimento sobre o aumento e sobre o motivo pelo qual deveriam participar do protesto no dia 06 de junho. Nessas ações foram utilizados debates, panfletagem e intervenções e assim foi feito. Contudo, em 02 de junho ocorre o aumento da tarifa do transporte coletivo passando a custar de R$ 3,00 para R$ 3,20. A primeira atitude pública que o MPL tomou após o anúncio foi de reunir pessoas, promovendo um debate sobre o transporte coletivo e sobre as tarifas, explicando o sistema atual de cobrança de impostos e apresentando outra forma para que a cobrança seja feita. O seu objetivo era realizar esse encontro um dia antes do primeiro protesto que já estava agendado, a fim de contextualizar os participantes. É dessa maneira que tem início a jornada de junho de 2013, mas a luta do brasileiro começou anos antes.

## Os movimentos sociais: As lutas e a desconstrução da ideia de passividade

Ao analisar a população brasileira, foram utilizados termos como: "passivo", "cordial", "pacífico", "preguiçoso" e etc. para descrevê-los. Ao fazer isso, são es-

quecidas as lutas e conquistas pelas quais este povo passou, e quando essa memória sobre sua própria história se perde, aquelas pessoas perdem a razão de ser quem são, perdem sua referência de vida, ficando suscetíveis a manipulações que os outros podem lhe fazer, moldando-os como desejam. Diante dessa memória histórica fragilizada, a classe trabalhadora se aliena dos fatos, aceitando de forma facilitada aquilo que é contado a ela através de livros de história, notícias, reportagens da mídia e etc. A mídia é frequentemente usada como instrumento de manipulação de massa da classe dominante, que deseja essa alienação para manter a separação de classes, garantindo a posse do capital para a burguesia, criando um "mito da sociedade sem classes" e utilizando da sobreposição de valores. A minoria, por sua vez, não possui representação e voz ativa na vida pública. Segundo Sodré (2005 apud Grohmann, 2014) "tendem a serem sub-representadas ou terem uma representação distorcida de suas identidades nos meios de comunicação" (Sodre, 2005 apud Grohmann,2014, p. 1985).

Durante o processo de luta, convocado pelo MPL (Movimento Passe Livre) em 2013, evidenciou-se o descontentamento da população e novas demandas a imagem do "gigante acordado" que foi disseminada durante as manifestações, o que reforçou a tese da soberania popular. Esse termo faz conexão com o potencial que os brasileiros têm nas mãos e com a imensa e fértil terra.

Na perspectiva histórica, o termo gigante adormecido, utilizado para descrever a passividade do brasileiro em relação à movimentação política que o cerca, deixa de fazer sentido e reforça o "esquecimento" do histórico de lutas do país. Maria da Gloria Gohn (2000), em um dos seus livros que apresenta a história dos movimentos sociais no Brasil, traz informações importantes para se repensar essa ideia de passividade. Eis uma lista das lutas mais famosas no Brasil Colônia e na fase do Império: Zumbi dos Palmares (1630-1695), Inconfidência Mineira (1789), Conspiração dos Alfaiates (Minas, 1798), Revolução Pernambucana (1817), Balaiada (Maranhão, 1830-1841), Revolta dos Malés (Bahia, 1835), Cabanagem (Pará, 1835), Revolução Praieira (Pernambuco, 1847-1849), Revolta de Ibicaba (Estado de São Paulo, 1851), Revolta de Vassouras (Estado do Rio, 1858), Quebra-Quilos (Pernambuco, 1873), Revolta Muckers (Rio Grande do Sul, 1874), Revolta do Vintém (Rio de Janeiro, 1880), Canudos (Bahia, 1874-1897, massacrada pelas forças da República) Revolta da Vacina (Rio de Janeiro, 1905), Revolta da Chibata (Rio de Janeiro, 1910), Revolta do Contestado (Paraná, 1912), revoltas contra o preço do pão, por feiras livres, contra a inspeção de bagagens nas estações de trens, contra a colocação de trilhos para os bondes. Além das revoltas existiram também, segundo a autora, ligas contra o analfabetismo (1915), ligas nacionalistas pelo voto secreto e expansão da educação (1917) assim como atos públicos contra o desemprego e a carestia em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Essas lutas enfrentaram diretamente a instituição capitalista no Brasil. A partir do tema e do eixo do movimento, o MPL teve condições de dialogar diretamente com um importante setor da sociedade, a classe trabalhadora. A consciência de classe a ser trabalhada, como diz Ridenti (2001), não é algo pronto ou que pode ser "dado" a alguém, ela precisa vir de dentro para fora, ela é fruto de um processo. "A consciência de classe não é algo já dado, a ser levado de fora aos trabalhadores, mas um dar-se que brota e se desenvolve no interior do movimento de construção de classe" (RIDENTI, 2001, p. 34). E como ocorre esse movimento no interior das classes? Elas "começam a identificar pontos de interesse antagônicos, começam a lutar em torno dessas questões e no processo de luta elas se descobrem" (THOMPSON 1978, p. 149 apud RIDENTI, p.44, 2001).

Assim, o primeiro ponto que o MPL precisou trabalhar foi o de instruir e orientar as pessoas da classe trabalhadora através de palestras e aulas abertas, e em paralelo, manter as lutas por questões sociais. Isso foi importante, pois como cita Iasi:

> *"Aquilo que é visto pela pessoa em formação como mundo externo, como objetividade inquestionável, portanto como realidade, é apenas uma forma particular historicamente determinada, de se organizar as relações [...]. No entanto este caráter particular não é captado pelo indivíduo que passa a assumi-lo como natural. Assim o indivíduo interioriza estas relações, as transforma em normas, estando pronto para reproduzi-las em outras relações através da associação". (IASI, 1999 p.12).*

Ou seja, o sujeito já nasce nesse meio e acaba reproduzindo e reafirmando aquele padrão que vivência. O papel inicial do MPL, portanto, exigia que se criasse uma deslocação deste padrão, possibilitando o processo de luta e tornando possível um estágio inicial (daqueles que ainda não a manifestavam) de um processo de consciência.

É nessa fase, após o período de latência, que sociedade brasileira se encontrava. Esse período latente levou à ressignificação de modelos culturais, que se tornaram opostos às pressões sociais dominantes (MERLUCCI, 1989). A partir disso, toda a sensação de revolta contra as medidas públicas que prejudicavam a classe trabalhadora que permaneciam ocultas, acabam por se tornar evidentes. Era nesse estado que a população se encontrava em 2012, antes do MPL convocar as manifestações de 2013. O Movimento Passe Livre foi como "uma presença metafísica atrás da cena, que é ocupada pelas organizações de protesto e pelos eventos de protesto" (MELUCCI, 1989, p. 55). Entendendo que a consciência de classe se forma durante a luta, e que a princípio os manifestantes eram jovens cursando o nível superior e que vendem a sua força de trabalho. Tais dados são comprovados através de uma pesquisa do Ibope que aponta os seguintes dados: renda dos participantes, com mais de 10 salários mínimos (SM) é 23%, entre 5 a 10 SM é 26%, e até 2 SM corresponde a 15%. Com a escolaridade não foi diferente, 43% tinham curso superior completo, 49% possuíam superior incompleto e apenas 8% possuía apenas o ensino básico. Em contrapartida, a idade média doa participantes era de 14 a 29 anos (63%). Dos manifestantes, 76% trabalhavam e 52% estudavam (GOHN, 2014, p.40).

Os proletários alienados lutam apenas com os

inimigos de seus inimigos, até que avancem no processo de consciência que, como diz Iasi (1999), é um movimento e não algo estático, pois pode avançar e retroceder; compreendendo esse movimento em sua fase inicial de "dependência", devido a um estágio de alienação. Quando uma classe começa a se formar através do processo de luta, nutrindo em si o princípio de consciência, ela age por necessidade, mas ainda não compreendeu a magnitude de suas ações e o poder coletivo. Segundo Iasi (1999, p. 08), "cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de mundo até outras[...]". Desta forma fica evidente o primeiro passo, o contato inicial do indivíduo que se uniu a outro em meio a lutas, que transita em diferentes concepções de mundo. Ao mesmo tempo em que ocorre a luta coletiva, ocorre a superação particular de seus próprios obstáculos, tanto em sua vida cotidiana de "sobrevivência" quanto em sua subjetividade, que se modifica com o processo de luta assim como o modifica.

Em meio ao processo de luta que já ocorria no mundo devido à crise econômica e política mundial, o MPL começa a preparar espaço para o que viria a ser a maior manifestação de massa de muitos anos, novamente inviabilizando o conceito de brasileiro amorfo e cordial, resgatando uma luta por transporte que já existia no país e revelando brasileiros indignados e revoltados, que construíram um novo lema para si: gigante acordado.

## Os movimentos sociais e a construção de novas percepções de mundo

Em junho de 2013 a população brasileira demonstrou sua indignação, se organizou e se mobilizou de uma forma que poucas vezes foi vista na história. Como cita Gohn (2014) e Abreu e Leite (2016) para os pesquisadores da área de humanas, esse tipo de organização popular só ocorreu em momentos críticos ou de mudanças sociais. Por exemplo, em 1960 com as greves e paralisações antes do golpe militar, em 1984 com o Movimento Diretas Já, em 1992, no impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo, etc. Em todos os casos, a organização popular entrou para a história provocando mudanças significativas, ainda que não estruturais e radicais, na sociedade e no governo.

Frente às ações e mobilizações vivenciadas ao longo dos últimos anos, a aparente reação dos governantes do estado de São Paulo foi realizar pequenas concessões e utilizar algumas mídias como veículo para amenizar a revolta. Mas o que realmente deve ser observado e compreendido é: qual a razão? O que tem provocado estas ações e manifestações populares? E, para além disso, o que fez as pessoas se mobilizarem, indo às ruas e se manifestarem?

A primeira coisa a compreender é que não se trata de algo novo, o movimento social, as lutas e mobilizações populares de forma geral expressam um movimento cíclico e está atrelado a um processo de consciência das classes (IASI, 1999). A segunda coisa que é preciso observar é que, para existir um movimento social é necessário existir um grupo com mesmos valores e objetivos, com uma identidade e uma necessidade em comum. A partir daí começa o "despertar" da consciência nascido da revolta, segundo Maria da Gloria Gohn (2000).

Um grupo, a princípio, começa com a identificação de pontos antagônicos e, unindo esses pontos em comum se inicia um processo de busca da solução. Tal fato nos mostra o despertar da consciência, gradual, a partir de cada etapa da vivência do conflito. Segundo Marcelo Ridenti (2001), um conflito tende a se tornar uma aliança, esta, por sua vez, vira uma luta, que se torna um movimento. Tal movimento pode desenvolver uma interação, em que as pessoas acabam por desenvolver a si e ao grupo. "A classe e consciência de classe são sempre o último, não o primeiro, estágio no processo histórico real" (THOMPSOM, 1978, p. 49 apud RIDENTE,2001, p.44)

Utilizando do método histórico crítico, é possível avaliar os recentes acontecimentos de uma forma diferenciada do senso comum. De acordo com as leituras recentes que utilizam desse método sócio histórico, para compreender de forma profunda a fase atual do Brasil é necessário entender o processo de transformação pelo qual o país passou, e após compreender o processo, analisar de forma a integrar os valores e motivações dos sujeitos que mobilizam e o que os inspiram a se mobilizarem, com base em sua história de lutas (GOHN, 2000).

Os movimentos sociais possuem uma característica marcante de gerar autoaprendizagem e estimularem o senso crítico e é um fator importante para compreender, antes de entender as mobilizações no Brasil. Segundo Gohn (2013) os movimentos sociais geram aprendizado devido ao processo de luta, que segundo Iasi (1999), une um indivíduo que possui questões com a qual se sente lesado e ou deseja realizar uma reinvindicação a outro indivíduo que possui questões semelhantes. Assim, caminham da luta individual para a luta coletiva. Durante o processo de luta as pessoas passam a olhar pelo coletivo, fazendo com que os participantes desenvolvam uma compreensão mais ampla e diferenciada do que se passa ao seu redor. Ou seja, os movimentos proporcionam a autoaprendizagem individual e coletiva, adquirida através das vivências e ações coletivas (GOHN, 2013).

Segundo Gohn (2013) os movimentos sociais são organizações da sociedade civil com um objetivo específico. Trata-se de sujeitos sócio-políticos do associativismo no Brasil, e também base de muitas ações coletivas. Sua presença constante na história política do país é cíclica, ora avançando rumo ao pensamento coletivo, ora recuando ao individualismo, mas dotados de uma força sociopolítica com potencial de mudanças sociais em diversos planos.

A princípio os movimentos sociais tinham objetivos específicos como: luta por identidade, projetos e grupos específicos. Seu método de ação também era semelhante de um movimento para outro. Segundo Gohn (2014), com a mudança proveniente da forma de se relacionar da sociedade, os movimentos ficaram mais institucionalizados e organizados. A busca por mais participação popular e inclusão social se tornou o foco central e o termo "manifestação" passa a ser utilizado mais no sentido de organização popular para programas e projetos.

## O direito ao transporte público e de qualidade e o chão social de surgimento do MPL

É devido a essa experiência coletiva, em meio a um processo de luta por transporte público de qualidade, que o MPL foi fundado. Não se trata de um processo aleatório ou ao acaso, mas é uma resposta ao que ocorria na época, fruto de um processo de luta. Antes mesmo do lançamento oficial do movimento nacionalmente, alguns eventos contextualizaram e explicaram a necessidade da existência desse movimento. Um exemplo disso foi a "Revolta do Buzu" (2003), em que estudantes se mobilizaram contra o aumento das tarifas em Salvador. Da mesma forma, em 2004 ocorreu a "Revolta das Catracas" em Florianópolis, onde também existiram relatos de um princípio de organização que mais tarde faria parte do MPL. Portanto, seguindo uma cronologia da luta por transporte é possível resgatar lutas históricas em torno desse eixo como a Revolta do Vintém (1879), ainda no século XIX, o Projeto Tarifa Zero (1990) no final do século XX, e as lutas mais recentes, a exemplo da "Revolta do Buzu" (2003), "Revolta das Catracas" (2004), plenária onde MPL tem seu início registrado (2005), "Revolta de Vitória" (2006), "Revolta de Teresina" (2011), "Revolta de Aracaju e Natal" (2012), "Revolta de Porto Alegre e Goiânia" (início de 2013) e as mobilizações populares por todo o Brasil (2013).

O MPL, desde sua origem, luta para que não exista mais a restrição do direito de ir e vir imposto pelas catracas, que marca a contradição existente na sociedade. "E, no momento que se fortalecem as catracas, as contradições do sistema tornam-se mais evidentes, suscitando processos de resistência. É em meio a essa experiência concreta da luta contra a exclusão urbana que se forjou o Movimento Passe Livre" (IASI et al, 2013, p. 22). Mantendo como regra formar um movimento autônomo e horizontal (sem hierarquia), o movimento utiliza de alguns princípios como: frente única, não ser partidário ou anti-partidário, lutar pela defesa de liberdade de manifestação e movimento, participar de espaços que permitam articulação entre outros movimentos, usar a via parlamentar, mas não depender dela, entre outros (GOHN, 2014). Sua forma de comunicação utiliza panfletagem, divulgação via aplicativo de comunicação como email, SMS e Whatsapp, e redes sociais como blog e Facebook. Essa forma de comunicação livre e aberta, mantendo documentos e atividades com livre acesso, facilita a interação desse movimento com pessoas de outros movimentos, tornando possível unir forças e objetivos. Como diria Castells (2013, p. 26), essa forma de associação que ocorre através de redes, é nova forma para reconstruir a autonomia, permitindo a interação entre localidades utilizando de meios como a internet "fazendo experiências com as tomadas de decisão com base em assembleias e reconstituindo a confiança como alicerce da interação humana".

O processo de luta do MPL em um determinado momento histórico coincide com um momento onde as pessoas pediam por questões também relacionadas à administração pública, como saúde, segurança, educação, etc. Isso tornou possível e viável um associativismo com outros movimentos sociais, o que ocorreu por meio do que conhecemos como "redes de mobilização civil" que, segundo Gohn (2014), foi o diferencial na jornada de junho de 2013, a sequência de protestos que contaram com a maior participação de massa organizada pelo MPL.

As redes de mobilização civil podem ser descritas, segundo Barnes (1987, apud GOHN, 2013, p.34), como "como o conjunto das relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos num dado campo social – composto, por exemplo, por uma série de atividades, eventos, atitudes, registros orais e escritos". Através dela, grupos e indivíduos se unem e se tornam um "sujeito coletivo", agindo pelo coletivo, com seus objetivos e ideais mesclados, levando através dessa conexão, a facilitação de mobilizações coletivas, que podem ou não estar atrelada a algum movimento social específico. Assim, rede social é definida, dentre as várias formas e contextos, como uma associação em "teia", onde o que liga os sujeitos não são apenas grupos, mas objetivos e ideologias, etc., que por sua vez, conectam desde ONGs a grupos fechados, movimentos sociais a sujeitos civis. Devido ao caráter fluido e abrangente, a rede social tem como fruto uma "teia de contatos interligados", e quando uma ação/mobilização coletiva tem início, os que se ligaram por diversos motivos acabam por tomar parte, tornando o processo amplo e mais abrangente.

O MPL manteve essa conexão de forma intensa. Quando ocorreu o aumento das tarifas do transporte coletivo no início de 2013, começaram os primeiros protestos, e gradualmente, obteve o apoio dos outros movimentos e pessoas. Conforme o sujeito coletivo torna-se um corpo maior, as exigências deixam de ser apenas pelo transporte, mas por uma mudança da administração pública. Uma prova disso é a resposta sobre o motivo da manifestação em junho de 2013: 37,6 % indicaram o transporte público, 29,9%, o ambiente político e apenas 0,6%, o direito e a democracia. Desse total de manifestantes, 89% afirmaram se interessar por política (GOHN, 2014). Nesse exemplo é mais fácil distinguir o efeito das redes nos movimentos e mobilizações civis, pois a relação que foi estabelecida entre os participantes vai além da classe econômica as quais pertencem, ou o território onde estabeleceram residência. São unidos por um objetivo, por um ideal e quando os manifestantes foram questionados referente à forma que se organizaram para participar da ação coletiva a resposta de 76% dos participantes alega que foram convidados via redes sociais (GOHN 2014). Assim, com a união entre militantes de diversos partidos, movimentos sociais e sujeitos desvinculados de qualquer instituição, realizada através dessa poderosa ferramenta as "redes" obtiveram a maior manifestação social desde 1992, comprovando seu poder e eficácia.

## MPL rompendo catracas e muros: as articulações internacionais

As ações do MPL possuem muitas articulações. Existe um relacionamento do MPL com outros movimentos nacionais e internacionais, que compreendem a crise política ocorrida no mundo inteiro. A influência

do cenário internacional fica evidente, tanto durante o processo de luta, onde grupos de outros países atuam auxiliando na construção de táticas e estratégias utilizadas pelo MPL ao longo dos protestos na jornada de junho de 2013, quanto através do apoio de movimentos internacionais que lutam pelo mesmo objetivo como Non vi paghiamo, (Itália), o Planka. nu, (Suécia), Collectif Sans Ticket (Bélgica), Fare-Free New Zealand (Nova Zelândia). Além dos países em luta, existe  como referência lugares onde a cidade está estruturada de forma que o transporte seja gratuito, como Changnin (China), Talinn (Estônia), Sidney (Austrália) e Baltimore (EUA), etc.

Em alguns locais, antecedendo as manifestações ocorridas na jornada de junho, ocorreram mobilizações como "Occuppy Wall Street" e "Primavera Árabe", em locais como: Grécia, Espanha, Tunísia, Egito, Nova York, Alemanha, Argentina, etc. Nesses eventos houve a participação de grupos que atuaram em conjunto com o MPL, como o Anonymus, um grupo de ativistas digital criado nos Estados Unidos que auxilia e influencia mobilizações populares pelo mundo. Como característica principal, cobrem o rosto e se mantem anônimos dentre a população. Este grupo influenciou na forma como as pessoas cobriam os rostos (ao diferente dos Black Blocks que cobrem o rosto com bandanas, o Anonymus utiliza de máscaras), na organização através das mídias sociais e mobilizações sem um líder específico. O MPL também estabeleceu relações com outros grupos, como os Black Blocks, grupo criado na Alemanha em 1980, cuja tática consiste na formação de "bloco" em movimento durante uma manifestação usando máscaras e roupas pretas. Suas ações tiveram como objetivo proteger manifestantes e registrar sua insatisfação contra o sistema capitalista através de ataques aos seus símbolos – bancos, lojas de automóveis, etc. Esses movimentos não fazem parte do MPL, mas se uniram à causa, demonstrando a insatisfação popular por diversas vezes em que o MPL convocou a população às ruas (Gohn, 2014).

A organização de manifestações em várias partes do mundo marcou a necessidade de (re)tomada dos espaços públicos, no Brasil e nos países citados. Segundo Gohn (2014), esses eventos internacionais como a "primavera árabe" e o "occupy wall street", foram revoltas populares, devido à insatisfação popular com a política, conflitos religiosos, repressão, crise econômica, etc., levando as pessoas a se organizarem em oposição às situações vivenciadas. As lutas desencadeadas de maneira massiva no Brasil a partir de 2013 se inserem neste contexto de lutas mundiais.

Desta forma, devemos entender o MPL como um movimento social horizontal, que não possui um líder tomando decisões por todo o grupo, mas um conjunto de pessoas decidindo juntos quais as melhores escolhas, sem necessitar de hierarquia. Isso surge durante a luta por transporte coletivo de qualidade e sem catracas, e em meio a este processo de luta se fortalece, definindo suas estratégias e atuação com base na situação política e econômica do Brasil e de outros países. O MPL possui uma potente capacidade de conexão à rede de mobilização, tanto nacional quanto internacional, contando com o apoio desses quando convocou as manifestações que marcaram a história do País em 2013. Assim, é possível concluir que, os métodos por ele utilizados, como a ocupação de locais públicos, já foram utilizados antes e marcam características de outros movimentos. Porém, a forma que o MPL aborda e utiliza da manifestação é algo novo, marcando uma característica de organização das "novas manifestações e mobilizações populares".

## MPL-SP: Jornada de junho de 2013

Os protestos começaram em seguida. O primeiro ato convocado pelo MPL já havia sido divulgado, com cerca de um mês de antecedência na mídia e marcado para dia 06 de junho. O ato reuniu um total de 2 mil pessoas e levantou o tema "Se a tarifa aumentar, São Paulo vai parar". Durante o movimento, ocorreram depredações em estações de metrô, que foram fechadas e confrontos entre policiais e manifestantes, gerando 15 detenções e 50 feridos.

No segundo ato de protesto liderado pelo MPL no dia 07 de junho, o total de participantes chegou a cinco mil pessoas, centralizadas em áreas nobres. Os locais de encontro não foram selecionados de forma aleatória, foram escolhidos símbolos capitalistas, como zonas nobres ou comerciais onde a maior parte do capital se concentra; entre eles, a Avenida Paulista, Faria Lima e Avenida Rebouças. A divulgação foi negativa na mídia, que explicitou a violência, depredação e vandalismo.

Como resposta, após os atos, o MPL divulgou fotos e vídeos dos fatores ocorridos durante a manifestação e a repressão policial nas redes sociais, e também publicou uma nota que foi amplamente divulgada nas redes sociais e por movimentos parceiros, como o caso do utilizado Tarifa Zero. Nessa nota o MPL SP informa as condições que levantaram, a caminhada pacífica que realizaram, e ressaltam que ocorreram dois grandes momentos de repressão policial. No segundo momento, começaram as prisões, o que deu início aos atos de vandalismo. Nessa mesma nota, informa que o movimento não incentiva nenhum tipo de violência, mas que de acordo com o caminho que as coisas tomaram, eles não conseguem conter a revolta da população. Nesta mesma data, Daniel Guimarães do movimento Tarifa Zero publicou uma nota criticando a imprensa e sua relação com o poder, questionando a quem elas servem. Isso ocorre devido à baixa divulgação do que ocorreu nas manifestações, que só foi divulgado nas redes sociais por vídeos e imagens gravadas pelos próprios manifestantes.

No dia 09 de junho o MPL publica outra nota, como resposta a uma afirmação do prefeito Haddad. Nesta nota declara não ter controle sobre os manifestantes, pois vários movimentos e organizações se uniram a esta causa e que as decisões tomadas pelo MPL são coletivas, de forma que não possuem um "líder" a ser seguido. No dia seguinte, o Tarifa Zero publica outra nota, reafirmando a capacidade da tarifa zero em ônibus, e ressaltando a hipocrisia da mídia.

O terceiro ato ocorreu em 11 de junho, e nesse mesmo dia foram realizados antes dois protestos, no mesmo local. Este protesto passou a contar com a "Juventude do PT" e ao final, 87 ônibus foram queimados, 100 pessoas ficaram feridas e 19 detidas.

Houve confronto com a polícia e forte repressão. O MPL recorreu ao diálogo, através de um requerimento para uma reunião cuja pauta era a revogação do aumento da passagem, mas ficou sem resposta. Devido à violência exagerada desta data, no dia seguinte forma divulgadas na internet: muitas imagens, alguns vídeos e outra nota do MPL, alegando que ainda espera a oportunidade de dialogar. Posteriormente, em entrevista para o jornal O Estadão, participante do MPL informa que não vão parar enquanto a tarifa não baixar, negando pedido realizado pela prefeitura.

O quarto ato de protesto ocorreu em 13 e junho com cerca de cinco mil participantes segundo a polícia militar e vinte mil segundo o MPL (Gohn, 2014, p. 27). Centenas de pessoas ficaram feridas, incluindo jornalistas devido à repressão violenta e da conduta despreparada da polícia. Neste dia, ao invés da ação policial causar medo e reprimir as manifestações, elas funcionaram como um catalisador. A divulgação das fotos e vídeos deste dia nas redes sociais gerou uma grande comoção e revolta, resultando no aumento da quantidade de aliados à causa enquanto massa, assim como ONG's e a associação de jornalistas. Enquanto a mídia insistia na versão de "vândalos", tanto a credibilidade da mídia diminuiu como a aprovação popular aos atos chegou a 55%, segundo uma pesquisa realizada pela Folha de São Paulo.

O quinto ato de protesto ocorreu em 17 de junho e contou com 65 mil participantes em SP. O protesto iniciou no Largo da Batata e incluiu caminhada e parada breve em frente à emissora da Rede Globo SP e findou com a ocupação a frente do palácio do governo. O total de participantes chegou a 215 mil pessoas em 12 capitais.

O sexto ato ocorreu um dia depois, unindo 50 mil pessoas só em São Paulo, contando com 77% da aprovação popular segundo a pesquisa do Datafolha – outra pesquisa, nesta mesma data, indicava que a massa estava perdendo a credibilidade nas mídias, recorrendo, assim, às redes sociais como fonte de informação (GOHN, 2014, p 29).

Em 19 de junho o aumento da tarifa foi revogado e no dia seguinte ocorreu o sétimo ato destinado à comemoração, unindo mais de um milhão de pessoas em 75 cidades do país. Após o aumento ser revogado o MPL-SP publicou uma nota alegando que não foi o movimento que revogou o aumento da tarifa, mas uma união da massa que lutou unida por um objetivo e ressaltou a importância da luta por objetivos de forma continuada. A nota foi divulgada no site do movimento e nos movimentos parceiros.

No dia 21 de junho o MPL anunciou que não convocaria mais manifestações. A última pesquisa do Datafolha na data de 28 de junho e citada por Gohn (2014) mostra que o apoio popular era de 81% no final das manifestações. Mas a luta continua, agora, buscando a tarifa zero.

Desta maneira fica aparente uma "sociedade cordial" inexistente, mas uma sociedade real que passa a questionar o poder do Estado e a fazer exigências, uma exigência que não começou ao acaso: carregando uma bagagem da história de lutas por melhorias e por políticas públicas, a população já estava apresentando sinais de insatisfação através das mídias sociais. Em meio a isso ocorre o aumento da tarifa no transporte coletivo: nas condições atuais sociopolíticas, esse aumento foi o estopim para a revolta. O Movimento Passe Livre que já se destacava em alguns estados se mobiliza organizando a primeira manifestação.

Segundo Iasi (1999), as demonstrações de violência e revolta unem as pessoas fazendo com que elas saiam do processo do "eu não tenho" para o "nós não temos". Assim, em 75 cidades do país paralisadas e mais de um milhão de pessoas nas ruas, em 19 de junho o aumento da passagem é revogada e o Movimento Passe Livre anuncia, em 21 de junho, que não convocaria mais manifestações (Gohn, 2014).

Durante o processo de luta, outros movimentos se uniram aos atos de protesto, incluindo os Black Blocs, os anônimos e os militantes de partidos políticos (apesar de não levantar bandeira de partidos, mas lutar por um objetivo em comum). Após os atos, foi proposto um plebiscito para reforma política, mas foi retirado após algum tempo. Após o MPL se retirar das manifestações, outros protestos aconteceram, como a do movimento MST (Movimento Sem Terra), passeata dos professores, etc.; nenhuma com a quantidade de pessoas que se uniram antes, mas com uma organização diferenciada e centralizada.

## Considerações finais

Através do estudo de iniciação científica que deu origem ao presente artigo, foi constatado que a jornada de junho de 2013 teve sua origem anos antes, desde as primeiras revoltas pelo transporte, que mobilizaram a população brasileira. Desde 2008, a crise econômica e política aumenta substancialmente em todo o mundo. No Brasil, essa crise acaba chegando ao auge em 2013, com o aumento da passagem como a "gota d'agua" para iniciar o movimento de revolta. Analisando as informações e estudos apresentados, é possível afirmar que as manifestações potencializaram a ideia de coletivo nascido da luta, como afirma Iasi (1999), ao reportar que o indivíduo durante o processo de luta, transcende sua realidade e sua individualidade: passa a compreender aos poucos os acontecimentos históricos e a se apropriar disso, passa a olhar para o outro e se ver como parte de um todo, se tornando um sujeito coletivo dotado do potencial de mudança necessário para agir.

Quanto ao Movimento passe livre, este já existia enquanto movimento antes de convocar os primeiros atos de protestose seu papel consistiu nessa organização em rede, na exigência da catraca livre através de um novo modelo de democracia (Catells, 2013). Dessa forma, o MPL teve um papel fundamental, tanto ao iniciar os atos de protesto, quanto ao convocar a população, fornecendo conhecimento de meios públicos e um preparo pedagógico para uma nova ressignificação de ideias, crenças e valores (Freire, 1987). O MPL conduziu esse início de processo que culminou na conscientização através da luta, como uma "presença metafísica" por trás de cada ato, aliado a outros movimentos nacionais e internacionais que apoiavam o ato de revolta (Melucci, 1989). Como diz Freire (1987), é necessário compreender que a consciência para

si não pode ser dada e não pode ser forçada. Para que o homem saia da alienação e chegue a consciência para si, é necessário um caminho a percorrer. Tal caminho é percorrido durante o processo de luta que, através do aprendizado proporcionado pela vivência no movimento e com os outros participantes, se expande e faz do homem alienado, nascer um novo ser social, livre da venda opressora que o cegava. Portanto "a libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos" (Freire, 1987, p.19). O artigo também reforça a potencialidade das redes sociais e o aumento na descrença da mídia dominante e hegemônica, assim como uma forma diferenciada de organização, no que se refere a horizontalidade, e uma nova dinâmica do território, ao ocupar locais de forma a (re)tomar os espaços públicos.

De acordo com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), após a jornada de junho de 2013, houve um significativo aumento na participação popular. O avanço foi de mais de 5 milhões de eleitores de 2011 ao final de 2013. Isso nos permite compreender que a preocupação com a administração pública também foi alterada. Portanto, como disse Gohn (2014), não foram apenas protestos, mas um momento de avanço, de despertar político e social, principalmente entre jovens, que levou a um empoderamento social e a uma retomada dos espaços públicos que levou o governo a recuar e uma expressão da indignação dos brasileiros com os representantes políticos. A base dessas mudanças, que começou com tímidas lutas e mobilizações convocadas pelo MPL, mudou de forma subjetiva aqueles que participaram ou acompanharam as lutas sociais e não mostra sinais de um "final" da luta, apesar do término da jornada de junho, mas de um avanço com pequenos retrocessos, típicos do caminhar de um processo de consciência coletiva.

## Referências bibliográficas


ABREU, L. Demetris; LEITE, F. Jader. (2016), *Protestos de Junho 2013 no Brasil: Novos repertórios de confronto*. Rio Grande do Norte, Rev. Polis e Psique.

Carta de apresentação a princípios. <https://mplfloripa. wordpress.com/2014/07/09/10-anos-da-revolta-da-catraca/>. Acessado em 13/05 de 2016

CASTELLS, Manuel. (2013), *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. 1ª Edição, Brasil, Zahir.

GOHN, Maria da Gloria. (2012), *Movimentos Sociais e educação*. 8ª edição, São Paulo, Cortez.

GOHN, Maria da Gloria. (2014), *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e a Praça de Indignados no Mundo*. Rio de Janeiro, vozes.

GOHN, Maria da Gloria. (2013), *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 7ª edição, Rio de Janeiro, Vozes.

GOHN, Maria da Gloria. (2000), *500 anos de lutas sócias no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor*. 1ª edição, Londrina, Mediações.

GOHN, Maria da Gloria. (2014), *Novas teorias dos Movimentos Sociais*. 5ª edição. São Paulo, Loyola.

GROHMANN, Rafael. (2014), O que o campo da comunicação tem a dizer sobre as classes sociais?. 31ª Edição. Porto Alegre, in texto URFGS.

Fare Free Transport. <https://farefreepublictransport.com>. Acessado em 13/05 de 2016

FREIRE, Paulo. (1987), *Pedagogia do oprimido*. 17º Edição. Rio de Janeiro, Paz e terra.

IASI, Mauro Luis; DAVIS, Mike; ARANTES, Paulo; OLIVEIRA, Pedro Rocha de; ROLNIK, Raquel; SCHWARZ, Roberto; BRAGA, Ruy; VIANA, Silvia; ŽIŽEK, Slavoj; LIMA, Venício; Sakamoto, Leonardo; MAIOR, Jorge Luiz Souto; PESCHANSKI, João Alexandre; BRITO, Felipe; MARICATO, Ermínia; HARVEY, David; VAINER, Carlos. (2013), *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram conta do Brasil*. 1. edição. São Paulo, Boitempo.

IASI, Mauro Luis. (1999), "Processo de Consciência". CPV - Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro 1:118.

Melucci, Alberto (1989), *Um objetivo para os movimentos sociais?*. 17ª Edição, São Paulo, Lua nova.

MORAES, Alana; GUTIÉRREZ, Bernardo; PARRA, Henrique; ALBUQUERQUE, Hugo; TIBLE, Jean; SCHAVELZON, Salvador. (2014), *Junho: potência das ruas e das redes*. 1. ediçao. São Paulo, Fundação Friederich Ebert.

Movimento Passe Livre. <http://www.mpl.org.br>. Acessado em 12/12 de 2015

Os dominantes não querem que os subalternos sejam iguais - entrevista com lucio gregori. <http://tarifazero.org/2009/11/04/os-dominantes-nao-querem-que-os-subalternos-sejam-iguais-entrevista-com-lucio-gregori/>. Acessado em 08/08 de 2016.

RIDENTI, Marcelo. (2001), *Classes sociais e representação*. 2º edição, São Paulo, Cortez.

Tarifa Zero. <http://tarifazero.org/2011/08/25/procurando-entender-a-tarifa-zero/> Acessado em: 8/08 de 2016.

Tribunal Superior Eleitoral. < http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo>. Acessado em 09/08 de 2016.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. *Pensamento e Linguagem*. 4º edição, São Paulo, Martins.

# **Ocupa UNB:** um balanço dos efeitos do movimento de ocupações da UNB em 2016

**Resumo:** Este artigo pretende fazer um balanço dos efeitos movimento de ocupações da Universidade de Brasília em 2016, valendo-se epistemologicamente da experiência vivida, nos termos de Patrícia Hill Collins, e metodologicamente da compreensão participativa, definida por Harry Collins. Como marco teórico, utilizou-se a diferenciação entre efeitos da participação política e efeitos e resultados de movimentos sociais. Analisou-se efeitos políticos, como a conquista de demandas na universidade, efeitos organizativos ao movimento estudantil e efeitos culturais. Um destes últimos foi aprofundado, a criação de uma Ciência Política da organização popular, alternativa à Ciência Política acadêmica.

**Abstract:** *This article pretends to do an evaluation of the effect of the movement of occupation in the University of Brasília in 2016, using the epistemology of the living experience, according to Patrice Hill Collins, and the methodology of comprehensive participation, defined by Harry Collins. As the theoretical framework, the difference between the effects of political participation and effects and results of social movements is applied. Political effects were analyzed, like the achievements of demands of the university, organizational effects of the student movement and the cultural effects. At the end, a deeper analysis is done regarding the last political effect, which is, the creation of the political science of the popular organization as an alternative to the mainstream political science.*

**Gustavo Henrique Serafim França**

Graduando em Ciência Política pela Universidade de Brasília

**Contato:**

gustavohserafimf@gmail.com

**João Pedro Vazquez**

Graduado em Ciência Política pela Universidade de Brasília

**Contato:**

jpvazquezz@hotmail.com

**Palavras-chaves:**

Movimentos Sociais. Movimento Estudantil. Ocupações. Efeitos. Ciência Política.

**Keywords:**

Social Movements; Students Movements; Occupations; Effects; Political Science.

## Introdução

O ano de 2015 foi marcado pelo desencadear de um processo de mobilização política dos estudantes secundaristas, batizado como Primavera Secundarista. A partir de novembro daquele ano, secundaristas de diversos estados e regiões do Brasil se insurgiram contra o sucateamento da educação pública por meio da ocupação de suas próprias escolas, reinventando o espaço escolar através de ações autogestionadas.

As ocupações secundaristas se iniciaram em São Paulo após o governo de Geraldo Alckmin elaborar um projeto de reorganização escolar cujo objetivo era transformar escolas de dois ciclos (ensino médio e fundamental) em unidades de ciclo único (ÉPOCA, 2017). Após cerca de 60 dias e mais de 200 colégios ocupados, o governo paulista recuou no projeto de reorganização. Em Goiás, a resistência dos secundaristas se impôs ao programa do governo estadual de privatização do ensino público por meio de Organizações Sociais (OS). No Rio de Janeiro, as ocupações ocorreram devido à suspensão do aumento dos professores.

Essa efervescência política se expandiu, já em 2016, em resposta à medida provisória de reforma do ensino médio (MP 756)[1] e à proposta de emenda à Constituição que estabelece um teto para os gastos estatais (PEC 214/55), nomeada por Henrique Meirelles como Novo Regime Fiscal[2]. Essas medidas catalisaram a mobilização política secundarista ao ponto de conquistarmos mais de 1000 escolares ocupadas em todos o país.

Essa mobilização passou a ter a participação da comunidade universitária a partir do momento em que os futuros recursos destinados às instituições de ensino superior e aos programas de pesquisa passaram a ser ameaçados pela restrição orçamentária promovida pela consequente aprovação do Novo Regime Fiscal. Com a intensificação do processo, conforme as ocupações de universidades, reitorias e departamento se ampliavam, o movimento estudantil se colocou como o principal agente da resistência combativa contra os retrocessos advogados pelo governo de Michel Temer.

Com base nesse panorama, esse trabalho se divide em quatro partes: primeiramente, apresentamos a epistemologia e metodologia utilizadas, respectivamente, de Patrícia Hill Collins (1948) sobre a experiência vivida e de Harry Collins (1943) acerca da compreensão participativa; em segundo lugar, realizamos um balanço sobre a ocupação da Universidade de Brasília (Ocupa UnB), analisando seus empecilhos e seus avanços ao longo da luta travada; e em terceiro, analisamos um de seus legados no que diz respeito à produção de conhecimento, que é a crítica ao conteúdo e a forma pela qual esta se dá na área de Ciência Política. Ao fim, apresentamos a Ciência Política popular criada no seio das ocupações.

## Epistemologia, metodologia e marco teórico de análise

Para análise de um balanço do movimento de ocupações da UnB e de um de seus efeitos – a criação de uma Ciência Política popular - nos baseamos na epistemologia feminista negra da experiência vivida de Patrícia Hill Collins (1948) e na metodologia de compreensão participativa de Harry Collins (1943). O ponto comum entre as duas reside no espaço para o envolvimento direto do(a) pesquisador(a) para com o objeto de análise enquanto forma de dar objetividade científica, que é um procedimento metodológico

**1** A Reforma do Ensino Médio já vinha sendo maturada durante o governo Dilma, a partir de uma estratégia empresarial difundida, principalmente, através de empresas de consultoria de gestão (PASSA PALAVRA. 19/10/2016) que visava realizar uma reestruturação produtiva na escola, na qual a participação ativa de estudantes passa a ser valorizada na sua transformação em mão-de-obra (PASSA PALAVRA. 22/11/2016).

**2** Henrique Meirelles ocupa o cargo de Ministro da Fazenda, e possui estreitos laços com o mercado financeiro. O Novo Regime Fiscal é uma medida constitucional que impõe o congelamento dos gastos primários estatais, em termos reais, sendo esses somente atualizados de acordo com a inflação do ano anterior. Para mais, ver Vazquez (2017, no prelo, já foi publicado?)

importante neste caso, uma vez que os autores deste artigo participaram ativamente das ocupações da UnB.

Patrícia Hill Collins (2002) apresenta uma epistemologia feminista negra calcada na sociabilidade existente entre mulheres negras. Definindo epistemologia como o processo de validação da produção de conhecimento e de suas questões, a autora caracteriza essa epistemologia pela relevância da experiência vivida, pelo diálogo cooperativo como forma de chegar à verdade, por uma ética do cuidado (na qual as emoções e a singularidade dos sujeitos têm importância para dar credibilidade àquilo que se fala e ser responsivo ao contexto sobre o qual se fala). Opõe-se à epistemologia branca, marcada por um positivismo que separa o objeto do pesquisador (a), exclui emoções e se pauta em debates adversariais. Em suma, trata-se da experiência vivida das pessoas, em geral, e de nossa experiência específica no movimento de ocupação da UnB em 2016, em particular.

Os dois autores deste artigo são homens brancos de classe média alta e isso certamente reflete em algumas limitações analíticas derivadas de como nossa socialização foi marcada e dos ambientes onde não acessávamos na ocupação, como espaços exclusivos de mulheres e pessoas negras. Apesar disso, como a própria Collins (2002) escreve, é possível a aliança de grupos oprimidos com brancos que se posicionem contra as instituições hegemônicas controladas por homens brancos. Assim, a epistemologia levantada pela autora pode ser utilizada por outros grupos e foi utilizada por nós neste trabalho, que teve como base a experiência vivida dentro das ocupações.

Metodologicamente, utilizamos da compreensão participativa, elaborada por Harry Collins (1984). Esta consiste num tipo de observação participante que maximiza a interação objeto-pesquisador para que o (a) pesquisador (a) chegue ao ponto de internalizar os valores e o meio de vida, ganhando uma competência nativa, isto é, o conhecimento dos valores necessários para a interação nesse local estudado. Nossa participação cotidiana no movimento de ocupações da UnB nos permitiu – ainda que com as limitações elencadas acima – captar a competência nativa, uma vez que esta era inclusive condição para nossa agência nessa forma de ação coletiva.

A literatura sobre participação política destaca uma série de efeitos possíveis em relação a tal participação. Com foco nas Instituições Participativas (IPs)[3], Lavalle (2011) nos sugere diferenciar o valor em si do valor atribuído aos seus efeitos – valor instrumental (isto é, sua instrumentalidade a determinados fins). No primeiro, a participação ganha seu valor pela produção de autodeterminação e inclusão. Já no segundo, o valor da utilidade tem três ordens: os efeitos psicológicos e socializadores, da participação como escola de cidadania; efeitos intencionais, dentro dos quais estão inseridos os efeitos distributivos, como por exemplo a eficiência e a racionalização de políticas públicas; e efeitos não-intencionais, como externalidades positivas, a exemplo da produção de capital social[4] (PUTNAM, 1994) que fortaleceria o bom governo e a sociedade civil (LAVALLE, 2011).

De maneira mais direcionada aos movimentos sociais, em recente texto sobre como analisar os impactos destes nas políticas públicas, Albuquerque, Carlos e Dowbor (2016) revisaram brevemente a literatura que trata dos efeitos esperados dessa e nessa forma de ação coletiva. De um lado, haveriam os efeitos intra-movimentos, os quais dizem respeito às consequências sobre as vidas de ativistas, aos movimentos específicos (como um reforço à sua identidade coletiva) ou ao campo geral de movimentos sociais (com o incremento organizativo, a criação de contra-movimentos ou aumento de influência). De outro lado, existem os efeitos extra-movimentos, passíveis de subdivisão em políticos – sobre políticas públicas, instituições políticas específicas ou regimes políticos como um todo – e culturais – tocantes a quadros interpretativos ou mudanças nos códigos e práticas culturais.

No balanço da Ocupa UnB, analisamos alguns dos valores instrumentais, como seus efeitos intra-movimento, na organização do movimento estudantil e de trabalhadores (as) da educação; os efeitos extra-movimentos de ordem política ou efeitos distributivos, nas conquistas do movimento de ocupações; e efeitos intra-movimento de ordem cultural, sobre a formação política de estudantes. Em seguida, analisamos com mais detalhes um de seus efeito extra-movimentos de ordem cultural ou mais próximo de seus efeitos psicológicos e socializadores: a criação de uma Ciência Política da organização popular.

## Balanço da Ocupa UnB

O embrião do movimento de ocupação da Universidade de Brasília surgiu em meados de outubro de 2016. Nesse período, alunos de diversos cursos, diferentes organizações e ideologias se juntaram no que veio a se chamar Comitê da UnB contra a PEC 241/55. Naquele cenário, foram realizadas reuniões com o intuito de organizar a comunidade universitária diante da eminente ameaça de aprovação da medida constitucional que restringe os gastos estatais.

Ainda que de maneira secundária, o projeto denominado "Escola Sem Partido"[5] também foi incluído na agenda de resistências. Sobretudo nos cursos cuja prática profissional é lecionar, alguns eventos começaram a agitar internamente contra a medida. Circulando com vários projetos de lei estaduais e, a nível federal, com o PL 867/2015, o projeto prevê "deveres" dos (as) professores (as) a serem colados em salas de aula, dentre os quais consta vedação à "propaganda político-partidária" e respeito à "educação familiar", pelo princípio de "neutralidade do Estado" (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017). Tais fatos eram interpretados por professoras (es) e estudantes como a face repressiva dentro da educação como contrapartida do corte de verbas.

Com o desenrolar da conjuntura política, um número maior de estudantes passou a reconhecer a gravidade da medida e a oposição à tal política cresceu. Uma assembleia geral estudantil foi marcada para debater a questão no final de outubro. A essa altura, várias outras universidades federais já estavam ocupando seus campi. Utilizando o conceito de ciclo de mobilização ou ciclo de protesto, segundo o qual em seu ápice os repertórios de confronto[6] (TAR-

**3** São exemplos de Instituições Participativas os conselhos gestores de políticas públicas e as conferências de políticas públicas. Em sua ampla diversidade, têm em comum a participação direta da sociedade civil.

**4** Entendido como bem coletivo, subproduto da participação orientada a determinados propósitos coletivos particulares.

**5** Projeto que visa restringir os conteúdos de ensino a partir de uma pretensão ideia de neutralidade do conhecimento (CARTA CAPITAL, 2016). Para mais, ver dossiê do site Marxismo 21 (2016).

**6** Inicialmente formulada por Charles Tilly (1995), o conceito entendido como meras "maneiras" de agir com interesses compartilhados passou a ser definido por Tarrow, de forma mais complexa, enquanto rotinas mais ou menos escolhidas pelos movimentos sociais, influenciados pelas suas tradições culturais, abrangendo o que "sabem sobre como fazer" e a respectiva expectativa do que farão. Ele dispõe de uma dimensão cultural e estrutural, de forma que mudanças estruturais no Estado, como as guerras e a cobrança de impostos acarretaram mudanças nos repertórios utilizados (TARROW, 2009[1981], p. 51). No Brasil adaptou-se o ao nosso contexto, marcado pela interação e cooperação de movimentos sociais com o Estado principalmente durante os anos dos governos petistas a nível federal. Sendo assim, este conceito foi ampliado para abarcar dinâmicas cooperativas, não meramente conflituosas, como sugere o conceito de "repertório de confronto" (ABERS; VON BULOW. 2011; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA. 2014).

ROW, 2009) utilizados se difundem dos setores mais mobilizados aos menos mobilizados — pois os custos da disrupção estão menores - podemos dizer que estávamos quase na crista da mobilização, ou seja, momento em que os custos de disrupção eram mais baixos e a propensão à mobilização era mais alta.

Com um comparecimento numérico histórico, a assembleia foi capaz de reunir cerca de 1400 estudantes e referendou que se ocupasse a reitoria contra a PEC 241/55, a Reforma do Ensino Médio e o projeto "Escola Sem Partido". A administração da universidade, encabeçada pelo reitor Ivan Camargo, pouco agiu e se manifestou a respeito da PEC, fato que indignava a maior parte dos estudantes comprometidos(as) com a resistência à aprovação da medida.

A ocupação, então, se iniciou com a reitoria cuja assembleia delineou como seria a organização interna e a divisão das tarefas em comissões daquela ocupação: comissão de segurança (entrada e saída de alunos/as da ocupação, vigia noturna, recepção da imprensa), comissão de comunicação (administração do Facebook e do Twitter da Ocupa UnB, resposta à imprensa e rádio Ocupa UnB) comissão de articulação (mobilização das ocupações, negociações com a administração universitária e diálogo com os sindicatos, advogados populares e secundaristas), comissão cultural (realização de festas, oficinas, encontros, aulas demais eventos) e comissão de estrutura. (inventário da reitoria e manutenção do espaço físico).

O desenvolvimento da Ocupa UnB foi marcado pela disseminação de ocupações por blocos de aulas e departamentos entre diferentes campi. Esse processo floresceu o problema de organicidade na Ocupa UnB, significando que o movimento sofreu com dificuldades no desenvolvimento de uma articulação de suas atividades e ações dentro da ocupação da reitoria, em particular, e entre as ocupações, em geral, devido à ausência de uma metodologia que conferisse coesão ao movimento de ocupação.

Apesar desse fato, um conjunto de reivindicações principais foram tiradas na primeira assembleia geral de ocupações da UnB. Foi-se delimitado a exigência do aumento progressivo das bolsas e auxílios da assistência estudantil de acordo com o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o reconhecimento e institucionalização do Quilombo — Diretório Acadêmico Negro e não criminalização do movimento de ocupação e seus participantes.

O problema de organicidade também afligiu a atuação política dentro da Ocupa UnB. Por um lado, havia uma descentralização formal, em que nenhuma ocupação liderava as demais, possibilitando espaço para a manifestação e o desenvolvimento das ocupações de acordo com suas especificidades. Por outro lado, havia a impressão de existir uma centralização informal na ocupação da reitoria, que por vezes teve seus membros atuando em momentos políticos fundamentais da Ocupa UnB sem a companhia de representantes de outras ocupações, sem contar o papel fundamental cumprido pela comissão de comunicação, sediada na reitoria.

O problema de organicidade envolveu o comparecimento às reuniões entre as ocupações e o fluxo de informações entre elas. As reuniões dependiam do comparecimento de representações de todas as ocupações, tanto para compor a elaboração das estratégias políticas a serem tomadas quanto para fazer repasses de suas respectivas ocupações, o que não se concretizava com frequência. Assim sendo, gerou-se o problema da assimetria de informações, que tinham dificuldades de serem circuladas, com exceção de alguns grupos de comissão mais articulados como a comunicação e a segurança.

Esse problema de comunicação desaguava internamente entre as comissões, principalmente na reitoria. Os canais de comunicações demoraram a serem criados, como grupos de conversa pelo Whatsapp que englobassem a maior parte das pessoas presentes organicamente. Ademais, ocorreram casos de ausência de diálogo entre integrantes de diferentes comissões, a exemplo de divergências entre a comissão de comunicação e a de segurança a respeito do tipo de abordagem à imprensa. Além disso, faltava interlocução entre a comissão de articulação, principalmente devido ao desconhecimento por parte da ocupação como um todo das ações tomadas e as pessoas que definitivamente compunham a comissão de articulação. Essa problemática da comunicação interna reforçou a centralização de informações e a própria centralização das atividades políticas dentro da reitoria.

O elevado número de ocupações da Universidade de Brasília fez com que muito tempo fosse despendido na consolidação interna da Ocupa UnB. O surgimento de novas ocupações requeria que as ocupações já existentes prestassem apoio logístico e político, com o remanejo de pessoas e suprimentos. Além do mais, as questões internas pesaram bastante a partir do momento em que surgiu a ameaça de reintegração de posse por parte da reitoria e da Justiça, fazendo com que muito tempo de negociação, articulação e discussão fosse consumido para assegurar que a Ocupa UnB se mantivesse de pé. Ademais, muita energia foi desperdiçada para lidar com a afronta da oposição de estudantes e professores contrários à ocupação (chegando a ocorrer episódios de ameaças físicas a ocupantes), o que envolveu a realização de um CEB (Conselho de Entidades de Base – espécie de assembleia de Centros Acadêmicos) para debater a questão das ocupações, de reuniões da ADUnB (Administração da UnB) marcadas por tumultos de professores opositores.

Desse modo, a Ocupa UnB passou por percalços diante do processo de inscrição das chapas concorrentes ao Diretório Central dos Estudantes (DCE). Esse evento eleitoral foi bastante significativo porque fez com que os (as) ocupantes dividissem esforços e energia entre a sustentação da ocupação e a realização dos trâmites burocráticos da inscrição da chapa de esquerda — que envolvia coletar o nome de participantes. Esse processo foi reforçado pela mobilização despendida na realização de um CEB autoconvocado[7], que buscou e conseguiu prorrogar as eleições para o DCE. Uma vez que o ambiente universitário se encontrava esvaziado pelo fim do semestre e pelo impedimento de ocupações em blocos de salas de aula, fato que dificultaria o comparecimento eleitoral.

Todos esses elementos mencionados causaram dificuldades de mobilização externa, para além dos "muros invisíveis" da UnB. Com o passar do tempo e os desgastes físico e psicológico dos(as) ocupantes,

**6** É possível convocar um CEB sem iniciativa do DCE mediante o recolhimento de 24 assinaturas de Centros Acadêmicos e o aguardo de 48 horas após protocolado a lista de assinaturas.

submetidos a terem que arcar com faltas nos estágios e reprovações em disciplinas, a Ocupa UnB adentrou numa dinâmica cuja própria existência era um fim em si mesma. O cenário estava marcado por uma necessidade de manter a ocupação que se sobrepunha à utilização da ocupação como um catalisador de mobilização e conscientização políticas para além da comunidade universitária da UnB. Tal necessidade envolveu empecilhos para articulação com movimentos secundaristas e sindicatos fora da universidade. Ademais, a articulação com outras instituições de ensino superior foi estabelecida de fora para dentro: as universidades que se mobilizaram para comparecer em ato em Brasília nos dias das votações do Novo Regime Fiscal na Câmara dos Deputados acionaram a Ocupa UnB para solicitar alojamento.

A comunicação entre a Ocupa UnB e tais universidades foi apressada, tendo em vista a urgência das datas e pela falha comunicacional da ocupação da reitoria que não percebeu tentativas de comunicação feitas há semanas por parte de ocupações outras universidades. A articulação com os secundaristas deixou a desejar visto que as reuniões realizadas com os(as) representantes secundaristas do DF e de outros estados foram infrutíferas, em grande parte devido à inação da Ocupa UnB em estimular o diálogo e a ação contínuos. Ademais, a mobilização para fora da universidade ocorreu por conta de ações esporádicas de algumas ocupações.

Tais elementos formam a análise sobre os empecilhos e as limitações encontradas no movimento Ocupa UnB, cuja atuação se restringiu em grande parte à sustentação da própria ocupação ao invés de servir de catalisadora de uma mobilização política generalizada em resistência à aprovação do Novo Regime Fiscal. Esse dilema se aproxima da análise de Lavalle (2011) acerca da diferenciação de valores da participação política. Em determinados momentos, os (as) ocupantes assumiram que a Ocupa UnB dotava de um valor em si, ou seja, a existência da ocupação e sua produção de novas relações sociais passaram a possuir uma importância maior do que o seu valor instrumental, isto é, impedir a aprovação do Novo Regime Fiscal e as demais medidas educacionais retrógradas por meio da catalisação de um processo de mobilização generalizada. Ainda assim, a Ocupa UnB logrou conquistas significativas que se aproximam aos efeitos intra-movimentos e aos efeitos extra-movimentos de caráter político e cultural apontados por Albuquerque, Carlos e Dowbor (2016).

Em termos concretos, o movimento de ocupação conquistou[8] um espaço físico para o Quilombo — Diretório Acadêmico Negro. O Quilombo é um diretório acadêmico negro (que inicialmente consistia numa ocupação do movimento estudantil negro realizada anteriormente à Ocupa UnB) que reivindicou uma sala para o encontro da comunidade negra e que ainda demanda sua incorporação aos quadros institucionais da universidade. O Quilombo serve de espaço de empoderamento e centro de representação negra, para articulação e autogestão da luta negra contra o racismo institucional, pela ampliação das políticas de ação afirmativas, entre outras demandas (QUILOMBO, 2016).

Outra conquista foi a criação do Centro de Convivência de Mulheres (CCM), fruto da Ocupa das Minas, ocupação exclusiva de mulheres, que serviu de espaço feminista autogestionado em resistência aos abusos e violências machistas perpetrados dentro da UnB (por exemplo, o suicídio de uma estudante de Direito em função de um professor assediador do mesmo curso) e aos casos de machismo da Ocupa UnB. O Centro de Convivência de Mulheres é um espaço de acolhimento, fortalecimento, troca de saberes e articulação de mulheres da UnB, que conquistou uma alocação física e sua operacionalidade institucional por meio da luta das mulheres perante a administração da universidade (CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES, 2017).

Outra consequência do movimento de ocupações foi a ascensão política da esquerda dentro da UnB, refletida na eleição para o DCE. Como reflexo da efervescência política vivenciada na universidade, setores ligados à esquerda lograram uma maior mobilização e maior respaldo dentro da comunidade acadêmica. Tais elementos que contribuíram para a eleição da chapa Todas as Vozes, uma frente que articulou diversos coletivos e organizações de esquerda, conquistando o Diretório após anos de gestões de direita. Esse processo se referenciou no fato de muitos ocupantes terem composto ou apoiado a chapa no processo eleitoral.

Outro efeito bastante relevante do movimento de ocupação na UnB foi a participação de estudantes autônomos. A construção das ocupações foi fortemente baseada na participação de estudantes que não estavam presentes no dia-a-dia do Movimento Estudantil e que não estavam inseridos em organizações estudantis e/ou partidárias. Esse fato foi um reflexo do aumento da politização do ambiente universitário que, por sua vez, foi resultado do próprio processo de politização vivenciado pela sociedade brasileira numa conjuntura de crise econômica e política.

Nesse sentido, a dinâmica da ocupação possibilitou com que mais pessoas estivessem em contato com a política fora da institucionalidade da ordem. Esse é outro elemento fundamental que a Ocupa UnB colheu do movimento de ocupação. A dinâmica de ocupação possibilitou a formação política de diversas pessoas que outrora não se encaravam como agentes políticos e que passaram a perceber as dinâmicas de poder postas dentro da universidade e na conjuntura política brasileira.

O impacto positivo da conquista de um espaço para o Quilombo representa um efeito extra-movimento de ordem política por ter influenciado uma instituição política da universidade de Brasília bem como consiste num efeito distributivo referente à alocação de espaço, oriundo do valor instrumental da Ocupa UnB enquanto forma e espaço de participação política. A criação do Centro de Convivência de Mulheres é tanto um efeito intra-movimento, visto que se formou da articulação de mulheres que surgiu da experiência da Ocupa das Minas, inserida no contexto da Ocupa UnB; quanto um efeito extra-movimento de ordem política, em função da aquisição da sala e da inserção institucional. A vitória eleitoral da chapa Todas as Vozes significa um efeito extra-movimento de ordem política ao ter galgado um êxito político dentro das instituições representativas da universidade, dentro

**8** O verbo "conquistar" implica numa noção de causalidade, isto é, de que a mobilização do Quilombo e da Ocupa UnB causaram a aquisição da sala e incorporação institucional do Quilombo. Ainda que não seja impreciso, é necessário ter em mente uma série de outros fatores que funcionaram como condições para esse sucesso e que o movimento sozinho não gerou a causalidade. Exemplifica isto o fato de ter decorrido na mudança de gestão da reitoria da UnB, saindo de uma gestão mais tecnocrática - sem posicionamento político - para uma de centro-esquerda. Assim, o aprofundamento analítico deste impacto exige uso da noção de "combinações causais", abarcando uma relação de condições e outros fatores para esse sucesso mais do que uma relação de causalidade direta e universal (ALBUQUERQUE, CARLOS e DOWBOR. 2016) - o que seria inclusive difícil dado a grande especificidade da demanda em questão, a institucionalização do Diretório Negro e a aquisição da sala.

da perspectiva ideológica dos(as) ocupantes. Por fim, a participação política de estudantes autônomos(as) e não familiarizados(as) com o movimento estudantil, assim como sua consequente formação política equivale a ganhos de efeito extra-movimento de teor cultural por permitir o incremento na prática política dos(as) participantes do movimento Ocupa UnB.

Além dos efeitos mencionados, merece atenção também outro tipo de resultado de ordem cultural, mais especificamente os conhecimentos sobre organização política produzidos no seio da Ocupa UnB, analisado a seguir.

## A criação de uma outra Ciência Política no movimento de ocupações

Desde sua origem em autores estadunidenses, a Ciência Política era vista como uma ciência das instituições políticas estatais para proteger a propriedade privada, direitos individuais e procedimentos formais, temendo os males que a soberania popular traria para tais. Ou seja, começou marcadamente liberal, institucionalista e antidemocrática (BIANCHI, 2011).

No século XX, antes da Segunda Guerra Mundial, cientistas políticos se engajaram nos estudos de controle social de soldados e, criada sua versão behaviorista e institucionalizado o campo, chegou a ser utilizada como propaganda de Estado na legitimação da associação entre a democracia liberal e o republicanismo ao mesmo tempo em que julga a ausência de participação popular uma virtude (FERES JÚNIOR, 2000).

A Ciência Política brasileira, por sua vez, inicia-se com uma primazia explicativa do Estado, tanto em resposta ao incremento da ação do Estado pela "modernização conservadora", quanto numa tentativa de autonomizar a política como um objeto (FORJAZ, 1997) e chega hoje com uma hegemonia do marco teórico neoinstitucionalista sobre o campo (LIMONGI et. al. 2015 apud OLIVEIRA & TAVARES, 2016).

A consequência deste foco estrito na institucionalidade do Estado foi uma lacuna do campo no estudo da política como "fogo de pneu", isto é, de protestos e movimentos sociais, verificada em seus periódicos principais (OLIVEIRA & TAVARES, 2016).

Comparada com a Ciência Política acadêmica, descrita acima, o movimento de ocupações produziu uma Ciência política alternativa, que abordou os meandros da política contestatória ou do "fogo de pneu". A partir de seu conhecimento tácito fundamental à existência cotidiana e à ação das próprias ocupações, sendo atrelado às práticas político-culturais da ocupação, forjou-se um conhecimento sobre política da organização popular.

O conhecimento tácito necessário ao funcionamento da ocupação se inicia logo após o ato de ocupar, em que dividimos o trabalho em comissões de adesão voluntária, já mencionadas. O conhecimento sobre essa divisão do trabalho em comissões vem de experiência passadas tanto de militantes e de outras ocupações, quanto de novas situações enfrentadas pelos(as) ocupantes, conhecimentos entendidos como fundamentais para o funcionamento de uma ocupação. Ainda que houvessem divergências a respeito do nível pela qual este princípio estava sendo respeitado, entendia-se que as decisões da ocupação deveriam estar subordinadas à Assembleia de cada ocupação e à Assembleia Geral das ocupações, funcionando como um meio de amarrar todas as comissões e como um princípio de soberania popular e democracia direta. Por essa razão, rechaçava-se quando a comissão de articulação negociava coisas com a reitoria que não haviam sido discutidas ou fossem contrárias ao decidido em assembleia. Várias outras divergências acerca de problemas de repasses de informação entre as comissões giraram em torno da necessidade de uma organicidade interna – ou seja, de uma coesão entre toda a ocupação – e de soberania da assembleia para tal. Entretanto, essa divisão do trabalho variava entre ocupações de acordo com seus objetivos frente aos respectivos cursos ou tipo de ocupação. Na sala ocupada pelo Quilombo, como sua reivindicação era distinta, sua divisão do trabalho interno se diferenciava e não era o mesmo número de comissões das outras ocupações.

O movimento de ocupações na UnB tinha dois objetivos principais: a) ser um meio de mobilização eficiente de pressionar o sistema político contra a aprovação da PEC 214/55, em menor grau, contra a Reforma do Ensino Médio e Escola Sem Partido; b) ser um meio eficiente de pressionar por demandas locais a reitoria – como aumento da bolsa da assistência estudantil e a incorporação institucional do Quilombo.

Dentre os vários materiais que as aulas públicas e eventos – que ocorriam para dar apoio à ocupação e manter pessoas nelas – difundiam, dois se destacam por expressar esse tipo de conhecimento sobre política. Um deles era uma zine[9], intitulada "Como Ocupar um Colégio? " (2015), criada em 2011 durante a luta por educação pública no Chile. Ela foi traduzida pelo coletivo secundarista "Mal-Educado" em 2015 e serviu para "deixar mais fácil o caminho para os companheiros que estão começando sua luta agora", isto é, para secundaristas que estavam na luta contra a "reorganização escolar" em São Paulo. Há nela uma breve análise sobre a relação entre duração de uma ocupação e sua respectiva eficácia e necessidade, apresentando como a ocupação consiste num método de luta para atingir um objetivo, seja lutar contra uma medida governamental, seja reivindicar a favor de alguma política. Apresenta também questões a respeito da divisão do trabalho da ocupação e da necessidade da submissão à democracia direta da assembleia bem como metodologias que aperfeiçoem o funcionamento de ambas e da organicidade da ocupação – a exemplo de uma comissão de informação, responsável por divulgar as decisões das assembleias internamente – logo deste método de luta. As práticas expressadas pela zine não são "uma fórmula secreta nem perfeita para ocupar", mas "princípios básicos" (MAL-EDUCADO, 2015, p.02), e portanto, utilizáveis e adaptáveis aos contextos específicos, o que a permitiu tornar-se relevante para ocupações diversas, do Chile a Brasília.

Outro texto relevante e que se espalhou, sobretudo através de conversas informais, foi o artigo "A Tirania das organizações sem estrutura", resultado de um discurso de Jo Freeman (1970), uma cientista política estadunidense e militante feminista, e depois

**9** Uma zine é uma revista feita de forma caseira, sob a lógica do "faça-você-mesmo", na qual não são necessários conhecimentos especializados sobre produção de revistas e sobre o conteúdo que se quer falar. É uma prática muito difundida no movimento punk e entre redes anarquistas.

publicado no Berkeley Journal of Sociology em 1973. A partir de sua experiência feminista, a autora critica a opção de, com receio de gerar relações de dominação dentro do movimento, não se criar nenhuma estrutura formal em algumas organizações feministas. Na sua ausência, estruturas informais resultantes de laços de afinidades – relações de amizade – feitas dentro do movimento dominam a organização de tal maneira que se constrói um elitismo pelo qual as decisões passam por esse grupo informal e, em consequência, o funcionamento organizativo passa a depender dos critérios de escolha de amigos(as) e não da eficácia do movimento em alcançar seus objetivos. O movimento fica restrito a uma impotência política e sua organização se torna um fim em si mesma. Ao final, Freeman (1970) prescreve alguns "princípios da estruturação democrática" que contraria relações de dominação ao mesmo tempo em que cria uma organização eficaz. A dimensão teórica de seu texto em torno da organização política e a proposta de "princípios" – não de um manual de aplicação rígida – viabiliza sua adaptabilidade. Esses princípios também sugerem que, partindo da prática no movimento feminista, é um texto ligado à prática e que faz orientações normativas sobre ela.

Em síntese, podemos perceber algumas características comuns ao conhecimento tácito: é um tipo de conhecimento forjado na experiência vivida localmente — no movimento de mulheres no texto de Freeman, nas ocupações de escola da zine e no cotidiano da ocupação da UnB –, um aprendizado construído tacitamente e que é condição para a ação do movimento; trata-se de um conhecimento que, mesmo produzido localmente, é dinâmico (exemplificado na variação de sua aplicação, na referência a "princípios" e na ausência de "fórmula perfeita") e teórico (ainda que, por exemplo, haja diferentes níveis de abstração entre o artigo de Freeman e a zine, que é um pouco mais operacional, ambas têm teorias sobre eficácia da luta) possibilitando um deslocamento geográfico e uma adaptabilidade temporal. O deslocamento geográfico—temporal e a adaptabilidade do conhecimento sobre organização da ocupação e organização autogestionária dão indícios de que vigora uma espécie de universalização adaptável. Ou seja, problemas e soluções semelhantes acerca da organização política são compartilhados entre as pessoas envolvidas nesses métodos de luta e moldadas às necessidades de diferentes locais e tempos. Ademais, é um conhecimento que está ligado, em essência, à prática concreta e específica sobre a qual dissertam e pretendem orientar.

Juntos, esses aspectos desse tipo de conhecimento sobre política formam uma Ciência Política da organização popular, mais especificamente da organização política autogestionária – na qual as próprias pessoas envolvidas decidem diretamente o caminho da organização. Típica da divisão do trabalho ligada à soberania da assembleia, a Ciência Política da organização popular é feita pelo próprio movimento de ocupação, que analisa a adequação do método de luta (a ocupação) ao fim almejado (a rejeição das duas medidas supracitadas e as reivindicações locais) e que pensa em como aprimorá-lo. É uma ciência política que trata dos meandros, inclusive operacionais do "como fazer" — exemplificada pela zine — da "política do fogo de pneu" a partir da perspectiva de quem a faz.

Tal Ciência Política da organização criada no movimento de ocupação poder ser entendida como uma Ciência Cidadã[10], na conceituação utilizada por Irwin (1995), na qual cidadãos participam ativamente do processo de disseminação e desenvolvimento científico e, assim, tenham sua expertise cidadã levada em conta, isto é, seu conhecimento adquirido na realidade cotidiana. Assim, a característica da ciência usada por cidadãos, de fazer sentido a eles(as) em seu uso cotidiano, particular/local e prático (IRWIN, 1995), está presente, como supracitado, nesta Ciência Política sobre organização popular, cujo caráter tácito e diário gera uma especialização, uma expertise cidadã no assunto.

Esse vínculo à prática adaptada localmente expressa uma ligação entre a análise e a práxis. Encaixa-se na ciência da política, identificada por Gramsci (1891-1937), utilizada por Maquiavel (1469-1527) contra as classes dominantes de sua época. Nela, a análise feita por este tipo de ciência política com vinculação à prática só faz sentido porque busca efetivar na realidade o programa de sua prática política, sendo esta sua própria condição de objetividade. Ela une "o cientista da política" ao "político prático" (GRAMSCI, 1976).

Tal ponto nos remete à forma através da qual a ciência política cidadã é validada e criada. Assim como a forma de organização da ocupação, as relações de produção desse conhecimento tácito são autogestionárias, ou seja, seu conhecimento é criado pelas próprias pessoas envolvidas nele. O conhecimento sobre política era difundido no movimento de ocupações primordialmente de três maneiras: nas diversas assembleias, em conversas informais e em aulas subvertidas ou públicas[11] — diferente das aulas tradicionais. Eram três também as formas de validar a ciência política da organização popular: I) nas assembleias, os encaminhamentos aprovados após debate davam a linha do que seria efetivado na realidade com nossa organização; II) a tentativa e erro estavam presentes para validar o que não funcionava. Um exemplo disso se deu quando, após ao primeiro ato em que ocorreram falhas na metodologia de repasse de informação ao conjunto da ocupação feita pelo Grupo de Trabalho Tático (criado para pensar a tática das manifestações que realizaríamos garantindo que a informação não "vaze" ao Estado), criou-se outra metodologia de repasse para o ato seguinte; III) por fim, a conexão do conteúdo das conversas informais ou aulas subvertidas aos aspectos locais. Esta última é exemplificada pelo "compartilhamento de experiência" ou "troca de experiências" que acontecia entre nós e ocupações de outras cidades — em plenárias conjuntas pré-ato, conversas informais e através da rádio que criamos — em que relatávamos os processos e dilemas vivenciados em nossas respectivas ocupações e percebíamos padrões similares aos locais ou aspectos que poderiam nos ajudar localmente[12].

Como as formas de validação deste conhecimento passam pelas relações autogestionárias criadas na ocupação, implicou-se numa epistemologia autogestionária deste conhecimento. Ainda que utilizada sob uma variedade de contextos e com certa maleabilidade — na "universalização adaptável" — foi construída contextualmente por cidadãos(ãs) e, por isso, carac-

**10** uso do termo "cidadãos" exprime uma limitação para os propósitos desse trabalho. Embora em todos os exemplos utilizados por Irwin ele esteja se referindo a grupos e pessoas subalternos, a categoria "cidadã" não comporta uma série de clivagens referentes a posições de dominação e subalternidade, características da nossa sociedade marcada por sistemas de opressão. Mais preciso é falar de uma Ciência dos(as) oprimidos(as).

**11** Por aulas tradicionais, podemos pensar como tipo ideal aquela em que o(a) professor(a) é o centro do conhecimento e o(a) aluno(a) o receptor(a), sendo realizada nas salas de aula, tratando dos assuntos regulares da ementa e com a existência de avaliações regulares. Já as aulas subvertidas são aquelas que alteravam o padrão normal de sala de aula: incluem assuntos não previstos na ementa para tratar da conjuntura, tentam explicitamente auxiliar de alguma forma a ocupação e a mobilização que estava ocorrendo, costumam ocorrer em formato de roda, fora da sala de aula e tinham relações mais horizontais entre professores(as) e alunos(as).

**12** A capacidade de identificar padrões comuns tinha, contudo, seus limites demarcados por posições ideológicas entre os grupos do movimento estudantil. Pessoas de uma mesma organização – uma juventude partidária ou entidade específica – ou mesmo campo – como estudantes independentes e autônomos, "críticos às entidades" –, tendem a compartilhar mais experiências e dar mais credibilidade aos relatos entre si. Apenas nas assembleias tais limites eram rompidos, mas a barreira da credibilidade permanecia ali e a chancela material, de uma prova concreta sobre o que diziam, parecia necessária.

teriza-se como uma epistemologia popular (IRWIN, 1995).

No movimento de ocupação, valorizávamos bastante as relações autogestionárias que estabelecíamos entre nós e julgávamos que a democracia direta ou participativa interna, fruto dessas relações, deveria expandir-se a toda sociedade, inclusive ao funcionamento da universidade. Assim, a crítica interna constava desde a crítica às "estrelinhas do movimento estudantil" – pessoas que se destacavam midiaticamente na ocupação, mas pareciam não valorizar as assembleias e não participar da ocupação cotidianamente – até a crítica ao funcionamento normal da sala de aula, do sistema de notas e da universidade como um todo, imbuída de hierarquia e de um funcionamento que nos impede de decidir sobre nossa educação. Era muito comum ouvir entre os ocupantes que, durante o período da ocupação, tinham outra relação com a universidade: saem da refração e passam a deter um sentimento de pertencimento a ela. Em seu lugar, sugeria-se as aulas subvertidas, assembleias e outros meios de produção de conhecimento alternativos, cujos embriões estariam na ocupação.

Esse processo de produção e validação da Ciência Política da organização popular traz, como identificado por Irwin (1995) entre "objetos da experiência" e "experimentadores", ou, nos termos das ciências sociais, entre objeto pesquisado e pesquisador(a). Como a descrição desse processo demonstrou, assim como não há uma diferenciação de papéis entre "cientista da política" e "político prático", inexiste essa duplicidade objetificadora, pois ambos estão unidos de maneira imanente – e esta separação sequer aparece como uma questão.

Esta Ciência Política da organização popular[13] criada no movimento de ocupações, que orienta a prática aos métodos de luta mais eficazes avtos fins almejados por ela própria localmente adaptada, foi um tipo de efeito de ordem cultural. As práticas político-culturais tácitas do movimento de ocupações expressaram um conhecimento sobre métodos de luta mais eficazes a determinadas demandas que foi criado e, possivelmente, servirá de referência futura às próximas lutas e próximas ocupações. Além de ter sido uma prática concreta que existiu no movimento de ocupações, ela perdura e se expressa em práticas análogas do campo mais amplo dos movimentos.

## Considerações Finais

Neste artigo realizamos um breve balanço do movimento de ocupações da UnB de 2016. Com base na epistemologia da experiência vivida da feminista negra Patrícia Hill Collins (1948) e na metodologia de compreensão participativa de Harry Collins(1943), analisamos a valoração da ocupação pelos efeitos que essa gerou – nos termos da tipologia de valores da participação política, ligados à breve revisão de literatura sobre efeitos de movimentos sociais feita por Albuquerque, Carlos e Dowbor (2016).

Assim, foi possível identificar: efeitos intra-movimentos no campo geral de movimentos sociais, no caso da organização de mulheres que lutou pelo CCM e surgiu da Ocupa das Minas; efeitos extra-movimento de ordem política da universidade – a conquista das salas do Quilombo e do CCM, bem como o impacto sobre a vitória eleitoral da chapa Todas as Vozes ao DCE; efeitos de ordem cultural no que tange à formação política de estudantes autônomos(as) e à criação da Ciência Política da organização popular a partir das práticas político-culturais de funcionamento da ocupação. Esta última, mais aprofundada neste artigo, manifestava uma ciência política que analisava os melhores métodos de luta para atender os fins almejados (as demandas federais e locais) e, por isso, não separa o(a) "cientista da política" do(a) "político prático", papéis que se encontravam conectados de maneira imanente nos(as) ocupantes e estavam, portanto, ligados e adaptados à prática local, concreta, de imediato.

tEste artigo, entretanto, possui algumas limitações que servem de incentivo para a complementação da investigação e análise do movimento de Ocupa UnB, em particular, e das ocupações nacionais, no geral. Nós estávamos presentes em apenas uma das dezesseis ocupações da Universidade de Brasília, a da reitoria. Logo, é possível que a experiência vivida por outros prédios ocupados tenha sido distintas da que vivemos. Além disso, devido a limitações e aos nossos cortes identitários, não logramos captar todos os vieses e fenômenos de clivagem de opressão e desigualdade que permutaram e estavam inseridos no processo da Ocupa UnB, havendo espaço fértil para a complementação da análise nesse sentido. Ademais, há lacunas que possibilitam um aprofundamento das condições causais que levaram aos efeitos extra-movimentos de ordem política, agregando outros fatores presentes na conjuntura universitária que facilitaram a conquista de algumas demandas, já que a mobilização sozinha não é capaz de explicá-la por inteiro. Por fim, este artigo pretendeu avançar no debate acerca dos efeitos do movimento de ocupações em 2016.

**12** É possível o estabelecimento de um diálogo com as teorias pós-coloniais. Sob a crítica do sistema mundial colonial/moderno, as contribuições de Walter Mignolo (2003) apontam que tal sistema situou a produção de conhecimento na Europa. Assim, as discussões da pós-colonialidade recolocam a proporção entre locais geoistóricos (históricas locais) e a produção de conhecimento, dando ênfase a epistemologias não-ocidentais. Dito isso, assim como o diagnóstico do surgimento de uma ciência política popular que se apresenta como uma ciência política alternativa à ordem acadêmica, tais referências auxiliam a traçar um debate acerca de novas ciências e novos conhecimentos, que partem de "outros" sujeitos e suas práticas políticas e cujo aprofundamento é inviabilizado pelos limites desse trabalho.

## Referências bibliográficas


ABERS, Rebeca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. (2014), "Repertório de Interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 57,2:325-357.

ABERS, R.; VON BULLOW, M. (2011), "Movimentos sociais na teoria e na prática:como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?". *Sociologias*, 13, 28:52-84.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika (2016), "Movimento sociais e seus efeitos nas políticas públicas: proposições analíticas e metodológicas". *iln*: 40º Encontro Anual da Anpocs, 2016, Caxambu-MG. Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs. São Paulo: Anpocs,

BIANCHI, Álvaro. (2011), "Political Science contra a democracia". *Opinião Pública*,17, 1:76-105.

DUTRA,Carla.MORENO,Camila "Escola Sem Partido: estratégia golpista para calar a educação". Carta Capital, 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-estrategia-golpista-para-calar-a-educacao> Acessado em: 30/11/2017

CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES – UNB (2017). Nota de Pedido de Apoio. Disponível em < http://bit.ly/2hl1l6p >. Acessado em: 12/07/2017.

COLLINS, Patrícia Hill. (2002), *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*,. New York, Taylor & Francis e-Library.

COLLINS, H. M. (1984). "Researching spoonbending: concepts and practice of participatory field work",in: BELL, Colin; ROBERTS, Helen (org.). *Social Researching: Politics, Problems, Practice*. London, Routledge and Kegan Paul.

OSHIMA,Flávia Yuri.MORRANE,Beatriz "O Legado das ocupações nas escolas". Época, 2017. Disponível em: http://epoca.globo.com/educacao/noticia/2017/02/o-legado-das-ocupacoes-nas-escolas.html; Acessado em: 19/07/2017.

ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em: http://www.programaescolasempartido.org/; Acessado em: 30/07/2017.

FERES JÚNIOR, João. (2000), "Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da Ciência Política americana tem para nos contar". *Revista de Sociologia e Política*, 15: 97-110.

FORJAZ, M. C. S. (1997), "A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: Aspectos Institucionais". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 12, 35.

FREEMAN, Jo.(1970), A tirania das organizações sem estrutura. Disponível em: < https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21tirania.htm >. Acesso em: 15/06/2017.

GRAMSCI, Antonio. (1976), *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

IRWIN, A (1995). *Ciência Cidadã: um estudo das pessoas, especialização e desenvolvimento sustentável.* Lisboa:Piaget,2009 ,Instituto Piaget.

LAVALLE, A.G. (2011), "Participação: valor, utilidade, efeitos e causa", in R., PIRES. (Org.), *Efetividade das instituições participativas no Brasil: Estratégias de avaliação*, Brasília, IPEA.

LIMONGI, Fernando; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de & FREITAS, Andrea. (2015), "Da sociologia política ao (neo)institucionalismo: trinta anos que mudaram a ciência política no Brasil", in AVRITZER, Leonardo & MILANI, Carlos (orgs.), *Ciência política no Brasil: história, métodos, conceitos*

MAL-EDUCADO. *Como Ocupar um Colégio?*. Disponível em: < https://issuu.com/omaleducado/docs/como-ocupar-vers__o-web_fe32bdfbe0b515 > Acessado em: 01/07/2017.

MARXISMO 21, *Dossiê Escola sem Partido*. Disponível em: < http://marxismo21.org/escola-sem-partido/ > Acessado em: 07/10/2017.

MIGNOLO, Walter. (2003), *Histórias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.

OLIVEIRA, Ian Caetano & TAVARES, Francisco Mata Machado. (2016), "Omissões e Seletividades da Ciência Política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas sócio-epistêmicos". *Revista Brasileira de Ciência Política*, 19:11-45.

PASSA PALAVRA *Reforma do ensino médio: uma estratégia empresarial.* Disponível em: <http://passapalavra.info/2016/10/109597>; Acesso em: 09.10.2017

PASSA PALAVRA. *Sem futuro: reestruturação produtiva na escola*. Disponível em: <http://passapalavra.info/2016/11/109963>; Acesso em 09.10.2017.

PUTNAM, Robert D. (1994), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy.* Princeton, New Jersey, Princeton University Press.

QUILOMBO - DIRETÓRIO ACADÊMICO NEGRO. *Por que ocupamos?*. Disponível em < http://bit.ly/2f52M8x > Acesso: 12/07/2017.

TARROW, Sidney. (2009[1998]), *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Tradução de Ana Maria Sallum. Rio de Janeiro, Editora Vozes.

TILLY, Charles. (1995), *Popular Contention in Great in Brittain*, 1758-1834. Cambridge, Harvard University Press

VAZQUEZ, João Pedro. (2017), "Estado e capital fictício: o Novo Regime Fiscal no Brasil". *CSOnline - Revista Online de Ciências Sociais*, 23.

# As subjetividades no ambiente escolar: o movimento de ocupação de 2016 no oeste catarinense

**Resumo:** O objetivo deste artigo é refletir a relação entre a constituição das subjetividades, com a ocupação escolar, e o modelo de educação formal, através do arcabouço da psicologia histórico-cultural. Trabalharemos o conceito de subjetividade e refletiremos acerca da constituição das subjetividades individuais e coletivas na unidade escolar em 2016, período em que a instituição encontrou-se ocupada, integrando o conceito de emancipação para pensar o processo educacional. A análise desta narrativa será elaborada a partir da rede social Facebook, através da página do movimento de ocupação da Escola de Educação Básica Tancredo de Almeida Neves (Chapecó, Santa Catarina), intitulada "Ocupação do Tancredão".

**Abstract:** *The objective of this article is to think about the connection between the subjectivities's construction, school occupation and formal education pattern through the framework of historical-cultural psychology. We will work on the concept of subjectivity and reflect on the constitution of individual and collective subjectivities in the school unit in 2016, a period in which the institution was occupied, integrating the concept of emancipation to think the educational process. The analysis of this narrative will be elaborated from the social network Facebook through the page of the movement of occupation of Basic School of Education Tancredo de Almeida Neves (Chapecó, Santa Catarina), titled "Occupation of Tancredão".*

**Leandro Gomes Moreira Cruz**

Graduando do Curso de Licenciatura em História e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, através da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Chapecó/SC

**Contato:**

l.g.m.cruz@live.com

**Morgana Elisha Jahnke**

Graduanda do Curso de Licenciatura em História e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, através da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Chapecó/SC

**Contato:**

morganae.jahnke@gmail.com

**Palavras-chaves:**

Movimentos Sociais. Movimento Estudantil. Ocupações. Efeitos. Ciência Política.

**Keywords:**

School Occupation. Subjectivity. Education. Emancipation

## Considerações iniciais

*"Não reforme a escola, reforme seu governo!"*[1]

É com estes dizeres que iniciamos as reflexões acerca da emergência dos movimentos de ocupação nas escolas públicas. Surgindo como uma forma de protesto às medidas governamentais, argumentadas de modo consequencial, pensadas a partir da ascensão de Michel Temer, sem eleições, à presidência após o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Roussef, constituindo a caótica conjuntura política de 2016. Pensamos a respeito da subjetividade dos indivíduos que permeia a construção de um imaginário coletivo no ambiente escolar, buscando compreender os fatores predominantes em suas concepções e a relação com o modelo de educação vigente.

Em 2015 emergiram movimentos de ocupação de estudantes secundaristas em oposição às medidas tomadas pelo Governo Estadual do PSDB em São Paulo, que determinavam a reorganização escolar, o que incluía o fechamento de algumas unidades de ensino. Em 2016, com novas medidas governamentais, em âmbito Federal, as ocupações cresceram gradualmente, tomando proporções nunca vistas anteriormente no país. Centenas de instituições escolares de Ensino Básico encontraram meios de organização, percebidas como autônomas e pautadas em exercer uma democracia, de forma mais direta, de acordo com seus interesses, construindo as relações no âmbito escolar de maneiras menos hierarquizadas.

Ainda que seja recente a emergência do fenômeno das ocupações, alguns estudiosos já vêm se dedicando em pesquisas para compreender as especificidades desses movimentos. Alguns desses trabalhos merecem maior destaque, dentre eles "Os estudantes ainda estão famintos!: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil"[2], de Denise N. De Sordi e Sérgio Paulo Morais, em que os autores tratam a relação dos movimentos estudantis com os movimentos sociais, problematizando suas especificidades além das peculiaridades dos seus objetivos. Outro fator relevante nesse estudo refere-se à comparação dos retratos que a mídia produz sobre o movimento de ocupação, que destoa dos relatos das experiências dos estudantes descritos nas entrevistas e nas redes sociais; o trabalho denominado "Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci"3, de Simone Fátima Flach e Anita Helena Schlesener. Tal trabalho enfatiza os pormenores vinculados ao cenário político nacional no período em que as medidas governamentais vem à tona com finalidade de sua efetivação, tomando em sua proporção como consequência o levante das ocupações, além de utilizar de um viés materialista para pensar em torno das ações políticas e sociais, relacionando-as aos processos de desocupações consequenciais das solicitações de Reintegração de Posse; e o artigo intitulado "Escolas de luta, educação política (2016)"4 de Carolina de Roig Catini e Gustavo Moura de Cavalcanti Mello, atém-se a refletir o caráter auto gestionário do movimento de ocupação, embora também sejam verificados os limites de um movimento pontual que não se articula com outras frentes de lutas sociais. Sendo assim, não expande seus horizontes e o resultado disso é a não reestruturação da ordem social e o desfecho de "revolta popular".

A partir da verificação de outros olhares em torno do desdobramento das ocupações escolares, optamos por partir nossa reflexão através da apropriação de novas práticas bem como as linguagens modernas, com a utilização de meios virtuais como fonte histórica. Portanto, a abordagem nortear-se-á através de pesquisa qualitativa em que serão realizadas análises por meio da página da rede social *Facebook*, intitulada "Ocupação do Tancredão"[5]. Para tanto, articulamos a análise às ideias de Almeida (2010), Lévy (1999) e Côrrea & Rozados (2017).

Almeida (2010) volta-se a tratar os pormenores vinculados à utilização das fontes digitais para a historiografia, a importância da incorporação de meios

**1** Esta frase foi encontrada entre os cartazes confeccionados pelos secundaristas que constituíram o movimento de ocupação da E. E. B. Tancredo de Almeida Neves. Disponível para visualização no vídeo elaborado pelos mesmos, encontrado na

virtuais à pesquisa histórica para refletir a contemporaneidade bem como a preocupação em associar essa "nova" categoria de fonte histórica à tomada de consciência do historiador e sua utilização para a compreensão do tempo presente. Ainda, lembra a efemeridade encontrada na *Internet*, em que o conteúdo ora é disponível online, ora é retirado do ar sem aviso prévio, correndo o risco de ser perdido. Contudo, torna-se relevante também o desenvolvimento de formas para preservação destas fontes.

Relevante à nossa análise, Lévy (1999, p.17), explana o conceito de "cibercultura", como aspectos materiais e intelectuais que incorporam um conjunto de técnicas e valores que se desenvolvem simultaneamente ao crescimento do que o autor denomina "ciberespaço". Sendo assim, comprova-se a conveniente utilização das fontes digitais, bem como da *Internet*, para o entendimento das subjetividades no século XXI.

Ainda, outro termo a ser lembrado às implicações metodológicas pensadas para este trabalho, refere-se à "netnografia", uma forma de estudo que se popularizou recentemente, na qual incorpora o uso da etnografia à era virtual. A diferenciação entre a etnografia e a "netnografia" perpassa a explanação exercida por Côrrea e Rozados (2017):

> *"a etnografia é uma disciplina que estuda e descreve a cultura de uma comunidade a partir da observação participante e da análise dos dados observados [e] a netnografia é uma adaptação da pesquisa etnográfica que leva em conta as características dos ambientes digitais e da comunicação mediada por computador." (BÁZTAN apud CÔRREA & ROZADOS, 2017, p. 02)*

Todavia, interpretamos este método antropológico da Comunicação Social e da Ciência da Informação como meio auxiliar à utilização das redes sociais como fonte histórica, sob ressalva de que nossa perspectiva analítica reporta-se ao campo da historiografia. Sendo assim, tencionamos um olhar histórico à formação das subjetividades em meio à contextualização política e social em decorrência das ocupações escolares.

A partir das considerações acerca da utilização de fontes digitais, será investigada, para a reflexão em torno da construção subjetiva, a percepção através de elementos superficiais vinculados a uma das modernas formas de relação da pós-modernidade[6]: a página encontrada em meio ao *site* de relacionamentos, *Facebook*. Serão analisados os vídeos produzidos pelos secundaristas referentes ao movimento de ocupação, as fotografias, notas e programações que retratam o movimento, publicadas pelos próprios integrantes.

A Escola a qual está associada a página virtual denomina-se Escola de Educação Básica Tancredo de Almeida Neves, que atualmente possui cerca de 900 estudantes nos três turnos, configura-se como uma escola pública, da rede estadual de ensino. Tal instituição está localizada no município de Chapecó, Santa Catarina, em um bairro industrial periférico operário, chamado EFAPI. Segundo o Projeto Político Pedagógico - PPP (2016), em 1985 é fundada a E. E. B. Tancredo de Almeida Neves em local provisório. após inúmeros momentos de luta da comunidade escolar e acordos burocráticos, iniciou-se o processo de construção da Escola em 2000 e, somente em 2003, com o atraso de um ano a obra foi concluída e a Instituição de Ensino inaugurada.

Além do Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio Regular, a escola possui o Ensino Médio Inovador, que funciona de modo integral, somando em sete horas por dia na escola. Tal modalidade de ensino enfatiza o aprendizado cultural, pois os estudantes optam entre aprender cultura, com aulas de violão, artesanato e percussão, e aprender esporte, referindo-se a aulas de jogos de quadra e de mesa e jogos com raquete. Além disso, são englobados itens como trabalho, ciência, cultura e tecnologia; subdividindo sua base em cinco áreas do conhecimento: linguagens, ciência da natureza, ciências humanas, matemática, cultura e esporte. A ênfase da pesquisa na na 1ª série foi Escola e Moradia, na 2º série, a Comunidade e na 3º série, Vida e Sociedade, segundo consta no Projeto Político Pedagógico (2016) da Escola.

O decorrer da análise perpassa um recorte temporal referente ao período em que a escola se manteve ocupada no ano de 2016, período este que se desdobra a partir do final do mês de outubro até o final do mês subsequente.

A partir da explanação em âmbito geral acerca do tema abordado, atemo-nos a pensar os desdobramentos que levam à problemática pautada na elaboração deste artigo, que visa responder as questões em torno da articulação desses jovens inseridos num espaço educacional. Em prol de possibilitar esta análise, elencamos determinados tópicos: uma breve análise da conjuntura política de 2016, a compreensão do conceito de subjetividade e a relação entre o modelo de educação vigente com a implicação da construção subjetiva dos indivíduos integrantes desta instituição de ensino. Para tanto, buscamos elucidar o decurso da ocupação como decorrente das subjetividades dos estudantes e do processo educacional do indivíduo, ponderando a transição entre a subjetividade do sujeito como preponderante à universalização destas perspectivas individuais perpassando inter-relações que geram uma possível subjetividade coletiva, organizada em grupos através de interesses.

## Panorama político-social

Embora o foco principal desta narrativa seja a compreensão das subjetividades que constituem o movimento de ocupação na E.E.B. Tancredo de Almeida Neves, é fundamental que se pense de maneira mais ampla o cenário político nacional no qual estes processos emergem. Para tanto, é necessário esclarecermos qual a conjuntura das movimentações que se desdobraram principalmente após a elevação de Michel Temer ao cargo da Presidência e o caráter reformista conservador do governo citado.

Logo após a assunção do novo Governo Federal, sob o pretexto de um "ajuste fiscal" necessário e inevitável, foram elaboradas séries de reformas em diversos setores, incluindo a Previdência Social, legislações trabalhistas e o campo educacional. Alie-se a

página "Ocupação do Tancredão": <https://www.facebook.com/pg/ocupatancredao/videos/?ref=page_internal>. Acessado em: 19/07/2017.

**2** SORDI, Denise N. de; MORAIS, Sérgio Paulo. (2016), "Os estudantes ainda estão famintos!: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil". Religacion: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, Quito, 2: 25-43.

**3** FLACH, Simone Fátima & SCHLESENER, Anita Helena. (2017), "Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci". Etd-Educação Temática Digital, 19, 1: 165-186.

**4** CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. (2016), "Escolas de luta, educação política". Educação & Sociedade, Campinas, 37,137: 1177-1202.

**5** Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupatancredao/>. Acessado em: 19/07/2017.

**6** Gianni Vattimo (2007), O fim da modernidade: Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. São Paulo, Martins Fontes; PECORARO, Rossano. (2009), Filosofia da História. Rio de Janeiro, Ed. Zahar.

"O conceito de pós-modernidade nos apropriamos das interpretações de Gianni Vattimo (2007, p. XVIII), no qual a pós-modernidade se caracteriza pelo "debilitamento do ser" e a "destruição da ontologia", tendo como consequência o enfraquecimento das estruturas de legitimação da Verdade. Pecoraro (2009, p. 58) afirma que para Vattimo: "a história ocidental não deve ser interpretada como a grande marcha da humanidade em direção ao melhor ou ao cumprimento de alguma finalidade [...] o seu "sentido" reside no gradual enfraquecimento das estruturas metafísicas: o Ser que de fundamento impositivo e universal dissolve-se em mera eventualidade [...] a Verdade, que de absoluta e violenta se torna objeto de interpretação; [...] o Estado, que de tirânico e autoritário torna-se democrático, etc."

esta posição do Governo Federal, a crise econômica de caráter global, que vem fragilizando a economia dos países da periferia capitalista. Em linhas gerais, é este o cenário político no Brasil: percalços no desenvolvimento econômico e uma profunda crise de legitimidade no âmbito político nacional. Esse é o momento em que culminam diversas manifestações sociais em oposição às medidas governamentais de austeridade, que visam, de modo geral, a manutenção da ordem vigente, marginalizando ainda mais a população das classes trabalhadoras.

Entretanto, nos ateremos aqui às propostas de mudanças que afetam mais diretamente o campo da educação, a MP nº746/2016 e a PEC nº 241/2016. A Medida Provisória nº746/2016 que altera a organização e a oferta do Ensino Médio e a Proposta de Emenda Constitucional nº 241/2016 que propõe o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, incluindo os investimentos em educação. Quanto ao objetivo dessas medidas, concordamos com Flach e Schlesener (2017, p. 168) que percebem essas medidas com a intenção de:

> *"formar trabalhadores conforme os interesses do capital, reduzir investimentos e gastos governamentais, privando, consequentemente, a classe trabalhadora do acesso às políticas públicas que podem, em curto e médio prazo, alterar suas condições de vida, nos limites da sociedade capitalista e, quiçá, em longo prazo, contribuir para a instauração de outra forma de sociabilidade."*

Evidencia-se assim o quanto essas medidas "afetam diretamente a oferta e a qualidade almejada para a educação pública brasileira" (FLACH & SCHLESENER, 2017, p.168). Não obstante, são também essas propostas que servem de estopim para a movimentação de diversos movimentos sociais. Entre as articulações de distintos setores da sociedade civil, o movimento estudantil ocupa lugar de destaque neste artigo, por suas particularidades e a "inovação" de suas ações na ocupação das escolas públicas.

No contexto da macro política parecem razoavelmente visíveis as motivações que sugerem a emergência da coletividade das ações no âmbito escolar, porém não cabe tratar esse assunto como evidente. Assim, nossa proposta é a de compreender a partir das subjetividades constituintes de determinado espaço de educação como se constrói a inter-relação dessas subjetividades e a possibilidade de uma subjetividade coletiva.

## Subjetividade: a dialética entre o sujeito e o social

A opção de refletir sobre o movimento de ocupação e do ambiente escolar através das subjetividades constituintes dos mesmos, parte do pressuposto de que compreendendo as construções socioculturais individuais dos atores sociais envolvidos, tanto nos movimentos sociais quanto no âmbito institucional da escolarização formal, podemos analisar de forma mais adequada a construção coletiva que se perpetua nesses organismos.

Nesse sentido, considera-se também fundamental que seja explanado adequadamente o que se entende por subjetividade neste trabalho. Primeiramente, é imprescindível pensarmos a subjetividade como uma construção social do sujeito. Para compreendermos de qual maneira essa construção ocorre, nos valeremos das concepções propostas pela psicologia histórico-cultural, Silva (2009, p. 171) referindo-se a definição de Leontiev (1978), afirma que a subjetividade "refere-se ao processo pelo qual algo torna-se constitutivo e pertencente ao indivíduo; ocorrendo de tal forma que esse pertencimento se torna único, singular". Portanto, o processo de construção da subjetividade realiza-se a partir da interação dialética entre a formação mental do sujeito e os aspectos objetivos da realidade social, como bem esclarece Bock (2004, p. 06):

> *"O fenômeno psicológico deve ser entendido como construção no nível individual do mundo simbólico que é social. O fenômeno deve ser visto como subjetividade, concebida como algo que se constituiu na relação com o mundo material e social, mundo este que só existe pela atividade humana. Subjetividade e objetividade se constituem uma à outra sem se confundirem."*

Concebendo o fenômeno da subjetividade a partir dessas premissas, esclarece-se a relevância de compreender o momento histórico no qual se insere a emergência da ocupação da unidade escolar em questão, período de conturbações nas articulações políticas-econômicas no país bem como a realidade social na qual está inserida a comunidade escolar, compreendendo os discentes e suas vidas familiares e da mesma forma, os docentes e administradores da instituição de ensino.

Todavia, esse compartilhar de certa realidade social e a integração de elementos do mundo material que, em certo grau, são constituintes de subjetividades individuais distintas, permitem também a identificação de uma subjetividade coletiva, uma subjetividade de grupo que pode ser considerada a partir de aparatos religiosos, um estrato social ou simplesmente a construção de uma interpretação/significação do mundo objetivo que seja em algum nível partilhada pelas subjetividades individuais. No mesmo sentido, podemos dizer que:

> *"a vida social é tecida e se constitui como uma rede interativa, multidimensional, na qual atores individuais e coletividades se influenciam de forma mútua causalmente. Assim as dimensões hermenêutica e material, as dimensões das relações de poder e do espaço-tempo social que conformam as subjetividades coletivas são estabelecidas sob a influência de outras coletividades."* (DOMINGUES, 2002, p.68)

Esclarecemos, assim, como a percepção da construção dessas subjetividades, sejam individuais

ou coletivas, ganham nova dimensão para pensar as relações no processo educacional no sistema de ensino formal. Dessa forma, o ambiente escolar torna-se o palco onde diversos sujeitos individuais e coletivos interagem e vão se constituindo mutuamente.

## Educação e subjetividade

Seguindo os preceitos que estabelecemos para o conceito de subjetividade, torna-se inextricável nossa interpretação do processo educacional como constituidor da construção subjetiva individual. Nesse aspecto, a educação, de forma geral, se constitui como um dos fatores de singularização e também de generalização dos elementos subjetivos constituintes do sujeito. Em outras palavras, o indivíduo posto no fluxo de formação formal numa instituição de educação tem sua formação mediada ou conduzida, considerando que as informações colocadas à sua disposição correspondem a um espectro generalizante. No entanto, a apropriação e significação que cada sujeito manifesta caracteriza a singularização desse indivíduo corroborando assim, uma formação única mediante ao que absorve e passa a considerar como constituidor de si. Evidentemente, a educação não é o único campo constituinte dessa construção, porém em nossa contemporaneidade se demonstra como campo de grande interesse na formação do indivíduo como cidadão, e não obstante, como trabalhador.

Quando atentamos para a proposta educacional do Estado Brasileiro, verificamos que a abrangência desse campo educacional extrapola os limites da instituição de ensino formal e, tem como objetivo a formação de um sujeito necessário ao Estado:

> *"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."* (PALÁCIO DO PLANALTO, 1988)

Dessa maneira, podemos interpretar a posição do Governo Federal ao propor medidas como a MP nº746/2016 e a PEC nº 241/2016 como, no mínimo, controversas. É sensato afirmar que o congelamento de gastos públicos por duas décadas não parece privilegiar o "pleno desenvolvimento da pessoa", muito menos a retirada de espaço das humanidades do currículo escolar do Ensino Médio aparenta compor um melhor preparo para o exercício da cidadania.

As proposições reformistas dessas medidas configuram-se como uma barreira ao desenvolvimento individual dos sujeitos. Transpondo esses fatos à realidade particular da situação analisada temos um estrato social que historicamente foi marginalizado, teve seu acesso à educação e cultura relegadas, sendo novamente precarizado. Essas ações constituem fatores fundamentais na organização da ocupação, onde sujeitos expostos a situações similares, que se incorporam na construção de suas subjetividades, se articulam na intenção de defesa de interesses coletivos e singulares.

Com efeito, se nos aproximarmos da concepção de educação para a emancipação como propõe Theodor Adorno (1995), que de acordo com Almeida e Freire (2016, p.03) pensa a educação como a "emancipação dos homens [e mulheres] como possibilidade fundamental para sua ação plena no mundo", o movimento estudantil de ocupação das escolas se demonstra estar muito mais perto desse propósito do que as propostas governamentais. Almeida e Freire (2016, p.03) ainda complementam que a "educação deveria ser capaz de empoderar os homens e mulheres a agir, tendo como alicerce a capacidade de responder às questões conflitantes a partir do seu próprio esclarecimento". A questão da autonomia e da emancipação, tão caras à Adorno, desvelam-se igualmente relevantes na construção dos movimentos populares orgânicos. Relacionando a emancipação com o regime democrático os apontamentos de Adorno nos parecem ainda mais caros:

> *"Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado. Numa democracia, quem defende ideais contrários à emancipação, e, portanto, contrários à decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata, até mesmo se as ideias que correspondem a seus desígnios são difundidas no plano formal da democracia. As tendências de apresentação de ideais exteriores que não se originam a partir da própria consciência emancipada, ou melhor, que se legitimam frente a essa consciência, permanecem sendo coletivistas-reacionárias. Elas apontam para uma esfera a que deveríamos nos opor não só exteriormente pela política, mas também em outros planos muito mais profundos."* (ADORNO, 1995, p. 142)

Dessa maneira, demonstra-se a inconsistência de um governo democrático que opta por não ter como premissa uma emancipação dos sujeitos de sua sociedade civil, mantendo uma educação insuficiente aos seus tutelados. Da mesma forma, a organização estudantil desvela-se como uma aproximação ou até mesmo uma tentativa de erigir a emancipação dos indivíduos que a constitui, tanto na defesa dos direitos coletivos como na incorporação de elementos de interesses das subjetividades individuais.

## Ocupação da E.E.B. Tancredo Neves: Subjetividade coletiva e subjetividade individual

Ao que tange a perspectiva pautada para análise do movimento de ocupação da unidade escolar, pensamos através do viés histórico-cultural buscando evidenciar a ocupação como experiência influenciadora na constituição da subjetividade do indivíduo e, a partir disso, estabelecer uma inter-relação entre o sujeito e o coletivo; almejando interpretações menos limitadas, que instiguem uma ótica a tornar visível a complexa teia de relações passíveis de embate. Tais embates podem ocorrer ora no interior do movimen-

to, devido a multiplicidade de sujeitos individuais, ora nos relacionamentos do movimento de ocupação com a sociedade externa, vislumbrando a possibilidade do movimento de ocupação como uma subjetividade coletiva. Ao debruçarmo-nos sobre os documentos produzidos pelos discentes da unidade escolar durante o período da ocupação da instituição, observamos que esses materiais tornam nossas hipóteses passíveis de serem demonstradas.

O movimento de ocupação desdobrou-se inicialmente através de uma reunião realizada no dia 26 de outubro de 2016 e solicitada pelo Conselho Deliberativo, Associação de Pais e Professores e Direção da E. E. B. Tancredo de Almeida Neves, na qual os pais e responsáveis foram convocados a participar, tendo como pauta a possibilidade de ocupação da escola pelos estudantes, conforme a publicação do enunciado na página "Ocupação do Tancredão", no dia anterior[7]. No entanto, destacamos uma percepção acerca das relações de interesse constituídas neste âmbito educacional: ao pensarmos a ocupação como uma organização estudantil, pressupõe-se que sua estrutura seja sistematizada propriamente pelos estudantes. Tal reivindicação oriunda do topo hierárquico de uma Escola, isto é, a direção e demais órgãos administrativos da instituição, legitima-se como uma medida mais democrática que a habitual, ou seja, os "líderes" institucionais auxiliam nas requisições estudantis apropriando-se de seus interesses.

A iniciativa dos estudantes em elaborarem uma ação que pudesse ser efetiva contra as medidas governamentais é percebida na manifestação audiovisual através de um dos vídeos produzido pelos secundaristas, no qual dois estudantes afirmam inicialmente:

> *"Quando a gente viu a proposta da PEC 241, os alunos começaram a discutir em sala de aula, entre corredores o que a gente deveria fazer pra acabar com isso. Foi feito votações pela parte da manhã, pela parte da tarde e pela parte da noite, pra que todo mundo, todo mundo da nossa escola pudesse dar sua opinião referente a isso... pra que realmente tivesse uma democracia e todo mundo dissesse o que queria fazer."* (OCUPAÇÃO. 2016, Outubro 30)[8]

Inferimos uma preocupação inicial dos estudantes para com a situação e, para além disso, com toda a escola, tendo como pauta inicial viabilizar uma forma de democracia que envolva todos os setores estudantis.

Outra publicação encontrada na página "Ocupação do Tancredão", frente a interpretação em meio à ideia de democratização das decisões, refere-se à nota de esclarecimento[9], exposta no dia 11 de novembro de 2016, . Neste esclarecimento, constatamos o cuidado em prol da pacificidade do movimento em relação aos demais setores da instituição, na qual os ocupantes emitiram um pedido de desculpas formal aos professores e direção da unidade escolar. Tal pedido foi feito devido a algum constrangimento realizado via rede social anterior à data de emissão da nota, afirmando o respeito à liberdade de expressão pregado pelo movimento, além de ressaltar que manifestações sem a realização de diálogo com o coletivo não representam a ocupação.

Ao refletir os indivíduos inseridos nesta relação, associamos a assistência e até mesmo a insistência para com a flexibilidade ao fato da comunidade externa apoiar o movimento, promovida por seus órgãos administrativos, como uma forma de perceberem a necessidade desse ato devido à identificação com tais reivindicações, em razão de estarem inseridos neste mesmo âmbito social. Nesse aspecto, apontamos a construção de uma subjetividade coletiva estabelecida através dos interesses em comum, permeada pela objetivação de um ideal que constitui um pensamento partilhado. São mentalidades específicas que se caracterizam de forma fragmentada, anteriores à ocupação, mas que em prol daquilo que é conveniente em grupo, incorpora certa totalidade que atua inclusive no processo de construção da subjetividade de cada sujeito.

As fotografias[10] referentes à ocupação demonstram o intuito informativo da página do *Facebook*: através destas imagens, o público que a acessa obtém conhecimento acerca das atividades realizadas na unidade escolar no período em que os estudantes passaram a opinar sobre os assuntos dos quais tem interesse em aprender e a participarem da organização e gestão das oficinas, palestras e eventos e, do funcionamento da Escola como um todo, desde a limpeza até as assembleias deliberativas. As fotografias documentam as reuniões, oficinas, eventos culturais, limpeza periódica, confecção de cartazes e a manifestação da voz estudantil na rádio local, expressando os argumentos legitimadores à manutenção da ocupação. As representações em torno da iconografia indicam a interpretação sobre uma subjetividade coletiva através da união dos estudantes perceptível nas imagens, em que diversos indivíduos que constroem cotidianamente suas perspectivas, passam a carregar consigo uma forma de pensamento atribuída àquele grupo.

Através da possibilidade da constituição de uma subjetividade coletiva, formada a partir da partilha de experiências sociais apropriadas de forma semelhantes pelos indivíduos que compõem o corpo discente da unidade escolar, buscamos perceber através das articulações documentadas como se desvelam essas manifestações, principalmente ao perceber os estudantes como protagonistas da organização do próprio movimento.

Mantendo o mesmo estatuto democrático já demonstrado anteriormente, os estudantes buscam "reformar" o sistema de ensino no momento em que encontram alternativas para fazê-lo, como podemos notar na transcrição da fala de um dos estudantes:

> *"A gente tá conseguindo ah, atividades e tal... pessoas que vem de fora, universitários que trazem informações, trazem projetos da área deles, que eles estão estudando. Professores de outras escolas tão vindo pra cá, tão vindo com aulas, mostrando alguns filmes pra depois realizar debates, pra realmente a gente refletir sobre a situação política ou também sobre outras coisas que a gente ainda...nunca tinha visto na escola, que a escola não propor-*

**7** Constituindo-se como a primeira publicação da página do Facebook.

**8** OCUPAÇÃO do Tancredão. Vídeo de apresentação da ocupação pelos estudantes. 4'22". Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/ocupatancredao/videos/?ref=page_internal>. Acesso em: 29/07/2017.

**9** Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/ocupa%C3%A7%C3%A3o-do-tancred%C3%A3o/nota-de-esclarecimento/203029620143990/>. Acesso em: 19/07/2017.

**10** Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/ocupatancredao/photos/?ref=page_internal>. Acesso em: 19/07/2017.

*ciona... tipo cultura... cultura do hip-hop, cultura africana coisas assim que a gente nun.. jamais iria ver na escola a gente ta vendo agora com essa ocupação.. com atividades que ta realizando." (OCUPAÇÃO. 2016, Outubro 30)*[11]

Da mesma maneira, em outro vídeo postado na página "Ocupação do Tancredão" no Facebook, outro aluno afirma: "trilhando meu caminho junto com a minha escola eu não estou sozinho" (OCUPAÇÃO, 2016, novembro 03)[12]. Nesse aspecto, o movimento de ocupação se apresenta como um caráter de "totalidade", um grupo de indivíduos baseado na constatação de interesses mútuos se articula e busca elaborar novas soluções para questões anteriormente postas. Destaca-se também o fato de que essa coesão se constrói pautada na construção do "eu", que só se verifica em relação à compreensão do "outro". Assim sendo, inferimos que a construção de uma subjetividade coletiva fundamentada no movimento de ocupação se fortalece à medida que se percebe o antagonismo com o "outro", que está frequentemente associado à classes sociais dominantes ou à classe política, como podemos verificar na fala de outra discente:

*"Essa medida tá favorecendo só os ricos, porque a gente não vai conseguir ter uma faculdade de qualidade, uma educação... a gente... é... nossos filhos, nossos netos, eu acho que eles precisam... é.... perceber que a gente tem essa noção, de que a gente sabe o que eles tão fazendo com nosso futuro e que a gente quer lutar pra que isso não aconteça.. a gente quer ter um futuro de qualidade, pros nossos filhos."* (OCUPAÇÃO, 2016, Outubro 30)[13]

Essa associação também é presente em outro trecho dos estudantes cantando: "Eu vi professores em escolas humilhados, sem ter condições tratados como escravos, centenas de famílias implorando por migalhas, enquanto os ricos ignoram e não tem falta de nada." (OCUPAÇÃO, 2016, novembro 03)[14].

Todavia, ainda que expostos os indicativos da constituição da subjetividade coletiva do movimento de ocupação, não seria coerente omitirmos os aspectos que demonstram as expressões individuais no âmbito da ocupação. Como já explicitado anteriormente, sempre que pensamos a subjetividade, seja a partir do indivíduo ou de um grupo social, essas construções subjetivas se relacionam, se constituindo a partir de inter-relações.

Ao pensarmos as expressões individuais perceptíveis entre os documentos analisados, o fator que nos parece mais importante a ser considerado é o alargamento de assuntos tratados nas atividades da ocupação em relação ao funcionamento cotidiano da escola. Esse fato, sem dúvidas, evidencia que a organização estudantil no período de ocupação, buscou gerir o espaço escolar de forma a atender as demandas individuais dos sujeitos que constituíam o grupo. É possível verificar nos cronogramas de atividades e nas fotografias dos eventos realizados, atividades que não se encontram diretamente relacionadas com a pauta geral da ocupação: uma pauta de enfrentamento às medidas de reformas educacionais.

Entre as atividades nos moldes que citamos podemos elencar como exemplos, o "Debate sobre discriminação LGBT", "Psicologia e o movimento antimanicomial" e a "Oficina sobre rádio e criatividade"[15], todas de cunho específicos, indubitavelmente não menos relevantes. A integração de uma maior multiplicidade de atividades, aliada à organização de atividades lúdicas e o fomento a atividades culturais, aparecem como traços marcantes do desenvolvimento da ocupação. De fato, a ocupação, da maneira como foi descrita pelos estudantes, indica uma tentativa de sociabilidade alternativa no meio escolar. Se por um lado podemos pensar no fortalecimento da coletividade entre os membros da ocupação, construída em oposição àqueles que são vistos como algozes, dentro do movimento parece haver um esforço para criar um ambiente propício ao desenvolvimento pessoal, através de interesses específicos, tanto quanto há o incentivo à militância ativa como grupo.

Há ainda a publicação de um integrante do movimento, em que se explicita esta transição de uma subjetividade individual a uma subjetividade coletiva, comprovando a subjetividade como construção, tanto do ser quanto de um grupo, no qual a ideia do texto é apresentada de forma argumentativa com intuito de tornar a sua opinião como parte constituinte do pensamento da ocupação enquanto coletivo:

*"Nos apossamos de algo que é nosso, e não estamos vandalizando ou ilicitando a instituição de ensino, estamos lutando por nosso direito, pq é ridículo um governo que não manda verba, ridículo os alunos pagarem a água e a luz de instituição pública que só existe pq nossos pais trabalhadores pagam impostos altíssimos. [...] E essa "Medida Provisória"... Isso é a cereja do bolo! [...] Estão ferindo os direitos humanos, a moral, a ética e a própria constituição pela qual carrego meu patriotismo! [...] Vão precisar mais que isso pra derrubar uma nação acostumada com o mesmo monarquismo intelectual dominante, aquele falso, imposto e de pré-conceitos equivocadamente citados." (OCUPAÇÃO, 2016)*[16]

Destaca-se a insatisfação política deste indivíduo, assim como o descontentamento com o modelo educacional. Através de sua manifestação notamos sua implicação em penetrar às ideias do coletivo, acrescentando sua subjetividade individual à formação de uma subjetividade coletiva.

Encontra-se também a apropriação de expressões em apoio à ocupação, da página "Ocupação do Tancredão" como compartilhamento em suas publicações, oriundas de outras instituições de ensino, abrangendo à comunidade educacional externa, como vídeos objetivando a divulgação do movimento, bem como de sua causa, de ocupações que ocorreram em outras instituições de ensino, como por exemplo, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Agrega postagens informativas de outras páginas da rede social, como a União Municipal de Estudantes Secundaristas de Chapecó (UMES), a divulgação de eventos de cunho

**11** OCUPAÇÃO do Tancredão. Vídeo de apresentação da ocupação pelos estudantes. 4'22". Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/ocupatancredao/videos/?ref=page_internal>. Acessado em 29/07/2017.

**12** OCUPAÇÃO do Tancredão. Música de protesto cantada pelos secundaristas. 1'03". Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/ocupatancredao/posts/?ref=page_internal>. Acessado em 29/07/2017.

**13** OCUPAÇÃO do Tancredão. Vídeo de apresentação da ocupação pelos estudantes. 4'22". Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/ocupatancredao/videos/?ref=page_internal>. Acessado em 29/07/2017.

**14** OCUPAÇÃO do Tancredão. Música de protesto cantada pelos secundaristas. 1'03". Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/ocupatancredao/posts/?ref=page_internal>. Acessado em 29/07/2017.

**15** Atividades postadas na página "Ocupação do Tancredão", respectivamente em 17/11/17, 16/11/17 e 19/11/17. Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupatancredao/>. Acessado em: 30/07/2017.

**16** Publicação de estudante na página "Ocupação do Tancredão". Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/ocupatancredao/community/?ref=page_internal>. Acessado em: 30/07/2017.

político atribuído ao Sindicato UFFS (SINDUFFS), o compartilhamento de postagens publicadas na página do Facebook, denominada "Ocupa UFFS - Chapecó", relacionada à ocupação da instituição de ensino superior, além de expressões culturais de artistas locais.

## Considerações finais

Ao pensarmos a construção subjetiva do indivíduo como a principal matriz de análise dos desdobramentos da ocupação estudantil, nos empenhamos em perceber a maneira como a ocupação escolar se materializa como uma "consequência" das subjetividades historicamente construídas, ao mesmo tempo em que, partindo da organização autônoma dos estudantes, inferimos que são integradas novas experiências de caráter histórico à constituição dessas subjetividades tanto no âmbito da individualidade, como no coletivo. Sobre as experiências vivenciadas no ambiente escolar durante a ocupação, nos permitimos fazer algumas considerações. Primeiramente, percebendo a atuação do corpo discente da unidade como uma demonstração de tomada de consciência de si como sujeitos históricos (intimamente ligado a essa interpretação), pode-se afirmar que enquanto sujeitos históricos e indivíduos atuantes na construção histórica social de suas próprias condições materiais, os estudantes veem a realidade também como construção e a partir disso se organizam para empreender as ações necessárias às mudanças que julgam pertinentes. No mesmo sentido, demonstra-se uma aproximação à concepção de emancipação proposta por Adorno (1995), em que os sujeitos, a partir da consciência de si, buscam se tornar ativos na resolução dos problemas da história que os constitui.

A emancipação almejada pelos estudantes, não vai ao encontro do modelo proposto pela educação formal, em razão de que este modelo objetiva adequar o ambiente escolar a normas uniformizantes para a formação do indivíduo. A Escola, de acordo com o modelo imposto pelo Governo Federal, adquire esta função universalizante ao que concerne à subjetividade dos sujeitos, para que estes formulem uma formação básica que atenda as demandas necessárias ao mercado de trabalho e desenvolvam uma mentalidade passível de subordinação ao Estado, gerando uma subjetividade coletiva conveniente ao sistema econômico vigente.

Contudo, os estudantes que aderiram à ocupação demonstram-se inconformados com o domínio estatal, buscando sua afirmação enquanto agentes sociais que prezam uma inter-relação entre ensino e aprendizagem pautada no desenvolvimento crítico, expressando sua subjetividade em prol da construção de um pensamento coletivo que atenda as demandas do grupo, enquanto indivíduos em formação. Tal fato torna possível a transição da subjetividade individual à coletiva, de modo a favorecer seus interesses como um todo. Em razão de estarem interligados através de sua realidade social, desenvolvem projeções parecidas ao que tange à educação e suas reivindicações, ainda que as áreas de interesse sejam fragmentadas em singularidades que compõem o ser através de sua construção subjetiva. Sendo assim, de forma objetiva, estes indivíduos realizaram propostas voltadas a um ensino que se torne efetivo, através de suprir seus interesses diversos, incorporando à prática educacional as atividades extracurriculares, enfatizando o estudo e a realização das práticas culturais.

Por fim, é nossa intenção neste trabalho ampliar o debate não somente em relação às ocupações, mas também às possibilidades que se efetivaram durante as ocupações escolares, não somente neste caso específico, mas em diversas escolas pelo Brasil, já que a partir das práticas dos discentes na organização das aulas, novos horizontes foram revelados acerca do que os próprios estudantes esperam das instituições de ensino. Além disso, a reflexão no que concerne às práticas pedagógicas, a organização hierárquica e a democratização da unidade escolar parecem inevitáveis considerando as necessidades sociais que surgiram.

A partir de algumas leituras acerca das ocupações nas escolas, percebemos as diversas especificidades que as reflexões em torno deste assunto podem sugerir, numa visão gramsciana abordada por Flach (2017) e Schlesener (2017), a compreensão do decorrer do processo de ocupação é pautada no âmbito material. Como consequência disso denota-se uma maior implicação no cenário político como predominante a este movimento estudantil. Consideramos a relevância de se pensar tais fatores, entretanto, compreendemos que para além destes sejam tão importantes quanto, a formação individual, que perpassa o desenvolvimento crítico que age sobre a busca pela emancipação educacional — o que foi percebido através do estudo das subjetividades dos estudantes.

Outra pesquisa bastante relevante à incorporação do nosso objeto de estudo, vai ao encontro daquilo que nos propõe Denise N. De Sordi (2016) e Sérgio Paulo Morais (2016), ao relacionarem a luta estudantil com os movimento sociais. No caso da E. E. B. Tancredo de Almeida Neves é notável certa influência destes movimentos com intuito de servirem como base de apoio e inspiração: um exemplo foi a implicação por parte da União Municipal de Estudantes Secundaristas de Chapecó —UMES aos movimentos de ocupação no município. Trabalhado ainda por estes autores, relacionamos com a ocupação da unidade escolar, já mencionada, a dicotomia entre o discurso estabelecido na mídia perante o movimento e a versão dos estudantes. Ou seja, a mídia, principalmente os jornais televisivos da região, associam o movimento de resistência dos estudantes com rebeldia e "falta de vontade de estudar", ao passo que em uma visão de dentro do movimento, compreende-se que os estudantes realmente estão insatisfeitos com os rumos da educação brasileira e visam uma possibilidade de emancipação e tornar a Escola o ambiente no qual realmente estabeleçam uma relação ensino-aprendizagem e tenham voz participativa e, acima de tudo, que não se sintam em uma prisão, onde são cumpridas normas e com rígidos horários de abertura dos portões, para garantir que os estudantes não fujam. Contudo, entende-se que os educandos, ao se posicionarem perante as medidas governamentais, demonstram que a educação que carecem está muito além da educação formal oferecida pelo Estado: está na cultura e também na política cotidiana. Portanto, ainda que não em unanimidade e com total clareza,

de modo geral, os estudantes sabem pelo que estão lutando, o que os configura como sujeitos históricos lutando pelos seus direitos básicos.

Percebemos, ainda, alguns ideais incutidos na organização da ocupação, que levam os estudantes a pensarem em coletivo. Esta reflexão também foi abordada por Carolina de Roig Catini (2016) e Gustavo Moura de Cavalcanti Mello (2016) em seu estudo, quando afirmam o caráter auto gestionário do movimento de ocupação. Desta forma, os educandos almejam um diálogo horizontal entre os integrantes do movimento, viabilizando uma democracia que seja mais efetiva do que aquilo que chamamos de democracia em âmbito político nacional.

As transformações na sociedade contemporânea ocorrem com velocidade cada vez maior, tornando as relações sociais complexas, de maneira que um assunto que envolve múltiplos fatores da vida individual e coletiva dos sujeitos, não pode se esgotar em um único olhar. Assim, procuramos expor aqui nossas contribuições para a compreensão do fenômeno das ocupações e nossa interpretação sobre as interações dos agentes em questão sob um olhar histórico, de forma a contribuir para um debate que é tão recente e ainda carece de maiores esforços no campo acadêmico.

## Referências bibliográficas


ADORNO, Theodor W. (1995), Educação e Emancipação. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

ALMEIDA, Ronaldo de Sousa Almeida & FREIRE, Ludmila de Almeida. (2016), "Considerações sobre a educação esclarecida e autônoma no pensamento de Theodor Adorno: implicações para o enfrentamento da violência escolar". Percurso Acadêmico, Belo Horizonte, 6, 12: 1-10.

ALMEIDA, Fábio Chang de. (2010), "O historiador e as fontes digitais: Uma visão acerca da Internet como fonte primária para pesquisas históricas", in Encontro Estadual de História - ANPUHRS, 10: 1-11. <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/16776>.

BOCK, Ana Mercês Bahia. (2004), "A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual". Psicologia América Latina [online]. <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870350X2004000100002&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1870-350X. Acessado em 30/07/2017.

CORRÊA, Mauricio de Vargas & ROZADOS, Helen Beatriz Frota. (2017), "A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação". Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 22, 49: 1-18.

DOMINGUES, José M. (2002), "Gerações, modernidade e subjetividade". Tempo Social, 14, 1: 67-89.

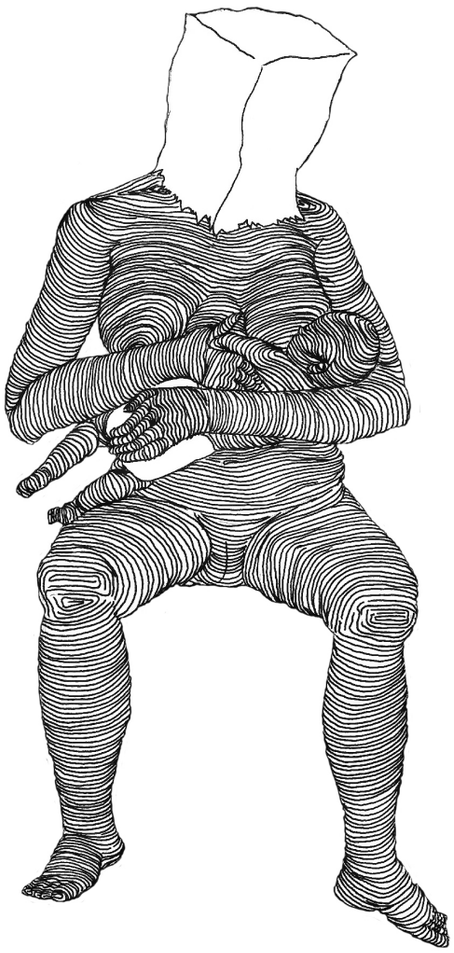
Escola de Educação Básica TANCREDO DE ALMEIDA NEVES. (2016), Plano Político Pedagógico. Chapecó.

FLACH, Simone Fátima & SCHLESENER, Anita Helena. (2017), "Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci". Etd- Educação Temática Digital, 19, 1: 165-186.

LÉVY, Pierre. (1999), Cibercultura. São Paulo, Editora 34.

PALÁCIO DO PLANALTO. <http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/constiuicao/constituicao.htm>. Acessado em 30/07/2017.

SILVA, Flávia Gonçalves da. (2009), "Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural". Psicologia da Educação, 28, 1: 169-195.

# **Ocupar, Resistir:** o movimento Ocupe Estelita na cidade do Recife

**Resumo:** Este artigo realiza um resgate da trajetória do Movimento Ocupe Estelita na cidade do Recife. O movimento surgiu em resposta ao projeto imobiliário Novo Recife, que prevê a construção de torres residenciais e comerciais no Cais José Estelita, área localizada na região central da cidade. Iniciamos o resgate com um breve histórico dos movimentos de ocupação e direito à cidade no Brasil e no mundo e, em seguida, com base no levantamento de documentação, delineamos a história do movimento.

**Abstract:** *This paper aims to show the history of Movement "Ocupe Estelita" in the city of Recife. The movement started in react of New Recife, a real estate project that predicts the construction of residential and commercial towers at Jose Estelita Pier, in the city centre. This work firstly shows a brief historical overview of occupy moviments and city rights around Brazil and world, and after, based on documents we elaborated a timeline of Ocupe Estelita Movement.*

**Marianna Lyra Cardoso**

Graduanda em Rádio, TV e Internet pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

**Contato:**

mariannalyrac@gmail.com.

**Anamaria Melo do Nascimento**

Mestranda em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco – Unicap

**Contato:**

anamarianascimento@hotmail.com

**Palavras-chaves:**

Projeto Novo Recife. Movimento Ocupe Estelita. Movimento popular; Mercado imobiliário.

**Keywords:**

New Recife Project. Occupy Estelita movement. Popular movement. Real estate Market.

## Introdução

O conceito de direito à cidade surge com o sociólogo francês Henri Lefebvre (1968) no livro *Le droit à la ville (Direito à cidade)*, onde o autor escreve sobre segregação socioeconômica e define, em linhas gerais, o direito à cidade, como o direito à não exclusão das qualidades e benefícios da vida urbana. Na obra, o autor reivindica uma cidadania integral a todos os habitantes de uma cidade, qualquer uma, seja esse reconhecimento formal ou não. Assim, o "direito à cidade" postulado por Lefebvre se confunde com o direito à vida. O modelo de cidade criticado pelo francês é aquele criado a partir da industrialização e da difusão do capitalismo.

Nesse contexto, a cidade, enquanto local por onde circula o capital, reproduz a segregação, uma vez que a apropriação de espaços se dá de forma desigual. Para ele, a teoria que poderia legitimamente se chamar de "urbanismo" se reuniria "às significações da velha prática chamada habitar (isto é, o humano)" (LEFEBVRE, 2001, p.111). Segundo Lefebvre (2011), esse urbanismo só existe "virtualmente".

Essa cidade fruto do capitalismo criou, antes de tudo, polos de pobreza, como mostra Milton Santos (1993). A grande cidade se configura como o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhadores. Assim, conforme o autor brasileiro, a cidade torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte quanto por sua estrutura física, que faz os habitantes das periferias ainda mais pobres. Na história brasileira, o processo de urbanização encontra associação com a pobreza, cujo lócus passa a ser, cada vez mais, a cidade; principalmente, a grande cidade, já que o campo brasileiro afasta os pobres e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos.

Utilizando-se do exercício de poder coletivo, do conceito de direito à cidade e em resposta aos formatos vigentes de urbanização, muitos protestos e movimentos sociais eclodiram nos últimos anos. A resistência aparece enquanto forma de produção de outras experiências de cidades.

Em 2008, o Consórcio Novo Recife — formado pelas empresas Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e Ara Empreendimentos — comprou um terreno da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) por R$ 10 milhões para investir R$ 1,1 bilhão na construção de prédios residenciais e outros equipamentos urbanos na Avenida Engenheiro José Estelita[1].

A área compreende um terreno de 10,1 hectares entre os dois conjuntos de galpões ao longo do Cais José Estelita, região central do Recife. Em 2012, quando o projeto elaborado pelas construtoras para o local, o Novo Recife, chegou a conhecimento público, pessoas e organizações sociais passaram a se mobilizar para discutir formas de intervenções populares no debate dos rumos e nos processos de ocupação da cidade. Como apontaram notícias veiculadas na época, o grupo Direitos Urbanos foi criado para discutir as formas de ocupação da cidade:

> *"Desde 2012, o grupo Direitos Urbanos - Recife, de caráter não partidário, tem aglutinado e mobilizado manifestações, ocupações, audiências públicas, denúncias ao Ministério Público, dentre outras atividades para defender a área do Cais José Estelita. A área toda, além de sua beleza estética e de representar parte da identidade visual da cidade, tem grande valor histórico por permitir, ainda hoje, uma percepção de qual foi o padrão de ocupação da cidade que se consolidou ao longo do tempo".*[2] (MARTINS e MOREIRA, 2014)

Para compreender o Ocupe Estelita, porém, é preciso analisar o contexto sócio-histórico em que o movimento surgiu.

## Ocupações pelo mundo e direito à cidade

Um ano antes dos primeiros protestos no Cais José Estelita, uma onda de ocupações semelhantes ocorreu no mundo. A irrupção de manifestações pela reconquista do espaço público marcou o ano de 2011. Praças e ruas da Tunísia, do Egito, da Líbia e do Iêmen foram tomadas na Primavera Árabe; ocupações e greves foram registradas na Europa, especialmente na Espanha e Grécia. Os Estados Unidos viram seu centro financeiro, Wall Street, e espaços públicos de cidades norte-americanas serem ocupados por mani-

**1** Informações extraídas da reportagem "A batalha do Estelita", da Revista Superinteressante. Disponível em: < http://super.abril.com.br/comportamento/a-batalha-do-estelita/>. Acesso em 13 jul 2017.

**2** Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupeestelita-em-pe-3964.html>. Acesso em 18 out 2015..

festantes que criticavam a desigualdade econômica.

Conforme Henrique Soares Carneiro (2012), em todos os países onde a insatisfação culminou em protestos houve uma mesma forma de ação, com ocupações de praças, articulações políticas que recusavam o espaço institucional e uso de redes de comunicação alternativas. De acordo Carneiro (2012, p.7),

> *"no ano de 2011 ocorreu um fenômeno que há muito não se via: uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares de cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua. Uma onda de mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento global".*

Naquele ano, o que houve, segundo Carneiro, foi uma série de rebeliões praticamente espontâneas contra estruturas políticas vigentes e questionando a ordem do capitalismo financeirizado. Segundo Carneiro (2012, p.10),

> *"houve algo de dionisíaco nos acontecimentos de 2011: uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração, que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais".*

Uma pauta que uniu os "ocupas" (termo dado aos ocupantes e militantes do Movimento Ocupe Estelita), segundo João Alexandre Peschanski (2012), foi a questão da desigualdade econômica que mina sistematicamente o funcionamento democrático. O sociólogo pontua que as revoltas de 2011 colocaram na pauta política a discussão de alternativas a regimes econômicos desiguais.

Segundo Peschanski (2012, p.28), "o movimento global dos 'ocupas' – acampamentos de estudantes e trabalhadores em áreas públicas de centenas de cidades em todo o mundo – iniciado no segundo semestre de 2011, tem entre suas principais bandeiras a desigualdade econômica".

Ainda sobre os "ocupas", e focando nos movimentos que aconteceram no exterior, Alves (2012, p.36) afirma que:

> *"Os novos movimentos sociais, a princípio, não incorporam utopias grandiosas de emancipação social que exijam clareza político-ideológica. Pelo contrário, eles expressam, em sua diversidade e amplitude de expectativas políticas, uma variedade de consciência social crítica capaz de dizer 'não' e mover-se contra o status quo".*

Não há como ignorar, como mostra Bauman (1999), a influência do "global" no "local". Em um mundo globalizado, não é possível analisar o Ocupe Estelita, um movimento localizado, sem considerar as influências externas, globais, vindas de todos os cantos do mundo. Com a rapidez nas comunicações, uma das características da globalização, as noções de espaço mudaram. As distâncias "encurtaram" e a ideia de fronteira geográfica é cada vez mais difícil de sustentar. O progresso constante dos meios de transporte, que marcou a vida moderna, e o "transporte da comunicação" – que permite a informação viajar independente dos portadores físicos – foram determinantes para a mudança na noção de espaço. Como mostra Bauman (1999, p.20),

> *"A oposição 'dentro' e 'fora', 'aqui' e 'lá', 'perto' e 'longe' registrou o grau de domesticação e familiaridade de vários fragmentos (tanto humanos como não humanos) do mundo circundante. Próximo, acessível é primariamente, o que é usual, familiar e conhecido até a obviedade, algo ou alguém que se vê, que se encontra, com que se lida ou interage diariamente, entrelaçado à rotina e atividades cotidianas. 'Próximo' é um espaço dentro do qual a pessoa pode se sentir chez soi, à vontade, um espaço no qual raramente, se é que alguma vez, a gente se sente perdido, sem saber o que dizer ou fazer".*

Na onda de protestos de 2011, as mensagens dos manifestantes "viajavam" o globo rapidamente, podendo chegar do Oriente Médio ao Recife em fração de segundos. A internet e as redes sociais desempenharam papel fundamental para a Primavera Árabe, que é considerada a primeira das várias manifestações que ocorreram no mundo nessa época. O termo Primavera Árabe faz referência a uma série de manifestações ocorridas em países árabes do norte da África e que tiveram início na Tunísia, após o suicídio de um ambulante. Depois de não conseguir licença para trabalhar nas ruas, o vendedor passou anos sendo assediado por autoridades tunisianas. Sem dinheiro para pagar aos fiscais, teve a mercadoria que vendia nas ruas da cidade de Sidi Bouzid confiscada. Desesperado, ele se matou ao atear fogo no próprio corpo, desencadeando os protestos no país.

Pela internet, os manifestantes se comunicavam e divulgavam ocupações não apenas para a Tunísia, mas para o mundo. O governo autoritário de Ben Ali, que já era intolerante com a liberdade na internet, encerrou as atividades de vários sites e prendeu vários *bloggers*. De acordo com Pereira *apud* Costa e Souza (2012), os acontecimentos na Tunísia se espalharam pelos países vizinhos, provocando uma onda revolucionária em grande parte do Oriente Médio. O diferencial era que, nas revoltas populares da Primavera Árabe, as manifestações organizadas provinham primeiramente da internet para depois chegar às ruas.

Se antes o controle da informação estava nos meios oficiais de comunicação, como TVs, rádios e jornais, o domínio sobre ela começou a ruir, despertando o interesse de vários estudiosos sobre a importância das redes sociais, como Facebook e Twitter, para a Primavera Árabe e, consequentemente, para o mundo. Nesse sentido, Cabral e Cangassu (2011) observam que:

> *"entende-se que a Primavera Árabe trata-se,*

*na verdade, de um movimento democrático provavelmente associado à globalização da informação e aos novos meios de comunicação, em especial a internet. Assim sendo, o amplo acesso à informação no mundo atual tem tornado cada vez mais difícil a permanência de regimes totalitários, tendo em vista que a internet retira dos regimes não democráticos a capacidade de controlar a informação".*

Durante e depois da Primavera Árabe, pesquisadores de todo o mundo se debruçaram sobre a importância das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) para a rebeldia urbana contemporânea. Um aspecto que chama a atenção nesse sentido é que a maioria dos aglutinadores e participantes das manifestações é formada por jovens, que foram chamados às ruas inicialmente pelas redes sociais, isto é, uma forma de comunicação interpessoal e que não depende dos meios tradicionais de mídia. De acordo com Castells (2013), o papel da internet e da comunicação sem fio nos atuais movimentos sociais em rede é fundamental. Segundo o autor, "os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na internet, que é um componente necessário, embora não suficiente, da ação coletiva" (CASTELLS, 2013, p.171).

Usar as redes sociais como principal forma de comunicação também foi uma estratégia do Movimento Ocupe Estelita. Como pontua Gomes (2015, p.03),

*"a comunicação feita pelo Ocupe Estelita - sufocada por uma imprensa local silenciosa e submissa aos interesses de grandes grupos de empreendedores - age como instrumento de empoderamento do cidadão recifense sobre sua cidade, estimula o (re) nascimento de um sentimento de pertencimento à cidade".*

Por outro lado, conforme Lima (2013, p.87),

*"apesar de 'conectados' por essas redes e, portanto, de não se informarem, não se divertirem e não se expressarem (prioritariamente) por meio da velha mídia, os jovens que detonaram as manifestações ainda dependem dela para alcançar visibilidade pública, isto é para serem incluídos no espaço formador de opinião pública. Esse aparente paradoxo decorre do fato de que a velha mídia, sobretudo a televisão, (ainda) controla e detém o monopólio de 'tornar as coisas públicas'. Além de dar visibilidade, ela é indispensável para 'realimentar' o processo e permitir a sua própria continuidade".*

Ainda em 2011, não demorou muito para ações com características semelhantes às registradas no Oriente Médio – ou seja, aglutinadas por jovens, divulgadas nas redes sociais e de enfrentamento ao poder da grande mídia – chegassem ao Brasil. Ocupações começaram a surgir influenciadas pelos protestos que ocorriam mundo afora. No estado de São Paulo, por exemplo, o primeiro mês de 2012 foi marcado por uma série de manifestações contra a "desocupação do Pinheirinho", uma operação de reintegração de posse, em favor do especulador imobiliário Naji Nahas, de um terreno que abriga aproximadamente 1,6 mil famílias na comunidade Pinheirinho, em São José dos Campos. Os moradores foram expulsos com o uso de cassetetes, balas de borracha e gás de pimenta pela Polícia Militar. O filósofo Edson Teles (2012) pontua que ações como essa, de caráter higienista, ocorreram nesse período no Brasil sob o disfarce de um discurso de garantia da segurança pública. Conforme Teles (2012, p.79), "o poder público, aliado ao interesse privado da especulação, posiciona-se de maneira favorável à ideia da expansão imobiliária como sinal de desenvolvimento".

Apesar de os movimentos classificados como "ocupas" terem eclodido no Brasil nessa época, protestos com características semelhantes e encabeçado por jovens não eram novidade no país. De acordo com Poerner (1995), protestos protagonizados por jovens no Brasil, principalmente estudantes, são organizados, tal como entendemos hoje, desde a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937. Isso não significa, porém, que as "rebeliões da juventude", como classifica o autor, tenham ocorrido apenas a partir desse ano. Segundo o Poerner (1995, p.51-53),

*essa participação precede a aquisição mesma da independência política formal do país, pontilhada, não raro, pelo cunho de pioneirismo que particularizava, por exemplo, a fundação, em 1852, da sociedade abolicionista Dois de Julho, pelos acadêmicos baianos de medicina. [...] A primeira manifestação estudantil registrada pela história brasileira ocorre ainda no período colonial, em 1710, quando da invasão que mais de mil soldados franceses, sob o comando de Jean François Duclerc, empreendem no Rio de Janeiro. [...] Os jovens que, capitaneados por Bento do Amaral Coutinho, se portaram tão valentemente – conforme o testemunho unânime dos historiadores, que não divergem quanto à valentia demonstrada –, estudavam em conventos e colégios religiosos, pois, à época, ainda não havia ensino universitário no Brasil".*

Aqui, enfatizamos a história da participação jovem, principalmente dos estudantes nos protestos ocorridos em território nacional, pois, as manifestações dos "ocupas" aconteceram, como já foi pontuado, tanto no Brasil quanto nos protestos do exterior – que inspiraram as ocupações brasileiras, foram protagonizadas por jovens. De acordo com Alves (2012, p.31-32),

*"(Na Primavera Árabe), a multidão árabe, composta em sua maioria por jovens com trabalhos precários ou desempregados, mobilizou-se por meio das redes sociais. [...] No caso europeu, muitos dos manifestantes são jovens empregados, trabalhadores desempregados e estudantes de graduação subjulgados pelo endividamento e inseguros quanto ao seu futuro".*

Da mesma forma, como a participação da juventude em protestos não era uma inovação, adotar ocupações como estratégia em manifestações também não pode ser considerado novidade no Brasil e no mundo. Como lembra Alves (2012, p.33), "há tempos, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), no Brasil, e o Zapatismo, no México, valem-se de estratégias de ocupação como tática de luta e visibilidade social".

No caso do Ocupe Estelita, a influência das pautas e estratégias do MST foi clara. Um dos eventos realizados no Cais José Estelita levou integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra para discutir questões relacionadas a disputas por espaços no campo e na cidade. O convite do Movimento Ocupe Estelita para o evento Ocupe Campo – Cidade, realizado no dia 12 de abril de 2012, ressaltava que:

> *"a disputa, seja no campo, seja na cidade, é por espaço – obviamente respeitando as especificidades de cada lugar. Se no campo a demanda da reforma agrária escancara a dominação autoritária dos latifundiários e as ameaças geradas pelo agronegócio, na cidade, a especulação imobiliária varre para zonas periféricas homens e mulheres de raças e classes 'indesejadas', 'revitalizando' centros para a classe dominante. A terra e a moradia são território de disputa e conflito em um contexto social no qual o lucro de poucos se sobrepõe às vidas e direitos básicos de muitos"* [3].

Apesar da discussão em torno das questões no campo, a pauta do Ocupe Estelita se centrava no urbano e tinha uma pauta específica: o direito à cidade[4]. Segundo Carlos (2016, p.108), o direito à cidade sugere a constituição de uma nova sociedade, colocando em questão a própria sociedade urbana e a segregação como forma predominante da produção do espaço urbano capitalista. A autora pontua que "as lutas pela apropriação do espaço urbano que surgem no cotidiano questionam o sentido da metrópole produzida sob a égide do processo de valorização que aprofunda e encobre os mecanismos de segregação".

De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, a palavra "segregação", mencionada por Carlos (2016), foi registrada no idioma falado no Brasil em meados do século XIX. Seu primeiro sentido é de "ato ou efeito de segregar (-se), afastamento, separação, segregamento". Etimologicamente, vem do latim *segregatio*, que significa "separação". A compreensão do vocábulo se faz importante ao discutir questões e lutas urbanas, pois, segundo Carlos, a segregação é característica fundamental da produção do espaço urbano contemporâneo. Ao mesmo tempo, é o negativo da cidade e da vida urbana. Carlos (2016, p. 96) pontua que:

> *A segregação vivida na dimensão do cotidiano (onde se manifesta concretamente a concentração da riqueza, do poder e da propriedade) apresenta-se, inicialmente, como diferença, tanto nas formas de acesso à moradia (como a expressão mais evidente da mercantilização do espaço urbano), quanto em relação ao transporte urbano como limitação de acesso às atividades urbanas (como expressão da separação do cidadão da centralidade), bem como através da deterioração/cercamento/diminuição dos espaços públicos (como expressão de estreitamento da esfera pública). [...] Deste modo, a segregação surge em contradição à reunião (sentido mais profundo da prática urbana)".*

Assim, o encolhimento da esfera pública e a expansão da esfera privada é uma realidade que vem se impondo nas metrópoles. Com isso, conforme Carlos (2016, p. 106), "reduzem-se as possibilidades da vida humana definida no âmbito da sociabilidade, das trocas como consequências da reunião diante dos espaços públicos deteriorados ou de parques/áreas verdes como espaço da contemplação passiva, mais do que da ação cívica".

A autora observa também que a segregação enquanto fenômeno urbano existe desde a criação das cidades. No entanto, sob o capitalismo, ela ganha outra forma: a produção do espaço enquanto mercadoria como momento de realização do processo de acumulação. Segundo Carlos (2016, p.99), "a cidade, produto e obra, encontra-se sob as determinações do capitalismo [...] e tornou a própria cidade uma mercadoria [...]. O espaço urbano tornado mercadoria faz com que seu acesso seja determinado pelo mercado imobiliário".

Ainda sobre a segregação como característica das cidades contemporâneas, Souza (2016) vê projetos de "revitalização" e congêneres como promotores de segregação. Revitalizar, requalificar ou regenerar, como indica o autor, pressupõe espaços que estavam "mortos", "desqualificados" ou "destruídos". Souza (2016, p.140) aponta que "'revitalização', 'requalificação', etc. são os eufemísticos e ideológicos nomes das estratégias que visam a promover esse objetivo, bancado por regimes urbanos saturados de mentalidade 'empresarialista'". Por "esse objetivo", o autor fala sobre a tentativa de implementação de ações, amparadas por significativa hegemonia ideológica entre a classe média, que tem como premissa tática a ideia de que a presença dos pobres em áreas centrais é um obstáculo a ser removido, em prol da "modernização". Para Souza (2016, p.143),

> *"na exata medida em que o projeto da 'cidade empresarialista' der certo, com seu cortejo de vícios e perversidades, aí incluída uma 'revitalização' que reforça e agrava a segregação e parece interditar aos pobres o direito de morar nas áreas centrais, as cidades brasileiras darão errado".*

Como observou Nina Rabha (1984), "menosprezar, depreciar, esquecer, são resultado do uso de uma escala abrangente de análise, que não leva em conta os valores internos do lugar". Nesse sentido, Souza (2016) acrescenta que tais valores não são levados em consideração porque levá-los em conta é algo incompatível com as necessidades "revitalizadoras" do capital. Assim, Souza (2016, p.133) pontua que:

**3** MOVIMENTO OCUPE ESTELITA. Campo e cidade se juntam no Cais José Estelita. Disponível em <http://www.mst.org.br/2015/04/10/campo-e-cidade-se-juntam-no-cais-jose-estelita.html>. Acesso em 16 jul 2017.

**4** "A proposta do #ocupeestelita é chamar a atenção para a área e principalmente reforçar que existem muitas possibilidades de ativá-la; que as propostas de Moura Dubeux e Queiroz Galvão não são as únicas maneiras de integrá-la à cidade; ao contrário, é uma das piores, justamente porque a conecta com uma face da cidade que não reflete sua diversidade, que não enfrenta seus problemas e que não respeita sua identidade e sua história." Trecho da carta de convocação da primeira ocupação no Cais José Estelita. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita/>. Acesso em 16 jul 2017.

*"em todo o planeta, 'revitalizar' espaços 'deteriorados' tem sido um dos principais expedientes na criação de novas 'frentes pioneiras urbanas' para o capital. Estamos imersos na era, por excelência, da cidade como uma 'máquina de crescimento'".*

Já Rodrigues (2016) vê nos condomínios fechados outra faceta da segregação nas cidades. Segundo a autora, esse tipo de espacialização reforça a noção de espaços seguros versus espaços inseguros. A autora pontua que os empreendedores imobiliários produzem espaços que aumentam a desigualdade socioespacial onde o Estado parece estar ausente. Essa separação, conforme Rodrigues (2016, p.161),

*"É calcada na propriedade privada da terra e nas edificações nela contidas, projetadas para permitir maiores rendas, lucros e juros. Nas zonas selvagens encontram-se os pobres, os violentos, sujos, drogados, o trânsito, a sujeira, a falta de áreas verdes e de equipamentos de uso coletivo. Nas civilizadas, moram os que estão constantemente ameaçados e para se defenderem criam (incorporação imobiliária) e usufruem (compradores/moradores) de enclaves, que contam com áreas verdes, equipamentos coletivos, limpeza, deslocamento seguro, além de serem tidos como 'sustentáveis'".*

Assim, os conflitos sociais resultantes do processo de intervenções urbanas se manifestam por meio da resistência que, conforme Serafim (2012), às vezes ocorre de forma direta, como nas lutas contra as desapropriações quanto na exigência de uma parcela crescente da população por direito à cidade, uma urgência de utilização do espaço público como um território para vivência da vida cotidiana. De acordo com Serafim (2012, p. 186),

*"As grandes intervenções contribuem para a promoção de alterações significativas nas formas de produção e apropriação social do espaço urbano. O processo de produção não é apenas histórico e social, sendo responsável por conflitos, pois nem todos se apropriam desse espaço de maneira democrática, nem vão ter as mesmas oportunidades, o que gera segregação espacial e privação da cidadania".*

Iniciado no Recife em 2012, o Ocupe Estelita, em defesa de uma área pública leiloada em 2008 para empresas privadas, é um desses conflitos. O histórico e ações do momento serão detalhados no próximo tópico.

## Cinco anos de Movimento Ocupe Estelita

As mobilizações do Movimento Ocupe Estelita começaram em 2012, quatro anos depois de o consórcio Novo Recife —formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e Ara Empreendimentos — comprar em leilão a área da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA). O projeto imobiliário pretendia construir 12 torres residenciais e comerciais de alto padrão, com até 40 andares. O metro quadrado das unidades do empreendimento custaria de R$ 5,5 mil a R$ 7,5 mil, o que tornaria a área uma das mais caras da cidade[5]. Além disso, o plano previa estacionamentos para cerca de cinco mil veículos.

No dia 29 de fevereiro de 2012, o consórcio Novo Recife anunciou o início das obras no Cais José Estelita. Em reportagem publicada no *Jornal do Commercio*, o diretor da construtora Moura Dubeux, única fonte de informação ouvida pela reportagem, informa que uma área de 15 mil metros quadrados seria demolida para a construção dos prédios. "Nossa proposta é oferecer uma qualidade de vida para quem vai morar no local, mas que essa convivência esteja conectada com toda a cidade", afirmou Eduardo Moura[6].

Contrários à construção dos prédios por entender que o projeto seria danoso à cidade visto que não apresentam relatórios de impacto ambiental e de vizinhança e por ser desproporcional à massa edificada do bairro de São José; estudantes, arquitetos, professores e movimentos sociais começaram a se organizar para protestar contra o Novo Recife. Era a primeira vez que um movimento social articulado e com uso das redes sociais como ferramenta de comunicação protestava contra o modelo de crescimento urbano na capital pernambucana.

Às 9h do dia 15 de abril de 2012, um domingo, aconteceu o primeiro ato de ocupação da área no Cais José Estelita.

*"A luta do movimento Ocupe Estelita é para que a cidadania ocupe o cais por meio da observância da legislação vigente; da inclusão popular no desenho das oportunidades para a área do centro-sul da capital pernambucana; do respeito ao meio ambiente e do investimento imobiliário responsável", explicou o grupo na página Direitos Urbanos na internet"*[7] (BUENO, 2014)

.

O projeto imobiliário foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Prefeitura de Recife em 28 de dezembro de 2012, a três dias do fim da gestão do ex-prefeito do Recife, João da Costa (PT-PE). A sessão foi realizada a portas fechadas. O ano que seguiu a aprovação, 2013, foi marcado pela intensificação da batalha judicial sobre o andamento do projeto. Os eventos promovidos pelo movimento Ocupe Estelita na área também se tornaram mais frequentes.

Nos primeiros meses de 2013, a então promotora de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Belize Câmara, participou de debates sobre o projeto Novo Recife em audiências públicas e entrou com uma ação civil pública em que solicitou a suspensão do plano imobiliário. Entre outros pontos, a promotora argumentava que o projeto não obedeceu a critérios básicos para a construção, como o parcelamento do terreno (divisão em lotes) antes de sua aprovação.

No dia 1º de março de 2013, uma semana após a

**5** De acordo com pesquisa divulgada em janeiro de 2017 pela plataforma digital de imobiliárias e corretores Viva Real, Recife é a quarta capital com valor de venda de imóveis mais alto do Brasil. Os bairros com o metro quadrado mais caros da cidade são o Pina (R$ 7.595), Jaqueira (R$ 7.168), Poço da Panela (R$ 6.713) e Boa Viagem (R$ 6.598). Disponível em: < www.vivareal.com.br/dmi/recife-dados-mercado-imobiliario>. Acesso em 19 jul 2017.

**6** Disponível em: <https://pedesenvolvimento.com/2012/02/29/comecam-obras-do-projeto-novo-recife-no-cais-jose-estelita/> Acesso em 19 jul 2017.

**7** Disponível em <https://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita/>. Acesso em 19 jul 2017.

Justiça suspender o processo de aprovação do projeto na Prefeitura do Recife, em resposta à ação civil pública movida pela promotora, ela foi afastada da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Recife[8]. Aos gritos de "Volta, Belize!", cerca de 100 pessoas realizaram uma manifestação, no dia 6 de março de 2013, em frente à sede do MPPE, bairro de Santo Antônio. O protesto, porém, não surtiu efeito. Até 2017, a promotora continuava afastada do cargo.

Em abril de 2013, os integrantes do movimento Ocupe Estelita ocuparam o cais para o evento Ocupe Estelita +1, definida pelos manifestantes como "um momento de encontro, um espaço para discussão dos rumos e impactos do processo de desenvolvimento urbano em curso no município do Recife". O encontro aconteceu na tarde do dia 28 e promoveu exposição fotográfica, shows, apresentações teatrais e de dança, plantio de árvores e palestra.

Depois da aprovação do projeto Novo Recife pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Prefeitura de Recife ter sido anulado pela Justiça após a ação movida pela promotora Belize Câmara, em agosto de 2013, a Câmara dos Vereadores do Recife, aprovou o projeto de lei 23/2013, de autoria do prefeito Geraldo Julio (PSB-PE), transferindo o CDU da Secretaria de Planejamento para a Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano. A decisão foi alvo de protesto de entidades, como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-PE) e a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco (OAB-PE), e do grupo Direitos Urbanos, contrários à mudança[9].

Após as mudanças, no dia 21 de maio de 2014, o grupo imobiliário responsável pelo projeto Novo Recife conseguiu autorização da Prefeitura de Recife para demolir os antigos armazéns de açúcar, mesmo após a Justiça ter proibido qualquer etapa da obra em função da ausência de estudos de impacto obrigatórios. Apesar da mobilização social, que durava mais de dois anos, o Consórcio Novo Recife deu início à demolição do cais. A operação começou por volta da meia noite e chamou a atenção de um dos ativistas do movimento Ocupe Estelita, que passou pelo local no momento e enviou imagens da destruição por celular para outros ativistas. A notícia se espalhou pelas redes sociais. Um grupo foi até o cais e decidiu passar a noite no local vigiando para que as máquinas não voltassem a derrubar os armazéns. A ocupação, inicialmente programada para acontecer de um dia para o outro, acabou durando 58 dias.

No dia seguinte ao início da ocupação, 22 de maio de 2014, a demolição dos antigos armazéns foi embargada por uma liminar do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que alegou que o consórcio descumpriu um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado entre as empreiteiras e o órgão de proteção ao patrimônio. O documento visava garantir a proteção dos registros relacionados à produção de conhecimento sobre a área. Um dia depois, em 23 de maio de 2014, aconteceu a primeira audiência pública sobre o projeto Novo Recife. A população teve acesso ao plano imobiliário e apontou os problemas que as construções poderiam causar no cais e na cidade, entre eles a perda de parte da história e da identidade do Recife.

Em 3 de junho daquele ano, a Prefeitura do Recife suspendeu a licença que autorizava a demolição dos galpões do cais. Dois dias depois, a construtora Moura Dubeux, declarou que o consórcio Novo Recife seria favorável à criação de um novo projeto para a área. No dia 16 de junho, houve uma reunião entre o consórcio Novo Recife, a Prefeitura do Recife, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU-PE), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-PE), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Na reunião foi estabelecido um prazo de 30 dias para que fossem modificadas as diretrizes urbanísticas do projeto Novo Recife.

O acordo também previa que se fosse ocorrer uma ação de reintegração de posse da área, ela precisaria ser comunicada com 48 horas de antecedência e deveria contar com a presença do Ministério Público. Porém, um dia depois de a concordata ser firmada, em 17 de junho de 2014, sob as ordens do então governador do estado João Lyra (PSB-PE) – que ocupava o cargo após o afastamento do governador Eduardo Campos para campanha presidencial – o Batalhão de Choque da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) foi enviado ao Cais José Estelita para expulsar à força os manifestantes que ocupavam o local.

Durante a operação, quatro pessoas foram detidas, entre elas dois estrangeiros –– um peruano e um argentino. De acordo com o capitão da Polícia Militar de Pernambuco, Júlio Aragão, então chefe da Comunicação Social da corporação, as prisões aconteceram por "desobediência, ameaça e incitação de violência"[10]. De acordo com o governo de Pernambuco, três pessoas ficaram feridas: uma mulher que desmaiou, um rapaz de 18 anos que foi atingido por estilhaços de bomba de efeito moral e uma manifestante que inalou muito gás lacrimogêneo. Os manifestantes informaram que o número de feridos foi de 35 pessoas.

No mesmo dia da ação de reintegração de posse, a Anistia Internacional, organização não governamental que defende os direitos humanos, divulgou nota pública condenando o uso excessivo da força pela PM na desocupação do Cais José Estelita:

> *"Os manifestantes estavam em negociação com autoridades locais, com acompanhamento do Ministério Público, e havia o compromisso de que qualquer reintegração de posse teria um aviso prévio de 48 horas. Há denúncias de manifestantes feridos, equipamentos confiscados, destruição do acampamento e pessoas detidas sob a acusação de formação de quadrilha. A Anistia Internacional pede a investigação imediata dos abusos cometidos pela Polícia Militar e que seja retomada a negociação com os participantes da ocupação"*[11].

Em março de 2015, o Iphan incluiu a área operacional do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas – no terreno do Cais José Estelita, vizinho ao local previsto para o projeto Novo Recife – na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário Brasileiro. Menos de um ano depois da desocupação do cais, em 4 de maio de 2015, a Câmara de Vereadores do Recife aprovou por unanimidade, em primeira e segunda votações, o projeto de lei número 08/2015 –, o Plano Específico

**8** O Ministério Público de Pernambuco decidiu por dispensar a ilustre e competente colega Belize Câmara, titular da 3ª Promotoria de Justiça Cível de Jaboatão do Guararapes, da acumulação temporária da Promotoria de Meio Ambiente da Capital, porquanto naquele município de Jaboatão faltam promotores da Infância e Juventude, e, designá-la para o exercício cumulativo na mencionada Promotoria." Trecho de nota oficial do Ministério Público de Pernambuco sobre o afastamento da promotora. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2013/03/01/belize-camara-e-afastada-da-promotoria-de-defesa-do-meio-ambiente-do-recife-75060.php>. Acesso em 19 jul 2017.

**9** "A nossa oposição ao referido Projeto de Lei decorre da constatação de que ele aprofunda uma separação entre o planejamento do desenvolvimento da cidade e sua execução, afrontando o que prevê o Plano Diretor da Cidade do Recife", argumenta a carta, assinada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-PE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-PE), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-PE), Direitos Urbanos Recife, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU-UFPE).

**10** Disponível em: < http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/quatro-sao-detidos-e-varios-ficam-feridos-na-desocupacao-do-estelita.html>. Acesso em 20 jul 2017.

**11** Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/nota-publica-anistia-internacional-condena-uso-excessivo-da-forca-pela-pm-na-desocupacao-cais-jose-estelita-em-recife-pe/>. Acesso em 19 jul. 2017.

do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga. A região contemplada pelo projeto fica no centro histórico da capital pernambucana, incluindo a área de interesse do projeto Novo Recife.

A sessão na casa do legislativo municipal aconteceu no mesmo dia em que o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) encaminhou à presidência da Câmara um ofício informando sobre ação civil pública que pede a devolução do projeto de lei para o Conselho da Cidade da Prefeitura do Recife. A votação do projeto não estava na pauta do dia da Câmara do Recife. A matéria foi incluída para sessão extraordinária.

De acordo com o portal de notícias G1[12], houve confusão, com discussão entre vereadores e o então presidente da Casa, Vicente André Gomes (PSB-PE); proibição de entrada do público nas galerias e gritaria entre os ativistas contrários à medida e que conseguiram ficar no plenário. Por causa do tumulto, a bancada de oposição se retirou na hora da votação.

No dia seguinte à votação, manifestantes contrários à aprovação do Plano Específico do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga fizeram um protesto de aproximadamente cinco horas pelas ruas do Recife. Eles saíram da frente da Câmara de Vereadores. A passeata seguiu pela Rua do Hospício, Avenida Conde da Boa Vista, Ponte Duarte Coelho, Avenida Guararapes, Avenida Dantas Barreto, Nossa Senhora do Carmo, Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Pina. O protesto foi encerrado dentro do Rio Mar Shopping, na Zona Sul da cidade.

Os integrantes do movimento Ocupe Estelita voltaram a protestar contra o plano no dia 7 de maio de 2015. Os manifestantes se reuniram na Praça do Derby, na área central do Recife, e fizeram uma passeata pela Avenida Agamenon Magalhães, principal corredor viário do Recife. A troça carnavalesca Empatando Tua Vista, criada pelo movimento e que critica a verticalização excessiva da cidade, tomou a frente do protesto. Antes da caminhada, os ativistas leram um texto explicando os motivos da manifestação. "Ocupamos a cidade e manteremos ocupada pelo tempo que for necessário para sua real transformação. Democratizar nossa cidade é nosso dever e desejo", informava a mensagem lida[13].

A caminhada chegou à rua onde morava o prefeito Geraldo Julio (PSB-PE). Um acampamento foi montado pelos manifestantes em frente ao prédio onde vivia o chefe do executivo municipal. A Rua Neto Campelo, no bairro da Torre, Zona Oeste da cidade, ficou fechada por faixas pedindo a reabertura do diálogo com a Prefeitura do Recife. O evento "Praia do GeJu (referência ao nome do prefeito Geraldo Julio)", foi divulgado pelo movimento Ocupe Estelita pelas redes sociais. Atividades, como projeções de vídeos e aulas, aconteceram na rua.

Dois dias depois de o acampamento ter início, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), em decisão assinada pelo juiz Djalma Andrelino Nogueira Júnior, determinou a desocupação da Rua Neto Campelo. Houve alguns momentos de tensão, quando moradores do prédio, que haviam instalado uma faixa com a frase "Respeitem nossas famílias" na fachada do edifício, atiraram sachês de kettchup nos manifestantes, que encerraram o acampamento.

Em 30 de setembro de 2015, a Polícia Federal em Pernambuco (PF-PE) informa, em entrevista coletiva à imprensa, que houve fraude no leilão do terreno do Cais José Estelita, realizado em 2008. No mesmo dia, a Câmara Municipal do Recife, em parecer assinado pelo vereador Aerto de Brito Luna (PRP-PE), havia se posicionado favoravelmente ao projeto: "considerando a viabilidade técnica do Empreendimento e que os projetos atendem às recomendações e aos índices urbanísticos determinados na legislação vigente, opino favoravelmente à aprovação dos projetos"[14], informava o documento elaborado em resposta ao ofício número 22/2015 da Câmara.

No dia 28 de novembro de 2015, a Justiça Federal anulou o leilão de venda da área onde seriam construídas as torres. A decisão judicial levou em conta a investigação da Polícia Federal, que apontou que a compra do terreno foi fraudulenta. A decisão—processo número 0001291-34.2013.4.05.8300 — determinou que o Consórcio Novo Recife restabelecesse o estado anterior em que o local estava.

A sentença atendeu a um pedido do Ministério Público Federal (MPF) e condenou o Consórcio Novo Recife a devolver o patrimônio público em até trinta dias e determinou que a Prefeitura do Recife, a União Federal e o Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan) "se abstenham a autorizar todo e qualquer projeto que controverta ao ambiente histórico, paisagístico, arquitetônico e cultural das áreas do entorno do Forte das Cinco Pontas, incluindo o Cais José Estelita, sob as penas da lei"[15]. Em junho de 2016, a Justiça Federal emitiu uma reafirmação de sentença e manteve a anulação do leilão do Pátio Ferroviário no Cais José Estelita. Em comemoração aos cinco anos do movimento, os ativistas do Ocupe Estelita ocuparam a área do cais no dia 21 de maio de 2017 para promover atividades, como debates e rodas de poesia, música, arte e cinema.

## Considerações finais

Acreditamos que a experiência e trajetória do Movimento Ocupe Estelita indica que a estratégia de mobilização coletiva, materializada nas ocupações, torna visível a insatisfação da população em meio às disputas e interesses do mercado imobiliário. Percebe-se que a posição do movimento se alinha ao pensamento de Lefebvre no que diz respeito à necessidade de uma cidade que assume a ótica dos cidadãos. Isto é, o direito à cidade como o direito à plena fruição do espaço social. Nota-se que o Ocupe Estelita buscou colocar em prática a forma de democracia direta mencionada pelo francês, ou seja, do controle direto das pessoas sobre a forma de habitar a cidade, que é uma obra humana coletiva em que os indivíduos têm espaço para manifestar suas diferenças. A resistência de corpos e coletivos, a partir do incômodo, fizeram ouvir os anseios de uma população de retomar a cidade e de participar das decisões de seus destinos, para que, dessa forma, a cidade exista não somente na sua concretude, mas também, como um local desejável com a participação da sociedade.

**12** Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/05/camara-do-recife-aprova-plano-para-area-do-cais-jose-estelita.html>. Acesso 22 jul. 2017.

**13** Disponível em: < https://pt-br.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/posts/486863214793997 >. Acesso em 22 jul 2017.

**14** Disponível em: <selurb.recife.pe.gov.br/sites/default/files/Paracer%20relator%20Novo%20Recife.pdf> Acesso em 22 jul 2017.

**15** Disponível em: <http://tebas.jfpe.jus.br/consultaProcessos/resimprsentintegra.asp?CodDoc=4612361>. Acesso em 22 jul 2017.

## Referências bibliográficas


ALVES, Giovanni. (2012), *Ocupar Wall Street... e depois?*. São Paulo, Boitempo/Carta Maior.

BAUMAN, Zygmunt. (1999), *Globalização: as consequências humanas.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

BUENO, Chris. (2014), "Ocupe Estelita: movimento social e cultural defende marco histórico em Recife ". <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400003>. Acessado em: 15/11/2018.

CABRAL, Bruno Fontenele & CANGUSSU, Débora Dadiani Dantas. (2011), "Primavera árabe: reflexões sobre a existência do direito à democracia". *Jus Navigandi*, 16, 2795.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. (2016), "A prática espacial urbana como segregação e o "direito à cidade" como horizonte utópico", in VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.), *A cidade contemporânea:* segregação espacial, São Paulo, Contexto.

CARNEIRO, Henrique Soares. (2012), "Rebeliões e ocupações de 2011", in HARVEY, David; TELES, Edson e SADER, Emir et. al (orgs.). *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*, São Paulo, Boitempo/Carta Maior.

CASTELLS, Manuel (2013). *Redes de indignação e esperança.* Rio de Janeiro, Zahar.

COSTA, Débora Alves da & SOUZA, Rogério Martins de. (2012), "A revolta digital: impacto das redes sociais da internet nos protestos de rua dos países árabes em 2011", in *Cadernos UniFOA*, 19, 37.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello *et* al. (2015), "'Desejo de cidade': o papel das redes sociais no movimento Ocupe Estelita". *Anais Intercom*. Rio de Janeiro. Caderno de Resumos Intercom 2015. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. v. 1. p. 25-25

LEFEBRVE, Henri. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro.

LIMA, Venício A. de (2013), "Mídia, rebeldia urbana e crise de representação", *in* MARICATO, Ermínia *et al. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.* São Paulo, Boitempo/Carta Maior, 86-97.

PESCHANSKI, João Alexandre. (2012), "Os 'ocupas' e a desigualdade econômica", in HARVEY, David; TELES, Edson & SADER, Emir *et. al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas.* São Paulo, Boitempo/Carta Maior, 27-30.

MARTINS, Mariana & MOREIRA, Mariana (2014). "O que a imprensa de Recife não conta sobre o Estelita". <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupeestelita-em-pe-3964.html>. Acessado em 15/11/2018.

POENER, Artur José. (1995), O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. São Paulo, Centro de Memória da Juventude.

RABHA, Nina. (1984), Cristalização e resistência no Centro do Rio de Janeiro. Tese de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, datilo.

RODRIGUES, Arlete Moysés. (2016), "Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial", in VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial.* São Paulo, Contexto, 147-168.

SANTOS, Milton (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.

SERAFIM, Ana Regina. (2012), *Transformações do espaço urbano da cidade do Recife-PE como produto e condição de reprodução de intervenções urbanas: análise dos projetos de requalificação*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, datilo.

SERPA, Angelo. (2016), "Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea", in. VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato & PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial.* São Paulo, Contexto, 169-188.

SOUZA, Marcelo Lopes de (2016) "Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade 'empresarialista'", in VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial.* São Paulo, Contexto, 127-146.

TELES, Edson. (2012) "Democracia, segurança pública e coragem para agir na polícia", in HARVEY, David; TELES, Edson; SADER, Emir *et. al. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo, Boitempo/Carta Maior, 77-82.

# **Poesia em movimento:** ocupação da cidade via literatura em saraus na região metropolitana do rio de janeiro

**Resumo:** Apresento neste trabalho reflexões acerca dos diversos mundos que podem ser observados dentro dos saraus literários. A partir da etnografia desenvolvida nos saraus cariocas Divergente e Táno Ponto, busco compreender neste artigo as configurações desses eventos bem como esses espaços são elaborados não só para manifestações literárias e artísticas, mas também como uma ferramenta de luta política que reinventa o tecido urbano por meio do compartilhamento de leituras. Analiso, especialmente, como aqueles que participam, interagem entre si e como desenvolvem sua corporeidade, ocupando politicamente o espaço público por meio das palavras e protestando contra as desigualdades sociais presentes.

**Abstract:** *I present in this work reflections about the different worlds that can be observed within the cultural gatherings. Based on the ethnography developed in the cultural gatherings in Rio de Janeiro city, Divergente and Táno Ponto, I try to understand the configurations of these events, as well as these have become spaces elaborated not only for literary-artistic manifestations; but also as a tool of political struggle that reinvents the urban fabric through the sharing of readings. I analyze, especially, how the individuals that participate, interact with each other and how they develop their corporeality, politically occupying the public space through words and protesting against present social inequalities.*

**Rhuann Fernandes**

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Estagiário/auxiliar de pesquisa no Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Cândido Mendes (CESAP/UCAM). O presente texto é um dos resultados parciais da pesquisa: "Territórios Literários: novas tecnologias, práticas de leitura e de compartilhamento na contemporaneidade", realizada pelo CESAP. Para maiores informações, ver: http://cesap-ucam.com.br/pesquisas. Além disso, está como Monitor da disciplina Sociologia III do departamento de Sociologia - ICS/UERJ, sob orientação do professor doutor David Gonçalves Soares.

**Contato:**

rhuannfernandes@hotmail.com

**Palavras-chaves:**

Saraus. Ocupação Literária. Resistencia. Interação.

**Keywords:**

Cultural Gatherings. Literary Occupation. Resistance.

## Introdução

Este artigo busca compreender os saraus como formas de ocupação literária na cidade do Rio de Janeiro. O principal exercício de análise consiste em pensar tais eventos para além de sua dimensão lúdica, mas também como instrumento político para determinados fins.

A etnografia que subsidia o desenvolvimento desse texto foi elaborada a partir da observação de dois saraus na região metropolitana do Rio de Janeiro: o *Divergente e o Táno Ponto*. Participei de edições de ambos, realizadas nos meses de fevereiro e março de 2017, respectivamente, com o intuito de produzir dados e recolher materiais relativos às manifestações em questão, buscando vislumbrar como os saraus se configuravam e como ocupavam determinados territórios. Para tal, foram utilizados como instrumentos de pesquisa o caderno de campo, filmagens, fotos e gravações de alguns momentos e falas apresentadas durante as atividades bem como pesquisa em redes virtuais por momentos anteriores e posteriores aos eventos. Assim como Peirano (2014), acredito que

> *"A empiria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos –, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação. Não são "fatos sociais", mas 'fatos etnográficos'" (PEIRANO, 2014, p.379).*

Nesse sentido, a etnografia não é utilizada como método, mas pensada enquanto teoria que contribui para o campo antropológico ou, como a autora descreve, é o "nosso chão" (PEIRANO, 2014, p.380). Em conformidade com essa proposta, a autora sugere que, para produzirmos uma boa etnografia, necessita-se seguir três premissas: levar em conta toda comunicação exercida no contexto da situação em que o pesquisador está inserido; transformar a linguagem escrita e o que foi vivido na pesquisa de campo realizada, convertendo toda experiência sentida no campo em texto e, por fim, detectar a eficácia social das ações de forma analítica.

Essa metodologia tem o fim de gerar concepções e interpretações distintas de um único campo para, posteriormente, produzir debates e gerar trabalhos de cunho científico. Assim, acredito que, ao participar com os agentes sociais de situações comuns a eles próprios, com um intenso acompanhamento, podemos apreender o sentido de uma prática cultural, na tentativa de interpretar seus significados. Destarte, apresento questões referentes ao meu aprendizado, exibindo depois de variadas análises, os significados contidos nos atos, ritos e performances humanas, não apenas descrevendo-as simplificadamente.

No que se refere à proposta de observação participante multi-situada, trata-se de uma tarefa necessária para nós, pesquisadores, elencar algumas questões. Como critério, deve-se estabelecer associação entre determinadas localidades e acontecimentos, fazendo, desta maneira, emergirem alternativas que nos permita discutir sobre a construção de uma determinada situação através da qual diferentes aspectos de um mesmo fenômeno dialoguem e se sobreponham. Só a partir disso identificaremos, na recomposição de múltiplas perspectivas e circunstâncias realizadas pelo pesquisador, as configurações que moldam o fenômeno social e como este ganha sentido próprio.

## As configurações dos Saraus Literários

Na perspectiva de Silva (2012), os saraus estão numa crescente, ou seja, é um fenômeno que tende a se expandir principalmente em zonas periféricas. Esses eventos vêm se tornando especiais por conta de seu caráter crítico ou, como o próprio autor afirma, existir: produção de arte engajada[1]. As intervenções são compartilhadas por meio da literatura e também por uma reunião de diversos elementos artísticos, principalmente a valorização do discurso e da ex-

**1** Para o autor, os saraus herdaram um dos principais elementos da cultura do hip hop: a denúncia das atrocidades através das letras criativas que se debruçam sobre a realidade. De fato, os interlocutores com

pressão corporal, por meio de práticas como poesia, música e teatro, pois "nesses espaços elaboram-se reflexões e reações nativas sobre diferentes modalidades de segregação experimentadas na vida diária" (SILVA, 2012, p.01).

Por conta disso, esses eventos tornaram-se espaços de resistência e empoderamento de determinados grupos sociais, inclusive aqueles que se sentem excluídos e não representados pela elitização do mundo literário e artístico. Precisamos qualificar aqui a ideia de que um espaço não se define a partir de pontos cardeais, mas está determinado, caracterizado e distinguido a partir de uma dinâmica social. Nessa sequência, compreendo nos saraus a disposição do espaço "periferia" em termos distintos do que é expresso no sentido comum. Esses eventos normalmente ocorrem em locais abertos, com uma predominância das praças e, mesmo quando têm como cenários locais fechados, não deixam de discutir a configuração espacial da cidade e sua inerente desigualdade.

Dentro dessa perspectiva, em minhas investigações, percebi que quase todos os poemas declamados têm relação com a confrontação com a condição social insatisfatória que os indivíduos vivem. Além disso, as ocupações dentro desses espaços funcionam como forma de resistência. Utiliza-se, assim, a literatura como um meio de dialogar com os problemas políticos - uma forma de "desabafo" -, com o intuito de compartilharem juntas a crítica e, logo, chegarem a soluções. Um bom exemplo é o poema do rapper Flávio XL (2017)[2], recitado no Sarau Divergente, intitulado "manifesto impopular":

*Manifesto em processo, eu nunca cesso de falar*
*Do insano cotidiano que vem a me torturar*
*É o salário milionário do Ronaldo para jogar*
*É o Jair Bolsonaro, que só tem merda pra falar*
*A mulher vem reclamar que eu só vou dormir tardão*
*E eu todo agoniado porque ainda não achei um refrão*
*Maldição de promoção que vejo na TV, bizarro*
*Apenas 25 mil pra comprar um carro*

*Na escola não rola nada na aula que interesse*
*Minha mente decora, faz a prova e depois esquece*
*Por isso eu manifesto em protesto protocolar*
*Hoje é tipo Raul Seixas, eu também vou reclamar...*

*É ninguém se revoltar com o maldito vestibular*
*Motorista que não para no ponto e te faz mofar*
*Se eu erro no futebol, nêgo xinga de viado*
*Você fica acostumado a ser condicionado errado*
*É o bando de esperto que segue pelo acostamento*
*É largar uma prata na merda do estacionamento*
*É aquela mosquitada quando eu deito no colchão*
*É aquele cansaço e pegar lotado o busão*

*É se normalizar a questão do latifúndio*
*Bendito telemarketing e excesso de gerúndio*
*É nêgo ser contra o gato, o Estado não me dá nada*
*Quando sobe na favela sabe que é pra dar porrada*
*É falarem mal do funk, é falarem bem do Skank*
*É usar moicano e não saber do movimento punk*
*É a igualdade que parece não chegar*
*A menina é recatada e o menino pode aloprar*

*É trocar o termo ocupação por invasão*
*Ver o Bill no Criança Esperança e no Faustão*
*É cabelo crespo liso porque dizem mais bonito*
*Gente que desiste antes de ouvir o apito*
*É irmão matar irmão por guerra de facção*
*Enquanto o Senhor das Armas se diverte na mansão*
*Por isso eu manifesto em protesto protocolar*
*Hoje é tipo Raul Seixas, eu também vou reclamar...*
(Caderno de Campo, Sarau Divergente, 2017)

Desse jeito, fica nítida a maneira com que esses atores sociais assumem e ressignificam a literatura, utilizada como instrumento de luta política, que, nesse caso, é comumente conhecida como "literatura marginal". No ponto de vista de Nascimento,

> *"O primeiro significado do termo se refere às obras que estariam à margem do corredor comercial oficial de produção e divulgação – considerando-se que os livros se igualam a qualquer bem produzido e consumido nos moldes capitalistas –, e circulariam em meios que se opõem ou se apresentam como alternativa ao sistema editorial vigente. O segundo significado está associado aos textos com um tipo de escrita que recusaria a linguagem institucionalizada ou os valores literários de uma época, como nos casos das obras de vanguarda. Enquanto o terceiro significado encontra-se ligado ao projeto intelectual do escritor de reler o contexto de grupos oprimidos, buscando retratá-los nos textos" (NASCIMENTO, 2006, p.11-12).*

Posto isso, percebo que esses atores, especificamente nos saraus, reinventam aquilo que é definido e transmitido para a sociedade como "arte" e o que condiciona ao papel do artista. A prática artística assumiu um valor simbólico destinado à elite, que produz técnicas e personagens que reforçam papeis pré-estabelecidos. Esse fator, causado pela dessacralização do mundo e pela a laicização da cultura, fizeram com que os produtores da arte deixassem suas obras aprisionadas e ligadas ao valor de mercado, desconsiderando qualquer produção que não tem por objetivo tornar-se obra de arte nos moldes da indústria, em um cenário social como o atual em que a cultura vira uma mercadoria padronizada a ser

quem tive contato faziam questão de referenciar o rap nacional e o hip hop como elementos de formação política.

**2** Flávio XL é professor de biologia em pré-vestibulares comunitários. É também MC e recentemente lançou um EP, denominado "relatos de um quase morto", em que conta como tem sido viver na Zona Norte do Rio de Janeiro esse semestre, mediante as crises alarmantes que o estado está enfrentando. Lançou recentemente um disco chamado "epístolas urbanas", disponível no Youtube. É frequentador do Sarau Divergente desde sua primeira edição, realizada em 2012.

consumida. Fez-se necessário então, desmistificar a questão da estética em torno da arte e do artista, pois, quando se reflete sobre o papel do artista, pensa-se imediatamente nas grandes mídias e tende-se a se considerar artista apenas aquele que se projeta midiaticamente. Em contrapartida, percebe-se que nos saraus os participantes compartilham do fato de que todos que se apresentam no ambiente produzem arte e, logo, tornam-se artistas.

Antes de prosseguir, é preciso dizer que observei nos saraus variadas identidades e diferentes pautas políticas de acordo com os grupos que os realizam, isto é, existe a promoção de uma agenda política muito forte. Os dois Saraus aqui investigados dão ênfase à questão da desigualdade social/pobreza, racismo, da realidade vivida na favela, da ausência do Estado nas dimensões básicas da vida necessárias para sobrevivência e do abuso policial constante.

Os grupos que realizaram estes saraus *[Divergente e Táno Ponto]* estão associados aos movimentos de favela presentes no Rio de Janeiro, como por exemplo, o coletivo Marginow, construído pelos mesmos integrantes que produzem o sarau *Táno Ponto*. O coletivo é responsável por promover ações e eventos culturais nas favelas cariocas, seu principal foco é mostrar a favela sob outro olhar e dar visibilidade aos artistas marginalizados, valorizando-os e mostrando sua importância na representação de suas realidades. Vale salientar que há um encontro intergeracional nesses eventos, mas sua mobilização é exercida por jovens, que constitui o perfil de boa parte do público, em sua maioria, jovens negros e negras.

Por outro lado, após fazer um breve mapeamento e uma análise intensa da descrição de outros saraus, identifiquei que as abordagens se modificavam3, já que eles se diferenciam involuntariamente entre si pelos bairros e pelos espaços físicos em que estão montados. Ainda nesse sentido, destaco que não existe uma prática artística predominante nesses espaços, as manifestações culturais se misturam e dialogam entre si. "Vigora nos saraus uma diversidade de práticas culturais que incluem leitura, apresentações de músicos, danças, peças teatrais, vídeos, debates" (SILVA, 2012, p.02).

Todavia, semelhanças cruciais para o desenvolvimento dos saraus permanecem: a ocupação política e a resistência dentro desses espaços com as práticas de leitura e as formas de compartilhá-la junto à interação dos indivíduos; a poesia e a corporeidade no momento da recitação para dialogar com o público e os livros que estão sempre presentes, sejam em bibliotecas itinerantes ou nas mãos dos personagens que ali estão inseridos[4]. Deste modo, resistem e tomam para si não só os espaços físicos da cidade em que são realizados os eventos, mas a representação de identidade que transmitem e a transformação significativa do tecido urbano, como símbolo de luta e manifestação cultural própria.

## A ressignificação dos Saraus como forma de resistência

Vale destacar que nem sempre ocorreu da forma como demonstro. De acordo com as referências consultadas, entre o final do século XIX e início do século XX, "o sarau era considerado um evento sofisticado, em que somente pessoas ligadas à elite política poderiam participar e demonstrar suas habilidades artísticas" (SCAVONE, 2005, p.58). Esses eventos eram realizados como uma reunião formal, em que eram exigidas vestimentas e etiquetas dos participantes. Os organizadores não se preocupavam com dinheiro pois faziam parte da elite política/econômica do país. Desse modo, tinham a oportunidade de promovê-los em amplos e belos ambientes, denominados na época como salões.

A dança, a música e a literatura eram as artes protagonistas dessas reuniões e os frequentadores compartilhavam o gosto pela leitura, a fim de promover suas artes e escritos. Assim, eram atividades restritas a certa parcela da população, muito devido à exclusão política proporcionada por determinadas leis vigentes e ao alto índice de analfabetismo presente na sociedade, que demarcavam o pertencimento dos indivíduos às classes. Tennina (2013, *apud* PINHO, 2004) afirma que havia um duplo sentido na construção dos eventos: o interesse artístico estava ligado à apresentação de obras com o intuito de buscar legitimidade frente aos representantes da sociedade aristocrática e da intelectualidade da época. E, concomitantemente a isso, havia um fascínio em exibir a posição de classe.

> *"A palavra sarau não é recente. Diversas músicas, romances, cartas, crônicas e memórias do século XIX, da Europa e da América, fazem referência a essas luxuosas reuniões de amigos, artistas, políticos e livreiros, que, com frequência variada, encontravam-se em casas de certas figuras da alta sociedade ou em espaços exclusivos desses setores – como clubes e livrarias – para tornar suas criações públicas. Registros desses encontros podem ser encontrados, por exemplo, nas crônicas de Machado de Assis, em que há um grande sarau de jovens na casa do senador Nabuco ou no clube Beethoven, que "reunia entre seus sócios o que de melhor na sociedade fluminense havia". O termo sarau deriva etimologicamente do latim serum, que significa "tarde", período em que justamente se davam os encontros. A dança, a música e a literatura eram as artes protagonistas das reuniões, apesar de a atenção dos presentes concentrar-se também na comida que era servida, na vestimenta dos convidados e nos modos de recepção"* (TENNINA, 2013, p. 11 apud PINHO, 2004, p. 238)

É interessante perceber como, a partir da década de 1990, ocorreram mudanças significativas na elaboração desses saraus que são mantidas até os dias de hoje. Recentemente, uma gama de atores sociais, ao realizarem uma série de eventos, conseguiu modificar os espaços e gerar outras perspectivas ao termo e à construção dos saraus- o que gerou uma nova forma de sociabilidade entre os participantes. Uma série de atividades e propostas inovadoras conseguiram reconfigurar a dinâmica desses eventos no presente século. Assim, tais reuniões assumem um caráter

**3** O Sarau do Escritório, um dos mais conhecidos do Rio de Janeiro, que acontece na Lapa, por exemplo, tem uma proposta um pouco distinta: em cada edição, os organizadores prestam homenagem a uma "figura folclórica" das ruas da cidade. O rosto do homenageado estampa os cartazes de divulgação do evento e, no dia do sarau, ele conta sua história e se apresenta ao microfone.

**4** Normalmente, o objetivo dessas bibliotecas itinerantes é incentivar o hábito da leitura por intermédio do sarau e da promoção de empréstimos de livros, mostrando que a prática da leitura é prazerosa. Visam mostrar também que, por meio da arte, revela-se o poder da leitura e da escrita no desenvolvimento do indivíduo.

mais público e participativo, diferente do que se tinha inicialmente, quando eram organizados dentro de um lugar mais íntimo, destinado a poucos. "Essa prática, no momento já deslocada pela cultura letrada, é retomada e ressignificada manifestadamente em outras regiões, inclusive nas regiões periféricas" (TENNINA, 2013, p.12).

Os saraus, então, tornaram-se mais democráticos e os objetivos tornaram-se outros. Hoje, qualquer pessoa pode participar desde que queira observar as manifestações artísticas e/ou que tenha algo a revelar, compartilhar e reivindicar, seja pela leitura, poesia, música ou performance artística. Percebe-se que esses eventos foram sendo organizados de maneira mais informal, em diversos cantos da cidade, para atingir mais pessoas ou, de acordo com a necessidade da localidade, por se tratar de uma ocupação política do tecido urbano. "Menos afrancesados, mais descontraídos. Menos esnobes, mais democráticos. Em um mundo onde o audiovisual ocupa cada vez mais espaço, estar em um lugar para ouvir bons textos e poesia é arejar o cérebro" (SCAVONE, 2005, p.58).

Pode-se observar, dessa maneira, como os indivíduos se conectam, não só pela troca de conhecimento artístico, mas há uma reivindicação política que visa a mudanças. Preocupam-se, em princípio, com aspectos significativos e fazem isso por via da escrita e da leitura, baseados na maioria das vezes em suas subjetividades: o que os atingem, normalmente, estão nas letras escritas nos papéis que são recitadas ao público.

## A Ocupação política do espaço público por meio das palavras

Em minhas incursões etnográficas, observei que os saraus buscam promover, por meio da escrita e leitura, reflexões sobre a realidade que inspiram intervenções diretas com práticas literário-artísticas. Proporcionam também, a interação entre pessoas que buscam transformar sua realidade. Organizador do *Divergente* e forte ativista em movimentos sociais, o Mano Teko, afirmou que no início do sarau começou a se reunir com outros organizadores com o objetivo de buscar direitos e lutar em defesa dos já existentes, como, por exemplo, as manifestações culturais que são invisibilizadas pela cultura hegemônica[5]. Assim, a ideia é discutir temas relevantes com a finalidade de compartilhar conhecimentos por meio de debates, leituras, músicas e poesia. Ele nos informou também que as pessoas não deveriam simplesmente concordar com tudo que é imposto a elas pelo governo ou pelo "sistema". Pelo contrário, elas devem adquirir a percepção de que ali é um espaço de diversidade, em que todos têm suas ideias divergentes, mas que é possível convergir em algo, em meio a essa barbárie pela qual a população passa, cercada pela violência, às voltas com as desigualdades sociais.

No mesmo sentido, observei que, no Sarau *Tãno Ponto*, o objetivo dos organizadores era fomentar atividades com viés cultural que fossem acessíveis, isto é, gratuitas e próximas a zonas excluídas socialmente. Para Anderson Reef, um dos organizadores do evento, eles ficaram conhecidos por conta do contato com o povo e da oportunidade que as pessoas tinham de demonstrar suas habilidades e de aprender, além de ouvir outras pessoas compartilhando conhecimento. Na percepção do grupo, precisa-se construir mais eventos como esse, que tomem conta dos lugares públicos, para que as pessoas que moram "à margem" dos centros urbanos consigam mostrar suas aptidões artísticas, sem os critérios estabelecidos, por exemplo, pela indústria da música e da arte.

É possível perceber que nesses eventos a finalidade é ocupar as ruas da cidade e reunir as pessoas para compartilharem leituras, poesias e artes, ou como pude anotar: "poesia na prática", admitindo também que simbolizam um espaço de resistência dos meios tradicionais de cultura contra-hegemônico e uma forma periférica de produção de cultura popular, ao mesmo tempo erudito, por conta da literatura divulgada.

Assim, esses saraus, bem como toda proposta "alternativa", procura fugir das normativas sociais estabelecidas. Trata-se de algo radicalmente oposto ao que seria de uma ordem cultural hegemônica do mundo complexo e industrializado. Todavia, é preciso reconhecer que esses eventos caem em outra ordem cultural, em que se espera, por exemplo, que o corpo e a autonomia sejam fruto da interação ou que haja regulação entre os corpos. Isso garante aos participantes uma comunicação corpórea em que se estabelece uma nova ordem de interação cultural.

Elencados esses fatos, percebemos que tomar posse e ocupar os cantos da cidade com intervenções literárias mostra-se como um objetivo comum nesses eventos. Mas eles não estão apenas destinados a lugares específicos da cidade; na verdade, a sua realização pode ocorrer em qualquer local, a depender de seu propósito, como destacado anteriormente. A partir da pesquisa e do acompanhamento dos Saraus *Divergente e Tãno ponto*, nota-se que o primeiro foi realizado em um espaço que historicamente recebeu pouco investimento no que se refere ao índice de desenvolvimento humano e o segundo é marginalizado, sendo considerado hoje um lugar de resistência cultural para algumas identidades políticas.

O Sarau *Divergente* ocorre uma vez ao mês, sem local, data e horário predefinidos. Segundo Teko, essa medida é importante pelo fato de alcançar mais pessoas de zonas que possivelmente sofrem com a falta de investimento em educação e cultura e, além disso, deixa-o mais conhecido. A edição que observei foi realizada num terreiro de umbanda, no Bairro Adriana IV, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, considerado como um sub-bairro de Campo Grande, que é dominado por grupos paramilitares, mais comumente conhecidos como milícia[6]. A Zona Oeste, por sinal, é a região do Rio de Janeiro com menor IDH, marcada pela extrema desigualdade e por contrastes sociais em relação a outras regiões do município. É uma área que recebe pouco investimento em educação, segurança, saneamento básico e saúde. A escolha por esse espaço [terreiro de Umbanda] na localidade se deu pelo fato de o terreiro simbolizar um patrimônio cultural em uma área esquecida pelas autoridades, tratando-se, portanto, de um lugar de transmissão de conhecimentos, onde também se educa.

**5** A hegemonia que desse momento em diante passa a ser atribuído ao discurso oficial será compreendida por este trabalho nos termos de ideologia hegemônica de Gramsci, discutida e analisada por MichèleBarret (1996). Para Gramsci, a ideologia dominante numa situação histórica e social pode organizar os hábitos e significados do chamado senso comum, de modo que a ideologia impõe aos seguidores significados e possibilidades de ação, de tal modo que até mesmo as formas de organização e de atuação de uma sociedade que contribui para manter a injustiça são entendidas como inevitáveis, naturais e sem possibilidade de modificação. No entanto, o conceito de ideologia hegemônica de Gramsci não considera os dominados pela ideologia em estado de manipulação total, tendo a possibilidade de gerar uma contra hegemonia. O reconhecimento dessa hegemonia por este artigo não significa dizer que esse discurso não sofreu resistência ao logo da história, ou que, tenha conseguido suprimir a contribuição de outras culturas. Sendo justamente o contrário, pois ao dizer que ele é oficial, pretende-se indicar que foi escolhido dentre outros para representar um determinado grupo da sociedade.

**6** A maioria desses grupos "tomam conta" de maneira forçada de bairros carentes e, por vezes, cobram dos moradores por "proteção" e serviços básicos mediante ameaças, pois se intitulam como homicidas em potencial. Os argumentos para permanência desses grupos paramilitares são fundados no "atendimento" e na realização concreta às necessidades coletivas da localidade, como por exemplo, o estabelecimento da segurança. São organizações criminosas formadas, muitas vezes, por policiais e ex-policiais. E sua maioria, agem cobrando taxas dos comerciantes, das vans de transporte alternativo e exigem que os moradores lhes paguem por serviços de segurança, fornecimento de TV a cabo e gás, como ressaltado.

O Sarau *Táno Ponto*, por sua vez, acontece todas as segundas-feiras, embaixo do viaduto Negrão de Lima, em Madureira, com um horário específico. O "Dutão de Madureira" (categoria nativa) é um dos lugares mais conhecidos da Zona Norte devido às suas manifestações culturais e ao comércio vigente. Considerado como um dos maiores subúrbios do Rio, conhecido como "Capital do Subúrbio" e "Berço do Samba", o bairro se destaca pelos ritmos negros vigorantes nas atividades culturais desenvolvidas, os quais assumem um importante papel como entretenimento – samba, jongo, bailes funks e bailes charmes. Há, devido a isso, uma criminalização do espaço, ao qual são atribuídos valores e símbolos negativos. Por isso, os eventos que ocorrem sob o viaduto procuram demonstrar resistência e ressignificação urbana. Além de servir para uma manutenção de laços afetivos, é um local para reconhecimento de um movimento musical e estético como afirmações de identidades políticas, ainda que carregue estigmas por acontecer num viaduto de um bairro da Zona Norte, sendo associado à criminalidade.

Denúncias e respostas críticas dos participantes de ambos os saraus surgem por meio da arte. Ler, compor, dançar, recitar e chamar atenção pela letra bem escrita e pensada, pelo ritmo e pela expressão corporal. Os Saraus tornam-se então provocativos e atraentes nesse sentido, em que mesmo os indivíduos divergindo em pensamentos, por recurso da literatura e arte estão convergindo e seguindo firmes na luta contra as desigualdades.

Há uma assertiva de que os saraus são uma oportunidade de se produzir conhecimento. Não à toa, o slogan de uma das oportunidades observadas no *Táno Ponto* é: "a cultura da favela floresce das cinzas, de onde nada se espera, mas muito se faz". Ao construírem eventos dessa magnitude, os organizadores querem mostrar que a produção é diária, viva e latente, como divulgado em suas redes. Tal atitude é uma tentativa de mostrar o que fazem por meio da própria voz, sem intermediários, usando a linguagem com gírias e gramática próprias.

Através do sarau e sua localidade, os artistas marginalizados vão entendendo a importância das suas atividades, já que por meio delas vivenciam sua realidade em forma de escrita e leitura. Eles utilizam a literatura como forma de discorrer sobre os problemas da sociedade, e, consequentemente, sobre as possíveis saídas.

Diante disso, compreende-se que as realizações dos dois eventos ocorrem pela reafirmação e apropriação do espaço, que se traduz em resistência política por via da ocupação e presença. Em outras palavras, os participantes afirmam a identidade desses locais e, por meio deles, admitem certas perspectivas e tentam propagá-las como forma de luta, muito a partir do desenvolvimento da oratória. Nesses termos, é interessante pensar como se organiza essa ocupação e como a literatura influencia neste processo bem como a interação dos indivíduos se dá por meio dessa útil ferramenta educacional.

Ao conversar com Juliana – contadora de histórias e uma das realizadoras de atividades no *Sarau Divergente* – pude constatar essa relevância. Ela afirmou que o sarau proporciona muitos ganhos: "abre portas para outros mundos, como o descobrimento do eu na leitura". Foi através do sarau que ela começou a compartilhar leituras de contos e histórias infantis assim como referências bibliográficas das mais diversas áreas do conhecimento.

Ao falar da prática literária que mobiliza esses eventos, é imprescindível fazer referência às bibliotecas itinerantes presentes em ambos os espaços. Por exemplo, no Sarau Divergente, em frente ao microfone colocado para as apresentações, foi inserida uma mesa pequena com vários livros de poesias marginais a fim de que as pessoas pudessem pegá-los, escolherem poemas e recitá-los. É válido ressaltar que não faltou incentivo para tal (Fig.1). Além dessa mesa, Juliana, com quem conversei em campo, estendeu uma esteira e disponibilizou diversos livros, a sua maioria referentes a contos infantis e literatura infanto-juvenil, com o intuito de que as pessoas fizessem a leitura no espaço, levando em conta o número expressivo de crianças na participação do evento (Fig.2).

O Sarau *Táno Ponto*, por sua vez, conta com "bibliotecadeiras" (Fig.3-4). Nestas, livros de todos os gostos são disponibilizados sob cadeiras plásticas para empréstimos, trocas e doações. As cadeiras são leves, fáceis de transportar, possibilitando assim que uma modesta biblioteca participe da ocupação do lugar de passagem semanalmente, transformado em espaço de celebração coletiva da leitura. Ao invés de convidar o transeunte a sentar-se, incita-o a participar do evento, no qual quem tem assento são os livros[7].

**Figura 1:** Mesa com livros de poesia, SarauDivergente 2017

**Figura 2:** Esteira com livros e contos e literatura, SarauDivergente 2017

**Figura 3**

**Figura 4**

Em ambos os eventos, a maioria das pessoas pegava os livros para ler ou trocar, outras já tinham trazido exemplares de casa; um ritual típico de sarau literário. As pessoas normalmente pegam partes dos textos que gostam e que passam alguma mensagem sobre sua realidade ou mensagens de incentivo para a autoestima. É importante ressaltar que as apresentações não se baseavam necessariamente em trechos de livros, mas também são feitas com músicas, em sua maioria compostas pelas próprias pessoas que cantam.

Pude perceber que, para o público, a leitura e o seu compartilhamento nos saraus são importantes, porque oferecem referências e novos ideais, permitindo pensar horizontes outros, com um olhar diferenciado. Isso influencia diretamente na composição de uma música. Em suma, a maioria das apresentações era em torno de poesias que confrontavam os aspectos negativos que os afetavam e que, segundo os artistas, são negligenciados pelo governo. Deste modo, apontavam as calamidades e as condições sociais precárias presentes na sociedade, em um tom de crítica e faziam com que o público presente manifestasse também suas frustrações; a maioria das falas despertava emoção nas pessoas, comovendo-as.

A presença de livros e a troca de exemplares nos espaços são frequentes. Nos saraus, apesar de ter observado a recitação de trechos lidos em papeis avulsos e telas de celulares, percebi a valorização da dimensão material e simbólica dos livros físicos pelos artistas e pelo público. Na perspectiva de Chartier (1999), o livro indica autoridade decorrente do fato de os indivíduos perceberem que há um saber que carregado por esse objeto, tão importante, que é representado como símbolo até nas esferas mais profissionalmente politizadas. Para o autor, quando alguém mostra e destaca a presença de sua materialidade, indica-se uma referência ao saber. Assim, a sua representação liga-se ao estabelecimento de um poder e, logo, quem o carrega se mostra culto. Não obstante, foi identificado nos saraus que muitos, ao fazerem a apresentação, carregavam livros. Com isso, quero dizer que quase não há apresentação na qual não se refiram às leituras exercidas ao longo da caminhada artística, que também fazem referência a todo instante às bibliotecas itinerantes ou móveis presentes nos eventos.

A partir da presença desses artefatos, os atores presentes se cumprimentam e se reconhecem, indicam e trocam ideias acerca das obras lidas e de suas experiências. Um fenômeno comum é compartilhado através dos encontros, percebido no momento em que os indivíduos entram em cena. Poderíamos denominar essa troca e um certo tipo de admiração entre os indivíduos que compartilham a leitura, como rituais interpessoais.

> *"Essas marcas de devoção representam formas pelas quais um ator celebra e confirma sua relação com um receptor. (...). Em alguns casos, o ator é um indivíduo, mas o receptor é algum objeto ou ídolo, como quando um marinheiro saúda o tombadilho superior ao embarcar no navio, ou quando um católico se ajoelha perante o altar. Entretanto, eu me preocuparei apenas com o tipo de deferência que ocorre quando tanto o ator quanto o receptor são indivíduos, estejam eles agindo ou não em nome de algo que não seja eles mesmos. Tal atividade cerimonial talvez seja vista mais claramente nas pequenas saudações, elogios e desculpas que pontuam o intercurso social, e podemos nos referir a ela como "rituais de estatuto" ou "rituais interpessoais". Eu utilizo o termo "ritual" porque essa atividade, por mais informal e secular que seja, representa uma forma pela qual o indivíduo precisa proteger e projetar as implicações simbólicas de seus atos enquanto estiver na presença imediata de um objeto que tenha um valor especial para ele"* (GOFFMAN, 2011, p.59-60).

Assim, foi possível observar como a literatura é modificada e compartilhada de acordo com a plataforma disponível, em que se fazem presentes intervenções e ocupações poético-visuais em torno da celebração da leitura no ambiente da cidade e as interações entre os atores. Com isso, compreendo, com um olhar crítico, a variedade de suportes e de cenas interacionais relacionadas à literatura, voltando-se ao dinamismo da experiência e sua potência para ocupar, reapropriar, fabular, manusear realidades e lugares.

Em minha perspectiva, o sarau é visto como uma formação e compartilhamento de uma nova rede de leitura, que cria círculos de leitores com lugar no universo que interatua com os espaços tradicionais da biblioteca e da livraria. Além disso, é importante destacar como esses eventos têm sido reinventados para acolher o dinamismo das experiências de leitura na cidade e de seus respectivos impactos sobre as formas de experimentação e fruição do conteúdo escrito.

As práticas de leitura e as condições de produção e uso do objeto livro e seus correlatos são extremamente diversas. Admite-se, nesse seguimento, um cenário híbrido e plural, que envolve distintas compreensões sobre modos, espaços e suportes de leitu-

**7** Especificamente no dia em que eu estive observando o sarau Tano Ponto, só havia livros para concursos. O movimento de doações estava fraco e as pessoas estavam pegando os livros e não devolvendo.

ra que, ao mesmo tempo, indicam questionamentos sobre a produção de subjetividades decorrente das experiências individuais e coletivas dos indivíduos.

> *"Não nos esqueçamos, o leitor não consome passivamente um texto, ele se apropria dele, o interpreta, deturpa seu sentido, desliza sua fantasia, seu desejo, suas angústias entre as linhas e as mescla com as do autor. É aí, em toda essa atividade fantasmática, nesse trabalho psíquico, que o leitor se constrói (...) A leitura pode ajudar as pessoas a se construírem, a se descobrirem, a se tornarem um pouco mais autoras de suas vidas, sujeitos de seus destinos, mesmo quando se encontram em contextos sociais desfavorecidos. (...). A partir da leitura, elaboram um espaço de liberdade a partir do qual podem dar sentido a suas vidas, e encontrar, ou voltar a encontrar, a energia para escapar dos impasses nos quais eles se sentem encurralados (...). A leitura também faz sentido para aqueles que leem pouco e que, embora não dediquem muito tempo a essa atividade, sabem, entretanto, que algumas frases encontradas em um livro podem às vezes influenciar o curso de uma vida (...). Estou convencida de que a leitura continua sendo uma experiência insubstituível, em que o íntimo e o compartilhado estão ligados de modo indissolúvel, e de que o desejo de saber, a exigência poética, a necessidade de relatos e a necessidade de simbolizar nossa experiência constituem a especificidade humana" (PETIT, 2013, p.31-32).*

O Sarau pode ser visto, portanto, como um mecanismo transformador em que os atores sociais modificam os percursos de suas experiências ao compartilharem palavras por meio da arte e da literatura. Ocupam-se de espaços com o fim de ressignificá-los, estabelecendo assim atos políticos de resistência, com o objetivo de afirmar identidades, seja dos espaços, seja dos indivíduos. Foi possível, assim, observar o caráter dinâmico inerente aos modos de leitura na cidade à circulação dos livros e à sua representatividade na sociedade.

Ao pensarmos a diversidade de suportes da literatura, torna-se urgente refletir sobre as distintas formas de corporeidade do jovem leitor que transita em espaços que pouco ou nada dizem respeito aos templos da leitura tradicionais, diferentemente das bibliotecas isoladas e silenciosas, que exigem formas de presença disciplinada e atenção direcionada ao conteúdo clássico de livros e não às pessoas e ao ambiente. Ao compreender que a leitura é uma prática social, como Barton e Hamilton (1998) defendem, sua associação com o contexto sociocultural vivido e suas relações de dominância são inevitáveis.

## Da corporeidade à interação nos Saraus Literários

> *"Ao ler/dizer poemas num espaço coletivo como os saraus, o corpo em cena que dá vida ao poema experimenta sensações distintas que vão do tremor ao alívio, do alívio ao delírio; há uma certa tensão e também uma forte emoção no ato de compartilhar um poema. Há, um processo catártico que limpa, lava, expele sentimentos corrosivos, dando espaço à sensações agradáveis e a interações afetivas".*
> Hélen Queiroz.

É inevitável falar da posição e valoração que os corpos adquirem na hora das apresentações artísticas nos eventos, pois, nestes, as tramas são finalizadas e complementadas com o corpo. A interação se desenvolve no momento em que as performances entram em cena e os indivíduos à frente, na apresentação, estabelecem relação direta com aqueles outros que lhes assistem. Em ambos os saraus, pude observar que as influências mútuas entre os sujeitos eram estabelecidas mediante as apresentações, e à medida que iam se desenvolvendo, criavam-se círculos de relações entre quem se apresentava e os que lhes assistiam. A plateia não se organizava de uma maneira única, não havia fileiras ou ordens a serem seguidas, conversavam entre si, analisavam, mexiam-se para contemplar e fixavam os olhares para aqueles que faziam o clima "tremer".

Existe um espetáculo por meio de cada apresentação: a movimentação do corpo no momento em que se recita uma poesia, a entonação da voz e a forma que a fala é expressa são atribuídos aos movimentos. As boas letras críticas despertam os indivíduos e aqueles que se reconhecem no que está sendo dito são os primeiros a se manifestarem por meio dos aplausos, sem contar os flashes e as filmagens que vêm das câmeras dos celulares. A tela do celular não desvia a atenção, pelo contrário, enquadra, emoldura e propicia que outras pessoas possam vislumbrar a interação vivenciada no espaço (público, na maioria das vezes).

> *O corpo, nos saraus, torna-se essencial para construção de identidade do "eu", pois é por meio dele que os indivíduos originam suas particularidades. Por conseguinte, o corpo é entendido como um sistema de ação relevante para construção da identidade pessoal que assume parte do projeto reflexivo do "eu". A postura e o corpo são utilizados com relação à comunicação que se quer transmitir, perpassando pela narrativa íntima, em que os indivíduos ficam reconhecidos na medida em que encantam o público por intermédio de suas performances. Antes mesmo de chegar ao palco ou à frente do público para se apresentarem, pela identidade social concebida pelo seu estilo, gingado e feições, já esperam algo desse indivíduo. Dependendo do discurso e do modo como o indivíduo se posiciona faz com que ganhe credibilidade no que está sendo reproduzido. As danças exercidas ao longo do canto e a interpretação dos textos citados mexem muito com o público, a ponto de instigar as pessoas e incentivá-las a estarem ali, atentos a qualquer movimentação. Trata-se, neste caso, de um ritual específico.*
> *"O corpo não é só uma entidade física que*

> *"possuímos", é um sistema de ação, um modo de práxis, e sua imersão prática nas interações da vida cotidiana é uma parte essencial da manutenção de um sentido coerente de auto-identidade (...) A postura determina como a aparência é usada pelo indivíduo dentro dos ambientes genéricos das atividades cotidianas; é como o corpo é mobilizado em relação às convenções constitutivas da vida diária"* (GIDDENS, 2002, p. 95).

São as gesticulações que afirmam fidelidade aos versos e o desenvolvimento de técnicas orais para "prender" a atenção das pessoas na hora da atuação, como por exemplo, a simplicidade e concisão com palavras e a entonação da voz. O sentir o corpo, nessa direção, é uma relação recíproca que se estabelece a partir da interação de quem se apresenta e de quem assiste. As formas de ler e os suportes escolhidos para fazer as apresentações causam efervescência no público. O microfone ou a voz alta, o que é pedido à plateia, como silêncio, palmas ou música, a agitação dos braços e os sinais exercidos pelas mãos; todas essas características fazem diferença nessa interação, em que um tem a capacidade de regular o outro. A forma como se aproxima do público, de rimar e de cantar são métodos que prendem atenção, fazendo com que os indivíduos, ao apresentarem sua arte, levem em consideração esses aspectos para ter reconhecimento nesse espaço.

Em uma das apresentações que pude observar no *Sarau Divergente*, o Mc Flávio XL pediu para que todos batessem palmas, à medida que ia declamando as suas rimas. Notava-se que a atenção estava centrada ao passo que os indivíduos que estavam na plateia guardavam seus celulares e, ao invés de estarem conectados à internet, preocupavam-se em assistir à apresentação e registrar o momento, que parecia único. Sendo assim, os melhores desempenhos ficavam com aqueles que juntavam técnicas corporais e discursivas e que, no fim, encantavam o público; adquirindo prestígio por meio das palmas, assobios e gritos. Percebe-se, nesta relação, que não haver palmas é um indicativo de que algo deu errado. Ou seja, existe uma postura corpórea de autorregulação e aprendizado local para dar ao público o que é minimamente esperado.

É importante destacar que, nesses eventos, consegui perceber que o corpo é fruto de uma construção social e está repleto de representações, pronto para ser interpretado, exatamente como um texto. As sensações e as percepções dos indivíduos são transmitidas pelo corpo através das gesticulações, em que as performances são lugares concretos que manifestam as vontades, materializando, deste modo, a presença dos sujeitos. Na interação, o indivíduo representa si mesmo e suas atividades comuns às outras pessoas e os meios pelos quais dirige e regula a impressão que formam a seu respeito.

As impressões iniciais acerca do outro servem para definir a situação que vai se apresentar, o que se constitui em um contexto inferencial no qual os atores são capazes de antecipar expectativas mútuas, compreendendo a melhor condução para as respostas desejadas do outro. Assim, conseguimos entender como se estende o diálogo entre espectadores e artistas num sarau literário.

Um percebe o outro na condição e limites do corpo e da linguagem. O indivíduo (em potencial) que está à frente, em sua apresentação, consegue mediante suas manifestações corporais, fazer a leitura e mexer com o público que lhe observa. Ele só vai saber se o público está gostando ou não de sua postura, mediante as suas ações.

O silêncio ou as poucas palmas no fim de uma apresentação podem contribuir para dar significado ao que foi exposto por ele próprio. Nesse sentido, o que se percebe é que o interesse principal do indivíduo consiste em regular e controlar a conduta do outro durante a interação/apresentação. Logo, são as questões vívidas nas manifestações artísticas que vão diferenciar as pessoas, como, por exemplo, os gestos e a linguagem por elas utilizadas ou as linhas de ações propriamente escolhidas. Daí, as interações constroem significados, em que o artista se vê como objeto e também pode se colocar no lugar de outras pessoas, que nesse caso, são suas espectadoras. Sendo assim, consegue-se estabelecer significados. O indivíduo que está se apresentando vai agir pensando como os outros se comportarão ou vai agir a partir da ação dos outros. Desse modo, existe a possibilidade de se colocar no lugar do outro, ou seja, uma possível externalização.

## Conclusão

A partir do trabalho de campo, foi possível compreender os espaços dos saraus literários e suas configurações, bem como notar que constituem, nos dias de hoje, uma ferramenta política, através da qual os indivíduos participantes resistem e ocupam o espaço por meio da literatura e arte, interagindo com os "outros" com o objetivo de reivindicar seus direitos. Após as análises apresentadas, concluiu-se também que a ocupação nos espaços é exercida de maneira peculiar, em que, em contato constante com a leitura, as pessoas se informam e desenvolvem posições, almejando solucionar os problemas sociais presentes em suas realidades.

De certo, seus talentos são demonstrados por meio do compartilhamento da dimensão artística, que é desenvolvida, em especial, por intermédio da leitura presente, sem que necessariamente haja um apreço pela fama, mas sim a participação que é encarada como ativismo político. Em outras palavras, as respostas, as soluções, ou pelo menos um consenso para encarar os problemas são esperados à medida que seus versos, músicas, poesias e as leituras compartilhadas entram em contiguidade.

Por fim, foi possível elucidar como esses indivíduos reinventam os espaços de maneira efetiva, sobrepondo à delimitação física das localidades e dando uma identidade política aos eventos. A maneira que eles dão sentido próprio à literatura por meio de suas gesticulações e comunicação verbal no tecido urbano é percebida pela interação e, ao estarem juntos compartilhando atividades, entram em rituais próprios, em que seu desenvolvimento só é possível a partir da resistência e ocupação de determinados ambientes.

## Referências bibliográficas


BARTON, David; HAMILTON, Mary. (1998), Local literacies: *Reading andwriting in onecommunity.* London, Routledg.

CHARTIER, Roger. (1999), *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução de Reginaldo Carmello. São Paulo, Editora UNESP.

GIDDENS, Anthony. (2002), *Modernidade e identidade*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar Editor.

GOFFMAN, Erving. (2011), *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro. Petrópolis-RJ, Ed. Vozes.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. (2006), *Literatura marginal: os escritores da periferia entram em cena.* Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

PEIRANO, Mariza. (2014), "Etnografia não é método". Revista *Horizontes Antropológicos,* v. 20, n. 42:.p.377–391.

PETIT, Michèle. (2013), *Leituras: do espaço íntimo ao espaço público*. Tradução de Celina Olga de Souza. São Paulo, Editora 34.

QUEIROZ, Hélen. (2017), *A poesia em territórios improváveis: jovens de periferia em cena*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGE – FE.

SCAVONE, Miriam. (2005), "Os saraus estão de volta". Revista Entre Livros, São Paulo, nº 2: p.56–58.

SILVA, Fransuelen Geremias. et al. (2017), "Saraus contemporâneos: a importância dos saraus como espaço político de socialização", *in Cadernos CESPUC de Pesquisa,* n. 29: p. 150–167.

SILVA, José. Carlos Gomes da. (2012) "Juventude e periferia em cena: dramas e dramatizações da vida urbana nos saraus literários da zona sul de São Paulo". *Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia [online]*, v. 2: p. 01–22.

TENNINA, Lucía. (2013), "Saraus das periferias de São Paulo: poesia entre tragos, silêncios e aplausos", *in Estudos de literatura brasileira contemporânea [online]*, n. 42: p.11–28.

ZIZEK, Slavoj. (1996), *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto.

# **Ocupar e Resistir:** uma reflexão arqueológica sobre as intervenções gráficas na Fafich - UFMG pós-ocupações

**Lara de Paula Passos**

Graduanda em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

**Contato:**

larappassos@hotmail.com

**Matheus Mota**

Graduando em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

**Contato:**

motammatheus@gmail.com

**Palavras-chaves:**

Arqueologia. Pixação. Contexto. Ocupações.

**Keywords:**

Archaeology. Graffiti. Context. Occupations.

**Resumo:** As intervenções observadas após a ocupação do prédio da FAFICH no período de novembro de 2016 a janeiro de 2017 tiveram diversas características, podendo ser lidas a partir de distintos parâmetros. Tendo como ponto de partida uma observação pelo viés arqueológico, analisamos os aspectos que nos foram mais chamativos e procuramos entender as relações entre a espacialidade e as mensagens passadas pelas intervenções.

**Abstract:** *The interventions observed after the occupation of the FAFICH building in the period from November 2016 to January 2017 had several characteristics and can be read from different parameters. Starting from an observation by the archaeological bias, we analyze the aspects that were most striking to us and try to understand the relations between spatiality and the messages passed by the interventions.*

## A partir de um começo

A ciência pode ser vista como um fator importante de mudança social e histórica, que influencia diretamente na vida cotidiana das pessoas. Maria das Graças Targino (TARGINO, 2000, p.02) postula que:

> *"A ciência [é] uma instituição social, dinâmica, contínua, cumulativa. Em tal perspectiva, sem pretensões históricas, infere-se que a ciência influencia há séculos a humanidade, criando e alterando convicções, modificando hábitos, gerando leis, provocando acontecimentos, ampliando de forma permanente e contínua as fronteiras do conhecimento".*

A Universidade (aonde matura-se a ciência), por sua vez, pode ser entendida como um espaço duplo, de produção de conhecimento e, ao mesmo tempo, de disputas políticas e simbólicas, que perpassam pelas repressões e resistências ao cânone do pensamento hegemônico. Essas disputas ocorrem em seu cotidiano e se retroalimentam conforme as mudanças na dinâmica interna e externa aos portões de entrada. Assim como toda atividade humana, elas também deixam marcas, visíveis ou discretas, no espaço em que ocorrem, passando mensagens àqueles que entram em contato com elas e deixando mudanças conforme se alteram os percursos homeostáticos da vida na Academia.

Tendo em vista essas questões, observamos e analisamos algumas das intervenções gráficas (pixo e grafite[1]) realizadas durante um dos períodos de disputa política direta ocorrido recentemente e incluso no contexto nacional das Universidades públicas do país: a ocupação dos estudantes da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em defesa da educação pública contra a PEC 241 (ou PEC 55 ), ocorridas no prédio do campus, no período de novembro de 2016 a janeiro de 2017.

As ocupações instauraram uma nova temporalidade e espacialidade na existência dos prédios. Mudaram as paisagens, as quais, "ao se tornarem referências de tempo-espaço para ações e experiências compartilhadas, por sua vez realimentam o processo histórico" (ARANTES, 2000, p.84). Marcaram de forma incisiva (e por vezes, literal) o percurso histórico da UFMG e da FAFICH, como demonstramos em alguns exemplos ao longo do texto. O tempo foi, também, fundamental para a produção deste ensaio, que se relaciona diretamente com as épocas anteriores, presentes, e seguintes à ocupação do prédio. Trata-se, portanto, de uma etnoarqueologia torta, em alguma medida, que considera que:

> *"A temporalidade é elemento basilar de inteligibilidade, seja discursiva ou constitutiva da própria experiência de campo, e é uma dimensão tal que, no relato etnográfico, uma nota metodológica não a explica inteiramente; é preciso reconhecê-lo"* (BRITO, 2016, p.30).

É importante destacar que o texto a seguir não é uma tentativa de produzir uma explicação exaustiva acerca dos grafismos da FAFICH ou dos processos pelos quais esses vieram a existir. Esse texto é um ensaio que tenta compilar nossas experiências antes, durante e depois da ocupação do prédio. As ideias contidas aqui são, em suma, a documentação de um aspecto das ocupações filtrado pelo olhar viciado de uma arqueóloga e um arqueólogo, e embasados em pesquisas anteriores sobre o mesmo tema. Cremos que esse texto é uma tentativa de deslocar o lugar das coisas que podem ser vistas enquanto arqueológicas por meio de uma aproximação do nosso contato diário com a materialidade do prédio com as ideias apresentadas para nós em nosso processo de formação. Essa aproximação faz com que a arqueologia possa cumprir um papel mais marcante, e até terapêutico, em nossos modos de lidar com as situações de conflito e violência (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008).

Os dados apresentados no corpo do texto são majoritariamente fruto de um levantamento dos grafismos produzido durante a disciplina Arqueologia e Comunicação, ministrada pela professora Mariana Petry Cabral em 2016, enquanto uma optativa da graduação de Antropologia (UFMG). Outra porção desses dados veio de nossas experiências nas ocupações e de conversas com colegas que participaram nesse processo. Por essa razão, é difícil apontar para um tipo específico de metodologia. Baseamo-nos tangencialmente nas premissas adotadas por Andrei

**1** O Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa define que pichar é "escrever ou rabiscar dizeres de qualquer espécie em muros, paredes ou fachadas de qualquer espécie". Concordamos em utilizar o termo com 'x' por compartilharmos do entendimento dos pixadores de manter a própria palavra como transgressão, como cita também o autor Alexandre Barbosa Pereira em sua dissertação: "pixação, com "x", e não com "ch", conforme rege a ortografia oficial, para respeitar o modo como os pixadores escrevem o termo que designa sua prática. [...] "Pixar" seria diferente de "pichar", pois este último termo designaria qualquer intervenção escrita na paisagem urbana, enquanto o primeiro remeteria às práticas desses jovens que deixam inscrições grafadas de forma estilizada no espaço urbano (PEREIRA, 2010, p.143). Já o grafite é visto como uma prática artística urbana que envolve mais técnicas (como stêncil e pintura com rolo) e imagens. O grafite muitas vezes é legalizado e financiado, enquanto o pixo, a *priori*, é um ato ilegal e de transgressão.

Isnardis Horta, arqueólogo e pesquisador da UFMG, em seu trabalho sobre pixações em Belo Horizonte, feito anteriormente:

> *"A ocupação das cidades brasileiras pelos incontáveis grafismos dos grupos de pichadores sinaliza a presença de toda uma comunidade marginal com suas relações, normas de conduta e bens simbólicos próprios. Tomadas como vestígios arqueológicos dessa comunidade de grupos de pichadores, as próprias pichações são reveladoras de diversos aspectos da rede de relações que as produzem. [...] Os locais de ocorrência, o modo de ocupação dos suportes, os estilos e as normas de grafia são examinados como reveladores dos territórios, das normas de conduta, do jogo de relações entre indivíduos e grupos"* (ISNARDIS, 1997, p.143)

## Paredes que falam: uma breve análise de discurso e mensagem

As intervenções configuram um todo complexo e diversificado de práticas simbólicas e significações, possuindo também peculiaridades em suas formas de sociabilidade (CARVALHO, 2013), e apresentam características variadas, podendo ser classificadas a partir de diversos parâmetros. Para facilitar o processo de análise dividimos os grafismos, a partir de um levantamento do prédio, em quatro grandes categorias: por andar, por superfície, por técnica e por mensagem. Essas categorias nos ajudaram a organizar a grande quantidade de intervenções e relacioná-las com diferentes práticas e públicos do prédio.

| ANDAR | SUPERFÍCIE | MATERIAL | MENSAGEM |
|---|---|---|---|
| Primeiro<br>Segundo<br>Terceiro<br>Quarto | Chão, parede, biombo, sofás, caixa de extintor, vigas, portas, janelas, caixa eletrônico | Giz<br>Guache<br>Tinta spray<br>Colagem | Recados diretos,<br>Palavras de ordem<br>Assinaturas<br>Pixo, Grafite |

A divisão, grosso modo, dos andares em relação às pixações foi percebida com base na observação do espaço e em informações prévias sobre a disposição da ocupação, e possuem características específicas de cada ambientação. Ou seja, as intervenções encontradas nas áreas de convivência são diferentes daquelas que estão próximas aos gabinetes dos professores.

Ao observar os grafismos em relação ao seu suporte percebemos a implantação dos mesmos nas paredes, no chão, em biombos, sofás, extintor, vigas, portas, janelas e caixa eletrônico. A maior diversidade de grafismos se encontra nas paredes, até então brancas e ocupadas por alguns grafites fruto de um edital realizado pela direção. As intervenções realizadas em sofás, extintor, portas, janelas e caixa eletrônico possuem uma menor visibilidade e são dominados por pixos de tags e mensagens pouco explicitas.

A heterogeneidade da ocupação e de seus e suas ocupantes permitiu uma variabilidade imensa de impressões na paisagem que, além de variar de tipo de suporte, técnica e temática, se difere também conforme os espaços. Assim, é possível entender que não houve uma única ocupação, mas diversas ocupações dentro das ocupações da UFMG.

## O silêncio ao pé da montanha

Entrando no prédio, no primeiro andar, já é possível perceber a presença de tímidas manifestações nas paredes, nos corredores, nas escadas de acesso. Tratam-se, no entanto, de intervenções feitas no período anterior à ocupação estudantil. O térreo, portanto, do ponto de vista pós-ocupacional, não possui muitas intervenções, possivelmente devido às barricadas que restringiam o acesso livre pelos corredores e pela quantidade menor de suportes disponíveis nesse andar. Parece-nos que a baixa concentração de grafismos se deu também por um reflexo, ou uma continuidade simbólica de seu uso anterior, posto que esse andar é aquele que possui o menor número de salas de aula e é caracterizado pela sua função de trânsito, sendo pouco usado pelos alunos do prédio em dias normais. Sabemos[2] também, que não foram estabelecidos dormitórios e nem espaços de convivência propriamente ditos neste andar, e que durante as ocupações a porta do prédio foi fechada após alguns dias e a entrada movida para a Escola de Ciência da Informação (ECI). Dessa forma, o espaço do primeiro andar nos pareceu pouco utilizado durante o processo, culminando numa falta de intervenções gráficas.

## Litochoro: Onde habitam os mortais

O segundo e terceiro andares possuem praças de convivência amplamente utilizadas antes e durante as ocupações pelos alunos do prédio. São nesses andares que os estudantes se reúnem nos intervalos, assembleias são realizadas e a maioria das atividades fora de sala de aula acontece. Esses andares também possuem a maioria das salas e centros acadêmicos. O uso contínuo e intenso refletiu-se nas superfícies da construção, pois são os andares que apresentam maior concentração de intervenções, com maior utilização de cores e técnicas/materiais diferentes e um amplo uso das superfícies.

O segundo andar era o local onde se localizava a maior área de convivência, a cozinha e as mesas de distribuição de comida. É possível perceber os resquícios de atividades alimentícias no andar – como listas de compras nos tapumes e indicativos nas mesas de café (que também se relacionam com o uso anterior à ocupação, tendo em vista que no segundo andar funciona em dias letivos, a cantina do prédio). O terceiro andar era sede das áreas de dormitório, o centro de convivência Negra[3] e o *hall* de convivência onde mais ocorriam reuniões e assembleias gerais.

Caracterizados pela maior concentração de alunos durante a ocupação do prédio, o segundo e terceiro andares foram extremamente alterados contendo intervenções em giz, guache, *spray* e colagens.

**2** A partir da participação direta nas ocupações e também da consulta a outras e outros estudantes que ocuparam o prédio.

**3** O Centro de Convivência Negra foi estruturado durante o período das ocupações encabeçado pelo coletivo negro Maloka, que ocupou a antiga sede do Diretório Acadêmico da FAFICH, à época fechado havia quase um ano. Essa ação foi chamada de "Ocupação Preta" pelos membros do coletivo, e ocorreu paralelamente às ocupações dos demais prédios contra a PEC 241, mas reivindicando especificamente pautas negras dentro e fora da universidade. O espaço recebe atividades como estudos gratuitos e afrocentrados de línguas, aulas de capoeira e oficinas de produções artesanais.

A extensa variação das temáticas de mensagens grafadas e estilos de intervenção não nos transmitiu uma ideia de temática geral ou central, como percebemos no quarto andar, mas de micro contextos coexistentes. Chamou-nos atenção o cuidado muitas vezes tido com os detalhes que imprimem aos leitores e leitoras das mensagens, impressões diversas.

As diferentes formas de se desenhar o que nos pareceu ser o mesmo símbolo (ou a mesma temática) da Fig.1 pode indicar a participação de mais de uma pessoa envolvidas no processo bem como épocas diferentes de produção. Apesar das diferenças no traço e na técnica, as figuras compartilham diversas características como a forma arredondada, o lábio inferior ou as marcas de expressão na testa.

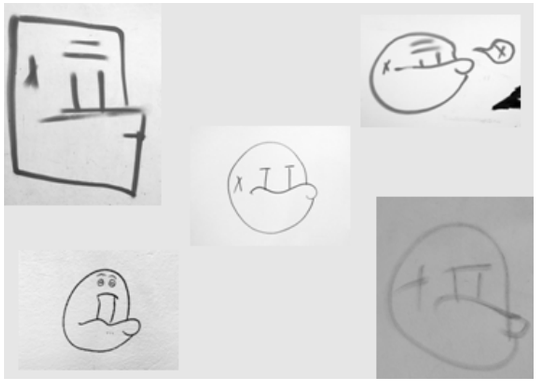


**Figura 1** - Rostos (Foto por Edno Marques)

A Fig.2 apresenta uma inscrição de giz sobre um tapume de madeira referente à disposição espacial no período ocupacional. É perceptível que a mensagem se relaciona diretamente com a posição na qual se encontra no prédio (a seta indicativa dizia qual corredor não deveria ser ultrapassado, que era também o local onde se encontravam as barracas e colchões do dormitório dos estudantes ocupantes). O suporte também parece ter sido escolhido levando em conta suas funcionalidades: por se tratar de um tapume móvel, poderia ser realocado conforme as necessidades. O giz removível parece seguir a mesma lógica, e permitir alterações na mensagem de acordo com o interesse dos locutores.

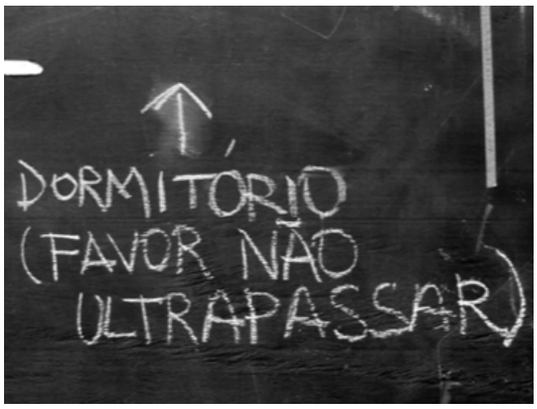



**Figura 2** - Giz Sobre Tapume (Foto por Edno Marques)

As paredes possuem diversas mensagens vinculadas a movimentos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) como "Bixa Afeminada" (Fig.4) e

**Figura 3** - Girl Power (Foto por Edno Marques)

**Figura 4 –** Bixa Afeminada (Foto por Edno Marques)

**Figura 5** - Vá de Bike (Foto por Edno Marques).

grafismos vinculados a feminismo como "Girl Power"

Nas paredes também se encontram palavras de ordem e representações pictóricas com mensagens políticas relacionadas ao período político do Brasil na época (Fig.5 e 6). A Fig.6 apresenta em sua mensagem jogo com estado do suporte antes da intervenção, a parede que era branca e vazia de sentido foi transformada pela ação do(a) ocupante. A Fig.7, com a co-

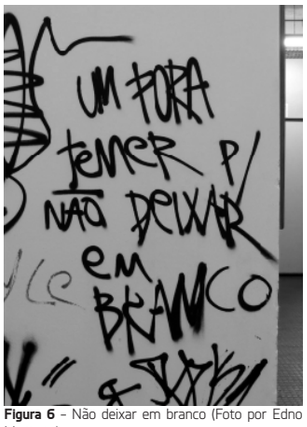



**Figura 6** - Não deixar em branco (Foto por Edno Marques)

**Figura 7** – Placa (Foto por Edno Marques)

**Figura 8** – Secundaristas (Foto por Edno Marques)

lagem "Praça Elza Soares – Ocupa Fafich e ECI" é particular tanto no sentido técnico (uma colagem em meio a pixações e grafites) quanto em seu caráter simbólico. Por meio dessa placa o hall se tornou, durante o período das ocupações, Praça Elza Soares. A princípio, a transformação é apenas uma mudança de nome. Porém, podemos entender que a placa indica uma nova forma de enxergar a FAFICH. Por meio da placa o prédio se torna uma cidade, com áreas residenciais e um centro com circulação intensa de pessoas (a cozinha). Essa transformação de prédio em cidade não é só uma mudança de mapeamento do espaço, é também uma negação do distanciamento da Universidade, e do campus como um todo, do restante da cidade e de suas problemáticas. Essas maneiras de ocupar e transmutar o prédio em cidade podem ser vistas como uma forma de assegurar o aparecimento na esfera pública (cf. BUTLER, 2015) tanto das problemáticas quanto das próprias pessoas e seus corpos.

A Fig.8 mostra uma outra dimensão das ocupações. Apesar de fechado, o prédio não estava isolado no campus e os interesses que moviam a ocupação eram compartilhados pelos outros prédios ocupados bem como pelas escolas ocupadas em Belo Horizonte e na região metropolitana. Vários ocupantes participaram das intervenções nas escolas da rede pública e fizeram parte de uma ampla rede de colaboração que mantinha o movimento funcionando.

O segundo e terceiro andares contêm a maior quantidade de grafismos e a maior variedade de tipos e mensagens. Para nós, essa diversidade gráfica é um reflexo da heterogeneidade das pessoas e identidades que compunham a ocupação. Dessa maneira,

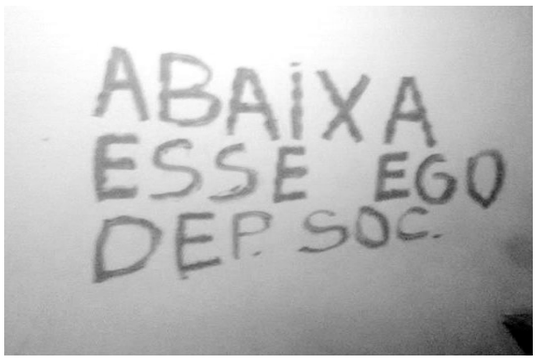



**Figura 9** – Recados diretos (Foto por Edno Marques)

as paredes aparentemente caóticas mostram o poder das alianças construídas dentro do prédio para que os corpos ali presentes pudessem resistir.

## Monte O-limpo: A relação entre os usos e os espaços

O quarto andar é o local onde se encontram os gabinetes dos professores, as salas dos colegiados

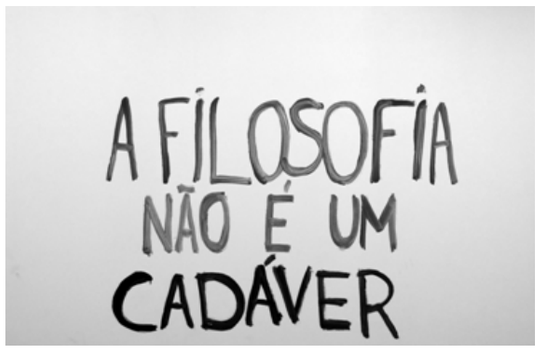



**Figura 10** – Recados diretos (Foto por Edno Marques)

e das pós-graduações e os espaços técnico-administrativos do prédio. Assim sendo, é um ambiente comumente esvaziado da presença de alunos durante

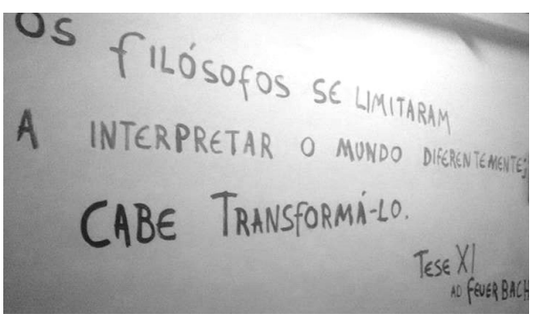



**Figura 11** – Recados Diretos (Foto por Edno Marques)

o período regular de aulas e esse padrão se manteve também durante as ocupações. A hierarquia social estabelecida entre professores e alunos (os primeiros acima dos segundos) é reproduzida pela arquitetura do prédio, onde os espaços destinados aos professores são na parte mais alta, apartados das áreas de convívio comum, destinadas aos demais agentes que compõem o ambiente da FAFICH.

**4** É importante lembrar que "o grafite é entendido como arte enquanto ela [a pixação] é considerada sujeira e poluição visual – e, por outros, como um estágio inferior do grafite, que seria o patamar mais alto dessa forma de expressão" (PEREIRA, 2010, p.148). Está dada, pois, a hierarquia entre uma prática e outra no prédio como um todo.

**5** Segue aqui uma elucubração: pensando o projeto de grafite como uma prática higienista disfarçada de "revitalização", e que, portanto serviria esta para coibir a prática do pixo, histórica no prédio nos andares mais baixos, a produção de grafites no quarto andar se mostra realmente desnecessária, uma vez que os pixos nunca alcançam os corredores mais altos.

Sendo mais diretos: não são necessários mecanismos de coerção em ambientes que são, a priori, coercitivos. Isso demonstra que a função dos grafites não é "revitalizar" os ambientes, mas condicioná-los a uma estética específica.

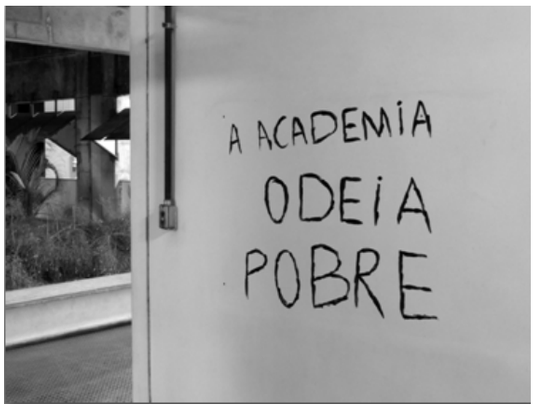



**Figura 12** – Recado geral (Foto por Edno Marques)

**Figura 17** – Monte Olimpo (Foto por Edno Marques)

**Figura 13** – Recado geral (Foto por Edno Marques).

**Figura 18** – Abismo (Foto por Edno Marques)

Ao contrário dos demais andares, que receberam grafites[4] a partir do *Edital para Seleção de Projetos em Artes Visuais*, organizado pela diretoria da FAFICH, o quarto andar permaneceu intacto, com suas paredes brancas contrastando com os desenhos coloridos que não passam da altura das escadarias de acesso[5].

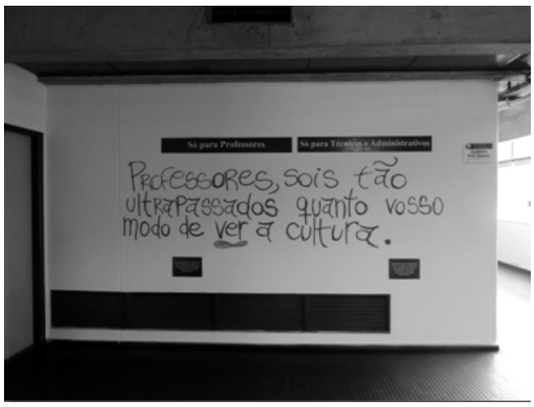



**Figura 14** – Recado aos professores (Foto por Edno Marques)

Por manter suas atividades até bem próximo do período de recesso do natal, o quarto andar manteve também sua branquitude imaculada por mais tempo, sendo suas intervenções as mais recentes do prédio, todas posteriores ao período de funcionamento dos gabinetes e colegiados. Houve, portanto, uma temporalidade condicionada no que diz respeito à ocupação do local. As pessoas que fizeram as intervenções esperaram (se propositalmente ou circunstancialmente –não somos aptos a afirmar) o esvaziamento do andar para alterar o espaço. A maioria das mensagens pixadas também segue um padrão, o de alusão direta não às pautas da ocupação em si, mas ao sistema de ensino vigente. São os chamados "recados diretos", que apontam a hierarquia acadêmica e suas nuances opressivas. Há também diversos desenhos

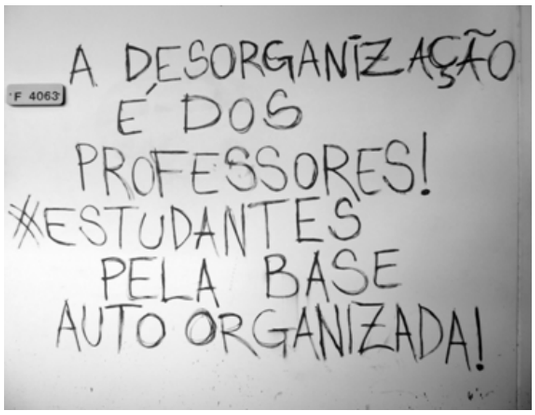



**Figura 15** – Recado ao professores (Foto por Edno Marques)

**Figura 18** – Livre Preso (Foto por Edno Marques)

e 'mosaicos' de guache. Neste andar percebemos algumas manifestações líricas que pareciam jogar com os suportes, como uma tentativa de descontração do ambiente. Considerando todos os apontamentos anteriores, faremos aqui uma breve apresentação se-

**Figura 19** – Vida Louca (Foto por Edno Marques)

**Figura 20** – Sejamos realistas (Foto por Edno Marques)

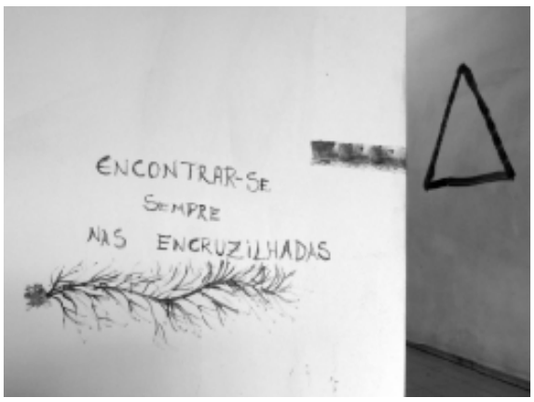



**Figura 21** – Mensagem Geral (Foto por Edno Marques)

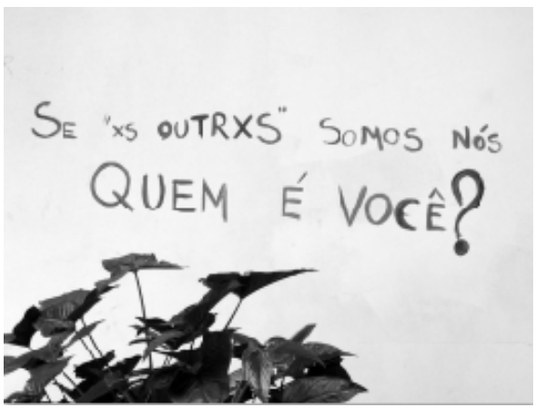



**Figura 22** – Quem é você? (Foto por Edno Marques)

**Figura 23** – Mãos (Foto por Edno Marques)

guida de apontamentos de alguns dos grafismos do quarto andar.

Estes três primeiros pixos apresentam mensagens diretas a departamentos específicos (Filosofia e Sociologia). Percebemos uma relação entre a mensagem e a superfície, pois estes se encontram nos corredores de seus respectivos gabinetes. É possível pensar que houve um interesse da parte do emissor que a mensagem fosse vista não somente por quaisquer interlocutores, mas principalmente por aqueles aos quais a mensagem se referia (os componentes dos departamentos de Filosofia e Sociologia). Todas foram feitas com tinta guache, e as que se referem ao mesmo departamento possuem as mesmas cores.

Este conjunto de mensagens foi percebido como apontamentos gerais que poderiam ser estendidos a todos os cursos. São feitas críticas à academia e ao comportamento dos professores. Os locais onde cada uma delas se encontra são áreas mais comuns do quarto andar, próximo aos banheiros e ao auditório. É interessante perceber, na última foto, o contraste feito entre a estrutura prévia e a pichação, que foi – creio eu, não aleatoriamente – colocada em um espaço, indicado por placa, que seria destinado a uso exclusivo de professores e técnicos administrativos. A localização além da mensagem, portanto, já possui a conotação transgressora de questionamento à lógica organizacional imposta.

Essas duas pixações remetem diretamente ao espaço do quarto andar, criticando, cada uma a sua maneira, a forma como ocorreu a disposição do prédio. Descrever o quarto andar como "abismo mal assombrado" procede enquanto o lugar mais alto e menos populoso do prédio, e chamá-lo de "Monte Olimpo" (a pixação é a primeira coisa que se vê ao subir pela escada principal), fazendo referência à morada dos deuses gregos, aparenta ser um paralelo com a alta posição dos professores doutores e o espaço diferenciado que estes ocupam no prédio. É importante frisar também que o "Monte Olimpo[6]" é o único dentre os grafismos selecionados a ser feito com tinta *spray*, que possui maior durabilidade que a tinta guache.

A pixação da Fig.18 nos foi percebida como uma crítica social sutil, mas contundente. A relação feita entre as palavras e os materiais utilizados para escrevê-las salta aos nossos olhos, na qual o "livre" é escrito de branco em giz (que passa, some, limpa) e o "preso" é preto, com caneta permanente (que fica, se mantém, permanece sujo). É possível interpretar a pixação como uma alegoria para o sistema judiciário

do Brasil, que atua com diferentes justiças (pautadas em racismos e "classismos") para as diferentes parcelas da população. Também podemos aproximá-la da realidade universitária, com a branquitude soberana das paredes e dos frequentadores desses espaços, com livre acesso e possibilidade de ascensão, enquanto aos corpos negros que ocupam estes espaços, são dadas opções limitadas, circunscritas aos andares mais baixos, às atividades menos valorizadas. O racismo institucional se mantém presente enquanto macroestratégia de deslegitimação de setores historicamente marginalizados.

O conjunto das Fig. 19 20, 21, 22 e 23 apresenta mensagens de caráter mais lírico, com citações de músicas ("vida louca, vida breve") e frases em contexto com desenhos ("encontrar-se nas encruzilhadas"), próximo ao grafismo de diversas linhas bifurcadas feito com a mesma tinta guache). Percebemos que houve uma ampla diversidade nas cores de tinta.

O conjunto de grafismos a seguir apresentados na figura 23 foi composto por marcas em guache de mãos e pés com diferentes cores e organizações espaciais, compondo diferentes setores de "mosaicos" na parede. Eles ilustram bem como as temáticas, os motivos e as composições finais das intervenções foram as mais plurais possíveis, valendo-se de linguagens verbais e não verbais, simbólicas e artísticas.

## O que se aprende com o que se vê (e que não se vê)

A partir da observação das intervenções gráficas mencionadas, pudemos concluir que a ocupação escrita da FAFICH possuiu teores diferentes conforme os andares e espaços, tratando-se de uma tentativa de questionamento ao sistema que se estende para além das reivindicações iniciais das ocupações (contra a PEC 55). Além de palavras de ordem comuns a todas as ocupações da UFMG ("Fora Temer"), também foram feitas pontuações acerca das relações existentes no prédio, na Academia, antes mesmo do período político atual que acarretou nos movimentos de ocupação. Assim sendo, é possível observar paralelos não apenas espaciais, mas também temporais, que extrapolam o objetivo inicial das ocupações estudantis e que caracterizam o movimento como complexo e multifacetado, possuindo especificidades de acordo com cada microcontexto. A expressão gráfica dessa diversidade também ressalta relações hierárquicas tensas e pautas latentes na vida dos estudantes dentro e fora das ocupações. O pixo se constitui de maneira tradicional no prédio fazendo parte da estética do mesmo e sendo constantemente reprimido. Durante o período de ocupação, essa ação tradicional fez parte do cotidiano e alterou drasticamente a aparência do prédio mantendo vivo tanto os conflitos quanto o hábito do pixo.

A ocupação formal teve fim, mas seus resultados, seus resquícios e seus desdobramentos se fazem presentes no ambiente, deixando explícito àqueles que nele circularem, enquanto ainda estiverem à vista.

Durante a produção deste ensaio7, no entanto, as paredes foram repintadas. Todo o prédio foi novamente coberto por tinta branca, adicionando mais uma camada de silêncio. Voltamos ao pé da montanha. Cientes de que nosso trabalho funcionará como um registro, olhamos toda a branquitude como uma tela vazia à espreita das próximas intervenções. Esperando para observar de novo, as novas dinâmicas que surgiram da caminhada recomeçada. O registro é vivo e se movimenta, se reinventa; mesmo mutilado se reaviva. Desde a inauguração do prédio em 1990 até os dias atuais, o espaço tem guardado e perdido histórias de um sem número de ocupações. E assim continua.

Melhor do que nós mesmos, cremos que as próprias paredes de ontem podem concluir bem o que pensamos sobre o amanhã: Onde há poder, há resistência, e, não apenas nessa vez, mas também nas próximas que virão, ao menos na FAFICH, a ocupação será permanente.

## Referências bibliográficas


ARANTES, Antonio A. (2000), "Paisagens paulistanas: transformações do espaço público. Campinas: Ed. Unicamp.

BRITO, Lucas G. (2016), "O Tempo é meu Outro: Uma reflexão sobre os usos do tempo no Estrutural-Funcionalismo." *Percursos*, 2, 1: páginas

BUTLER, Judith. (2015), "Bodies in Alliance and the Politics of Street" in inserir nomes dos autores *Notes Toward a Performative Theory of Assembly.* Cambridge-Massachusetts, London-England, Harvard University Press.

CARVALHO, Rodrigo A de. (2013), "Quando as Relações se Expressam nos Muros – Pixadores em Belo Horizonte, Pixações de Belo Horizonte". *Revista do núcleo de antropologia urbana da USP* – Ponto Urbe. São Paulo.

GONZÁLEZ- RUIBAL, Alfredo. (2008), "Time to Destroy: an Archaeology of Supermodernity". *Current Antropology,* vol. 49, 2, 2008.

HORTA, Andrei I. (1997), "Pinturas Rupestres Urbanas: Uma Etnoarqueologia das Pichações Em Belo Horizonte". *Revista de Arqueologia*, 10:143-161.

PEREIRA, Alexandre B. (2010), "As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo". *Lua Nova*, São Paulo, 79: 143-162.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (2010), "Pode o subalterno falar?" Belo Horizonte: UFMG. TARGINO, Maria das Graças. (2000), "Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos". *Informação e Sociedade*, João Pessoa, 10, 2:1-7.

# O movimento estudantil secundarista: um estudo sobre a ocupação do Liceo Lastarria na cidade de Santiago no Chile

**Resumo:** O objetivo da pesquisa foi identificar os fatores que motivavam os estudantes a construir a greve estudantil de 2011 na cidade de Santiago no Chile, bem como as formas de organização política e administrativa no contexto da ocupação estudantil de 2011 no Liceo Lastarria, localizado no bairro de Providência. Usamos como ferramenta metodológica o diário de campo para articular as informações que colhemos durante a ocupação e desta forma, construir inferências mais claras e aproximadas das realidades vividas na ocasião. Consideramos que a participação da juventude nos processos democráticos tanto ampliam os horizontes das pautas, como também enriquece e alargam a democracia institucional.

**Abstract:** *The objective of the research was to identify the factors that motivated the students to build the student strike of 2011 in the city of Santiago in Chile, also regarding the forms of political and administrative organization in the context of the student occupation of 2011 in the Lastarria Liceo, located in the Providencia neighborhood in the city of Santiago in Chile. We used as a methodological tool the field diary to articulate the information that we captured during the occupation and, in this way, to construct clearer and approximate inferences of the realities lived on that period. We believe that youth participation in democratic processes both widens the horizons of the youth agenda, but also enriches and broadens institutional democracy.*

**Maria Edivania Vieira da Silva**

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará – UECE

**Contato:**

edvaniakollontai@hotmail.com

**Luana Marques Carlos**

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará – UECE

**Contato:**

lua-marques@live.com

**Antônio Fábio Macedo de Sousa**

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará – UECE

**Contato:**

macedouece@gmail.com

**Palavras-chaves:**

Movimento Estudantil Chileno. Juventude. Ocupação. Movimentos Sociais. Democracia.

**Keywords:**

Chileano Student Movement. Youth, Occupation Social Movements. Democracy.

## Introdução

No segundo semestre de 2011 estivemos em intercambio estudantil na *Universidad Diego Portales - UDP* na cidade de Santiago no Chile. Nesta ocasião muitas escolas secundaristas na capital chilena e do interior encontravam-se ocupadas por estudantes, inclusive a Universidade do Chile, e odas as quintas-feiras aconteciam protestos com cerca de cem mil pessoas nas ruas de Santiago. Na ocasião nos questionávamos sobre quais pautas estas ocupações levantavam: em qual realidade as ocupações estavam inseridas e quais eram suas narrativas?

Havia também a compreensão da necessidade de entender o movimento para além das ocupações, o que era questionamento em comum dos pesquisadores: Quais são os desdobramentos políticos e sociais da ocupação em questão? Que interesses defendiam? Como os membros se relacionavam? Quais suas orientações culturais, políticas e ideológicas? Existem por parte do movimento, visões sociopolíticas voltadas para outros campos além do movimento estudantil? Alguns dos questionamentos realizados não são passíveis de respostas neste artigo, em virtude da limitação do observável, como também referente ao limite teórico que o assunto alcança, por ser um fenômeno recente e uma história viva que tem seus reflexos cotidianamente em disputa.

As ocupações tinham um cotidiano organizado e agendado com tarefas e compromissos, o que nos fazia refletir a respeito da articulação e integração entre estudantes. Todas as quintas-feiras aconteciam as paralisações nacionais e estavam presentes além dos estudantes secundaristas, universitários, pais, professores, companhia de teatro, poetas, músicos, jornalistas, escritores, crianças, idosos e turistas. Traziam consigo instrumentos musicais, faixas, cartazes e fantasias que expressavam seus posicionamentos políticos.

Havia uma mistura de gerações, cores e expressões formando um grande caldeirão cultural de luta e resistência na busca de uma educação de qualidade e gratuita para todas e todos. O agregado de diversas categorias nos provocava também uma compreensão estética a respeito da ocupação.

> *"Nas últimas cinco décadas, vimos mudanças importantes na forma de pensar e gerenciar a educação. Talvez a mudança que tenha tido o maior impacto na política educacional tenha sido a vez de medir o desempenho acadêmico e sua relação com os padrões. Esta abordagem, que representa a continuação da tendência das políticas públicas voltadas para a medição dos resultados da população, é conhecida como reformas baseadas em padrões (RBE). A lógica das reformas educacionais no Chile está inscrita, com cada vez mais propriedade, neste sistema que representa o RBE" (*CASASSUS, 2010, p 85 "tradução nossa").

Um dos pontos de concentração dos manifestantes era a praça Itália e em poucos minutos toda Avenida Alameda estava ocupada, com lojas e metrôs fechados. O aparato policial era forte, os carabineiros utilizavam gás lacrimogêneo e carro lança água contra os manifestantes que permaneciam na marcha.

A resistência dos estudantes nas manifestações frente à repressão do Estado e às condições socioculturais e naturais, nos parecia ser um elemento central e de forte coesão entre eles. Certa vez, acordamos e estava nevando em Santiago e era dia de paralisação nacional, o que significava mais uma grande manifestação nas ruas da Capital e do interior. Ao ver a neve imaginávamos que a manifestação seria adiada em decorrência do frio, minutos depois sentimos de nossa janela o cheiro forte de gás lacrimogêneo e os sons dos estudantes com suas canções e palavras de ordem, nem mesmo as baixas temperaturas eram capazes de deter a determinação desta juventude, o cenário era de filme.

Vale ressaltar, que nós estudantes/pesquisadores oriundos de cidades com clima semiárido, onde o calor, sol e vento são elementos climáticos socialmente naturalizados, ficamos surpresos ao vivenciar aquela manifestação em plena neve. Naquele contexto pudemos perceber a resistência daquele movimento, sendo a resiliência no calor e no frio sempre inebriantes.

Ao caminhar nas ruas de Santiago era possível notar que a pauta dos estudantes podia ser compreendida e apoiada por uma parcela significativa das pessoas que atravessavam a marcha. Nos bares, com músicas ao vivo, que fomos, havia em grande parte deles um momento em que os artistas cantavam as palavras de ordem das manifestações, tendo como exemplo um show do artista chileno Chico Trujillo, que ao cantar a canção *Que Vivan Los Estudiantes*, de Violeta Parra, levou o público ao delírio em um momento de protesto em plena apresentação.

Nos metrôs, nas calçadas de escolas, universidades, nas praças e nas ruas era comum encontrar estudantes com uma caneca na mão para arrecadar dinheiro, para financiar a logística das ocupações dos estudantes, pois havia na organização interna uma busca por independência financeira, que se manifestava em frente à Universidade do Chile por meio de uma grande faixa com os dizeres "A luta é da sociedade todos por uma educação gratuita".

Neste cenário optamos por fazer um estudo de caso da ocupação do *Liceo Lastarria*. A estrutura física possui uma quadra, um pátio principal e um secundário para os níveis menores e cinquenta salas de aula. O edifício é antigo, foi construído em 1913 em uma superfície de oito mil e quinhentos metros quadrados aproximadamente, e possui um estabelecimento educacional público que depende financeiramente e administrativamente da municipalidade de providencia. O local tem o ensino pré-escolar, fundamental e médio, em três turnos e contempla aproximadamente três mil e trezentos alunos, em setenta e seis cursos, e duzentos funcionários.

Segundo os autores chilenos Oscar Dávila, Felipe Ghiardo e Carlos Meandro (2008) a atuação dos sujeitos estudantis deve estar para além dos espaços de sala de aula. Portanto, ser estudante é compreender reflexivamente que:

> *"O ofício do estudante não é apenas dado no trabalho em sala de aula, na realização de provas ou nas estratégias relacionadas ao desempenho. O liceu, juntamente com uma instância de aprendizagem formal, é um espaço social, onde os estudantes se inter-relacionam uns com os outros, com os professores e com a coordenação. É uma microsociência com suas regras específicas, relacionamentos particulares e intersubjetividades"* (DÁVILA, GHIARDO, MEDRANO, 2008, p. 233 "tradução nossa").

Diante desse contexto, a luta dos estudantes contra o fim do lucro na educação é também a luta por uma sociedade igualitária, por igualdade de direitos não apenas para eles, mas para as futuras gerações.

## Metodologia

Utilizamos o método regressivo-progressivo de Lefebvre (1971) para fundamentar o estudo de caso, que consta com a observação do tempo-presente-tempo-passado e tempo presente com um exercício constante de análise crítica, histórica e principalmente sociológica. O objetivo foi compreender quais os fatores que motivavam os estudantes a estarem em greve e as formas de organização política e administrativa dentro da ocupação. Esse movimento dialético justifica nossa escolha ao método progressivo-regressivo pelo fato de permitir verificar quando e como foi iniciado o processo de consolidação da ocupação do *Liceo Lastarria*; descobrir quais os desafios encontrados durante a ocupação e finalmente quais os desdobramentos decorrentes da ocupação.

Segundo Martins (1996), o método regressivo-progressivo consiste em:

> *"Nesse momento regressivo-progressivo é possível descobrir que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais. Ao contrário, na concepção lefebvriana de contradição, os desencontros são também desencontros de tempos e, portanto, de possibilidades. Na descoberta da gênese contraditória de relações e concepções que persistem está a descoberta de contradições não resolvidas, de alternativas não consumadas, necessidades insuficientemente atendidas, virtualidades não realizadas"* (MARTINS, 1996, p. 22).

Este trabalho foi realizado por meio de observação direta, leitura de base teórica, entrevistas semiestruturadas, coleta de dados primários tendo como material produzido pelos estudantes (antes, durante e depois da ocupação) fotos, vídeos e atas de reuniões. Realizamos uma compilação de materiais (secundário de jornais e já produzido por outros pesquisadores) e participamos de algumas reuniões do grêmio estudantil e das manifestações às quintas-feiras. Todas essas ferramentas contribuíram para nosso exercício sociológico, intensivo de observação participante e aglutinação do material, no qual o desafio foi organizar as informações observadas como um quebra-cabeça.

A ocupação se estendeu por um período aproximado de cinco meses, entre a segunda semana de junho a novembro de 2011, sendo liderada pelo Grêmio Estudantil, de modo que é importante ressaltar que o movimento foi parte de uma grande greve nacional protagonizada por estudantes universitários e secundaristas liderados pela Confederação de Estudantes do Chile – CONFECH.

Os ocupantes tinham idade entre quatorze e dezesseis anos e contavam com o apoio de alguns professores, pais e ex-alunos que tinham acesso a espaços delimitados e restritos: o pátio principal, auditório, sala de jogos, sala do centro de estudantes e banheiros; outros ambientes estavam fechados por motivos de segurança e cuidados ao patrimônio.

No início tivemos dificuldade de entrar no liceu

pelo fato de ser apenas masculino desde sua fundação, porém, com nossa persuasão na terceira visita conseguimos autorização como pesquisadoras. Uma das preocupações dos estudantes era pelo fato de haver mulheres dentro da ocupação e repercutisse negativamente na imagem do movimento, portanto, durante nossa estadia na escola procuramos ser discretas.

A ocupação basicamente desenvolvia três tipos de atividades: esportivas, culturais e políticas que fundamentaram atividades tais como futebol, *skate*, música, violino, piano, assembleias gerais deliberativas e informativas, debates e oficinas.

No pátio central da escola encontramos uma bandeira desenhada pelos manifestantes que intitulava "O emblema da revolução estudantil" nas cores vermelho e branco, juntamente encontrava-se a bandeira do Liceo e cartazes com suas demandas estudantis como "Fim do lucro" e "Educação grátis e de qualidade".

Para a organização interna da ocupação existiam comissões compostas entre quatro e seis pessoas que se encarregavam das tarefas de limpeza, alimentação, finanças e oficinas. A cada semana aconteciam assembleias com objetivo de debater e decidir os rumos do movimento. Em uma de nossas visitas estava em votação a continuidade ou não da ocupação e mais uma vez, por unanimidade, foi decidido permanecer na luta mesmo que o preço fosse a perda do ano letivo, sendo reforçado pelas palavras de ordem: "Não é por nós, é por nossos filhos! ".

Com o passar dos dias os alunos fortaleciam os laços de amizade, companheirismo, consciência política e de classe, e dialogavam com o pensamento de Karl Marx, permanecendo unidos até o final da ocupação, onde conseguiram interagir com a sociedade chilena e defender sua bandeira de luta: "Uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos".

## Considerações finais

Henri Lefebvre (2001) em sua célebre obra *O Direito à Cidade* já nos colocava a problemática de pensar a crise urbana teórica e prática. Nesta perspectiva, tomando O Direito à Cidade como categoria analítica é possível situar as ações e movimentos de apropriação da cidade pelos citadinos.

De acordo com o pensamento lefebvreano o espaço urbano é o *lócus* da lógica de produção e reprodução do capital e a cidade torna-se um lugar da emergência de novas sociabilidades a medida que a produção do espaço urbano é orientada pelos tensionamentos, pelas lutas e, sobretudo, pelo conflito. *O Direito à Cidade* é por assim dizer uma questão pertinente pelo fato de ser também o guarda-chuva de acesso não só da cidade como centralidade para vida, mas também para o direito à educação, à moradia, à saúde e um conjunto de direitos fundamentais a vida. Desta forma, a manifestação dos estudantes é também a luta por uma sociedade igualitária.

O modelo de educação que os manifestantes contestam foi imposto pela ditadura Pinochet, nos anos 1980. Segundo o pensamento do sociólogo Laval, escola e fábrica se confundem num evidente viés empresarial. A lógica do sistema capitalista é a acumulação a partir da produção, com o objetivo do lucro em detrimento de tudo. A escola neoliberal tem como principal objetivo formar capacidades de inovar, de formar mão-de-obra em estruturas de elaboração e comunicação e difusão dos saberes, mesmo que a cargo dos estados nacionais, assevera Laval.

A popularidade do presidente da República Chilena Sebastián Piñera (2011) decrescia com as grandes manifestações e a comoção nacional em busca de garantia constitucional de qualidade e gratuidade do ensino público, a proibição do lucro nas instituições que recebem aportes do Estado e a desmunicipalização da gestão educacional, apoiado pelo texto abaixo:

> *"Por exemplo, o sistema de financiamento por aluno envolve deixar as decisões que lhes permitem controlar os custos dos serviços educacionais que prestam aos apoiantes, assim como a gestão dos recursos humanos. No entanto, no caso dos estabelecimentos municipais, o grau de controle sobre esses recursos pelos administradores é muito limitado. A solução desta e outras tensões é indispensável e as políticas adotadas para melhorar a qualidade e a equidade da educação, particularmente na sua aplicação ao mundo estatal, não podem ser separadas dessas inconsistências" (*BEYE, VALESCO, 2010, p.187 "tradução nossa").

Nas eleições de 2013 foram eleitos ao congresso Chileno quatro líderes do movimento estudantil de 2011: Giorgio Jackson, Camila Vallejo, Gabriel Boric e Karol Cariola que conseguiram mandatos na Câmara Baixa do Parlamento chileno. Em 2015 a nova presidenta do Chile, Michelle Bachelet, aprovou um trânsito gradual a uma nova estrutura da educação que deve ser transparente e inclusiva, com a proposta de que todos os estabelecimentos educativos, até 2018, se tornarão entidades sem fins lucrativos.

É interessante observar como as lutas das organizações políticas juvenis são articuladas em uma plataforma nacional e até internacional. Recentemente,em 2016, o Brasil passou por momentos de grande efervescência no movimento estudantil, nos quais muitos secundaristas da rede pública ocuparam suas escolas inicialmente por São Paulo, assim como o caso chileno também ocupavam as ruas tendo como palavras de ordem: "Acabou a paz, isso aqui vai virar o Chile".

Em contato com diversos jovens de vários sotaques, etnias, gêneros, práticas cultuais, circuitos de lazer e grupos políticos com ideologias diferentes, foi possível perceber e aprender com a riqueza da diversidade de ideias e refletir sobre a dificuldade de chegar a consensos. Essa tempestade de ideias, o debate efervescente e múltiplo são partes contínuas da agenda dessas organizações juvenis que querem mudar o mundo a partir de sua realidade.

Após análise de dados pesquisados e da realização de leituras teóricas de autores como Venturi e Bokany (2005), chegamos a conclusões preliminares de que a participação dos(as) jovens nos assuntos públicos está entre as preocupações do debate sobre a ampliação dos processos democráticos. Muitas vezes

há exagero quando se denuncia a "apatia juvenil" e se deixa de perceber que a "crise de participação cidadã" é um fenômeno social ampliado que atinge todas as faixas etárias da população.

## Referências bibliográficas


LEFEBVRE, Henri. (1971), *El materialismo dialetico.* Buenos Aires: La Pléyade.

LEFEBVRE, Henri. (2001), *O Direito à Cidade*. Tradução de RE Frias. São Paulo: Centauro.

MARTINS, José de Souza. (1996), título do capítulo, *in* MARTINS, José de Souza (org), *Henri Lefebvre e o retorno à dialética.* São Paulo, Editora Hucitec.

LAVAL, Christian. (2004), *A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público.* Tradução de Maria Luíza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Planta

BEYE, Harald. VALESCO, Caroline. (2010), *Una educación pública más efectiva.* ¿Los árboles no dejan ver el bosque?. Ecos de la revolución pinguina. Santiago, Chile: Universidad de Chile- UNICEF- Pehuén Editores S.A.

CASASSUS, Juan. (2010), *Las reformas basadas en estándares:* Un camino equivocado. Ecos de la revolución pinguina. Santiago, Chile: Universidad de Chile- UNICEF- Pehuén Editores S.A.

DÁVILA, Oscar. Ghiardo, Felipe. (2008), Medrano,Carlos. *El liceo como espacio social.* Los Deshedados Trayectorias de vida y nuevas condiciones juveniles. Valparaíso, Chile: CIDPA cuarta edición.

# **Ocupo, logo resisto:** 50 dias de ocupação em uma escola de Alfenas-MG

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo registrar a duradoura e intensa ocupação de uma escola estadual de Alfenas/MG, que integrou-se ao movimento nacional de ocupações secundaristas ocorridos no ano de 2016 no Brasil. Foram 50 dias, sendo 19 com paralisação total das atividades. A partir das vivências dos autores nesse processo, são descritos os desafios- de caráter coletivo, subjetivo, institucional, político e social- enfrentados pelos(as) estudantes, buscando contribuir com reflexões para o campo educacional e apontar para a possibilidade de construção de uma escola que contemple mais a juventude, compreenda e valorize tais experiências de resistência.

**Abstract:** *This work aims at recording the long-lasting and intense occupancy of a state school located in Alfenas which joined the national movement of occupancy by high school students which occoured in Brazil in 2016. It lasted 50 days, 19 days from them counted on downtime of all activities. From the experience the authors got following this process, the challenges – of collective, subjective, institutional, political and social characters – faced by the students are depicted, seeking to contribute - through reflections - to the educational field and to point to the possibility of building a school able to contemplate the youth better and able to understand and appreciate such resistance experiences.*

**Mayra Cristina Costa**
Graduanda em Química (Licenciatura) pela Universidade Federal de Alfenas

**Gabriel Barreto Lopes**
Graduando em Pedagogia (Licenciatura) pela Universidade Federal de Alfenas.

**Palavras-chaves:**
Ocupações secundaristas. Educação escolar. Juventude.

**Keywords:**
High school student occupancy. School Education. Youth.

## Introdução

Em 2015, secundaristas de São Paulo ocuparam centenas de escolas como forma de mobilização e luta contra o projeto de reorganização escolar proposto pelo governador Geraldo Alckmin, que foi revogado como uma vitória significativa desse movimento (CATINI & MELLO, 2016; CORTI, CORROCHANO, SILVA, 2016; PAES & PIPANO, 2017). No ano seguinte, inspirados por esse processo, no Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, entre outros estados, assistiu-se a emergência e consolidação de um movimento nacional de ocupações estudantis, que atingiu o número expressivo de mais de mil universidades, institutos federais e principalmente escolas de ensino médio[1].

Em geral, os(as) estudantes secundaristas colocaram-se como protagonistas contra a situação de precarização e sucateamento da educação pública no país, tendo como pautas centrais a luta contra a Proposta de Emenda Constitucional nº 55/2015 (PEC 55)[2], a Medida Provisória nº 746/2016 (MP 746/2016[3]), e o Projeto de Lei nº 867/2015 (PL "Escola sem Partido"[4]).

Nesse contexto, no município de Alfenas, localizado ao sul de Minas Gerais, o movimento de ocupações foi iniciado em uma escola pública de ensino médio, sendo seguida temporalmente por universitários da instituição federal de ensino superior do município e por mais três escolas públicas.

Dito isso, considerando o envolvimento direto dos proponentes deste relato com o movimento de ocupação de uma destas instituições escolares, tomada como experiência para a presente problematização, buscar-se-á alcançar um objetivo não tão pretensioso, mas fundamental: registrar, na forma de memorial, os acontecimentos, para que outras pessoas possam ler e para marcar a história destes estudantes (ocupantes e resistentes) na produção científica da área educacional.

## 1. Ocupar: Já estava (inconscientemente) decidido

Em outubro de 2016, após cerca de 20 dias do início do movimento, quando as ocupações secundaristas cresciam pelo país, estudantes de uma turma da segunda série do ensino médio de uma escola da rede estadual em Alfenas/MG fomentaram uma discussão sobre a conjuntura nacional. Estes estavam em uma aula de geografia5 e iniciaram a discussão sobre a Medida Provisória 746 (Reforma do Ensino Médio) e a PEC 55 ("PEC do Teto de Gastos").

Por consequência, o movimento de ocupações secundaristas, que vinha ocorrendo em todo o Brasil, tornou-se tema do diálogo. Em um ponto da conversa, os(as) estudantes afastaram as carteiras da sala de aula para as paredes, sentaram-se todos em roda e um aluno apresentou em seu celular uma foto e um manual resumido, cujo título era "Como Ocupar seu Colégio"[6].

A aula de geografia acabou, porém os(as) estudantes não pararam a discussão por aí, na medida em que, intrigados, entraram em contato com universitários da universidade federal do município, cuja reitoria se encontrava ocupada. Após esse contato, os secundaristas foram convidados a conhecer a ocupação universitária e sua organização, observando como as comissões se separavam e como havia um esforço diário para arrecadar doações de alimentos e para garantir uma programação culturalmente diversa, sem abrir mão dos debates políticos.

No dia seguinte a essa visita, esse grupo de estudantes secundaristas percorreu todas as salas do ensino médio da escola, recolhendo assinaturas de todos(as) aqueles(as) que concordavam com a ocupação daquele espaço escolar, visando registrar de forma escrita a porcentagem de estudantes favoráveis. Ademais, junto a essas assinaturas recolhidas, foi feito o registro daqueles(as) estudantes que, de alguma maneira, gostariam de ajudar no processo de ocupa-

**1** Disponível em: http://ubes.org.br. Acesso em: 30 jul.17.

**2** Aprovada no Senado em 13 de dezembro de 2016 e promulgada em 15 de dezembro de 2016, a PEC 55, conhecida como "PEC do Teto dos Gastos", foi encaminhada pelo governo de Michel Temer, tendo como justificativas o equilíbrio das contas públicas por mecanismos rígidos de controle de gastos públicos por 20 anos e um novo regime fiscal. Contudo, alvo de discussões na sociedade civil, tal proposta foi levantada como pauta central na luta dos movimentos de ocupações e de outros movimentos sociais, que apontavam para a sua inconstitucionalidade e para os impactos negativos sobre investimentos essenciais e estratégicos, como saúde, educação e assistência social.

**3** Defendendo alterações na estrutura do ensino médio, última etapa da educação básica, tal MP, encaminhada também pelo governo federal e aprovada com mudanças pelo Senado em fevereiro de 2017, propõe a ampliação da carga horária mínima anual, a implementação de escolas em tempo integral, tornava inicialmente facultativo o ensino da arte e da educação física nessa etapa, além de outras mudanças curriculares. Criticada por grupos e entidades ligadas à educação, principalmente pelo seu caráter arbitrário, enquanto medida provisória, e pela falta de

ção da escola, compondo as comissões organizativas, arrecadando alimentos, entre outras atividades.

Feito isso, na parte da tarde desse dia, tais estudantes realizaram uma reunião na sala de vídeo da escola para deliberar alguns pontos importantes. Com as assinaturas recolhidas em mãos, foi concluído que aproximadamente 90% dos estudantes frequentes do ensino médio eram favoráveis à ocupação da escola. Contudo, como a escola em questão funciona em dois turnos[7], era necessário dialogar também com os(as) estudantes do Ensino Fundamental II. E assim foi feito.

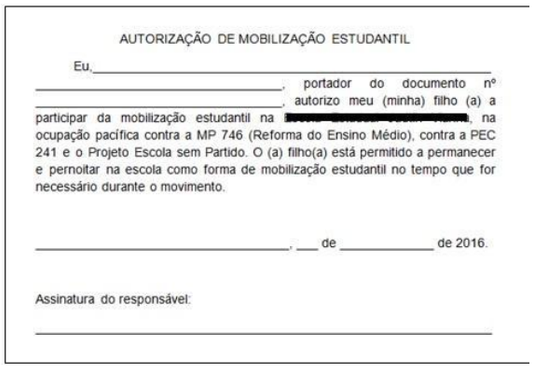
No dia seguinte, houve a divisão em duas frentes dos estudantes que haviam se reunido anteriormente: metade ficou responsável por ir à escola recolher as assinaturas dos estudantes do turno vespertino favoráveis à ocupação e a outra metade foi para as ruas do entorno arrecadar alimentos e outros mantimentos. Entendiam que o diálogo com os(as) estudantes do Ensino Fundamental II era essencial para o futuro da ocupação, já que representavam mais de 50% dos estudantes da escola. Além disso, em momento algum, os organizadores da ocupação levaram em consideração que esses(as) estudantes não seriam capazes de dialogar e entender a situação por serem mais novos.

Nesse sentido, a resposta de uma estudante secundarista, quando questionada sobre o tratamento para com os(as) estudantes do Fundamental II e de uma suposta incapacidade de compreensão destes em relação à ocupação, foi a seguinte: , *"Jamais os subestimamos, não faríamos com eles o que fazem conosco. Não tem lógica reproduzirmos isso."* (Estudante B, mulher, 17 anos).

Tal resposta parece vir ao encontro de um questionamento feito por nós aos secundaristas, sobre o comportamento dos professores e funcionários da instituição escolar, no período em que organizavam a ocupação, buscando entender se haviam ocorrido empecilhos ou se alguém tentou os impedir. Uma das estudantes respondeu que os organizadores da ocupação não enfrentaram nenhuma dificuldade mais significativa, mas mesmo que os professores e funcionários –salvo algumas exceções–acreditassem que a luta fosse legítima, tomavam aquele movimento como algo imediatista, como "fogo de palha". Em suas palavras, *"Era como se fôssemos invisíveis, como se nada estivesse acontecendo na escola."* (Estudante A, mulher, 17 anos).

Quando recolheram as assinaturas, os organizadores concluíram que um número muito superior à metade dos(as) estudantes era a favor do movimento. A ocupação iria acontecer! Entretanto, pensando nos estudantes menores de 18 anos, era preciso elaborar uma autorização, a ser assinada pelos pais ou responsáveis. Tal autorização, apresentada a seguir, comprovava a ciência por parte da família de que o(a) estudante permaneceria na ocupação e dormiria na escola.

Os(as) estudantes já haviam dividido as comissões: organização, programação, comunicação, limpeza, alimentação e segurança. Tinham também os registros sobre a quantidade de estudantes que eram a favor, a autorização dos responsáveis e uma quantidade grande de alimentos arrecadados. Porém, ainda



AUTORIZAÇÃO DE MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL

Eu,_____, portador do documento nº _____, autorizo meu (minha) filho (a) a participar da mobilização estudantil na [redacted], na ocupação pacífica contra a MP 746 (Reforma do Ensino Médio), contra a PEC 241 e o Projeto Escola sem Partido. O (a) filho(a) está permitido a permanecer e pernoitar na escola como forma de mobilização estudantil no tempo que for necessário durante o movimento.

_____, ___ de _____ de 2016.

Assinatura do responsável:

_____

**Fig. 1:** Autorização elaborada pelos secundaristas

era preciso realizar uma assembleia estudantil com todos os estudantes da escola, feita na manhã do dia 28 de outubro de 2016, contando com a presença de três secundaristas de outra escola estadual do município –que já se encontrava ocupada há 4 dias –e de um advogado, tendo como pautas a discussão sobre a legalidade das ocupações e os possíveis enfrentamentos futuros.

Mesmo se tratando de uma assembleia dos estudantes, foi presenciado que professores e alguns membros da equipe gestora da escola levantavam as mãos e chegavam a interromper as falas dos secundaristas. Contudo, era necessário respeitar a autoridade de fala e a legitimidade daquele espaço, sendo isso muito bem exposto pelos(as) estudantes.

Ademais, essa manhã de discussão deixou os(as) estudantes eufóricos(as) por mudanças, na medida em que, segundo relatos informais dos próprios secundaristas, era perceptível que tinham muitas coisas a falar. Alguns deles, inclusive, chegaram a se emocionar ao comentar sobre seus irmãos pequenos, entendendo que estavam ali dispostos a lutar para que seus familiares não passassem por situações semelhantes ou piores do que aquela.

Nesse sentido, acreditamos que tal assembleia representou o primeiro momento em que alguns dos adultos que trabalhavam na escola começaram a acreditar que os(as) estudantes não iriam recuar. Destarte, ao fim da assembleia, foi entoado pelos(as) estudantes, aos pulos, o grito "ocupar e resistir", reproduzido nacionalmente em várias ocupações secundaristas. Estava oficialmente deliberado: a escola seria ocupada às 17h daquele dia.

A decisão de ocupar na sexta-feira foi uma estratégia para não haver enfrentamentos diretos logo no primeiro dia do movimento e os estudantes entendiam também que já havia alimentos suficientes para que todos passassem o fim de semana naquele espaço. Dessa forma, sendo inclusive instalado um chuveiro em um dos banheiros da escola, os(as) estudantes começaram a trazer suas coisas.

Portanto, considera-se que toda a organização e várias decisões importantes foram tomadas de maneira muito rápida, já que da aula de geografia à assembleia estudantil se passaram apenas três dias. Além disso, no esforço de rememorar tais acontecimentos e investigar a história da ocupação, percebemos que em nenhum momento, tanto o grupo inicial de dez estudantes, quanto aqueles que se somaram ao movimento- buscando ajudar de alguma forma, falaram oficialmente ou votaram pela ocupação. Se-

maiores discussões e consulta à sociedade, tornou-se também pauta de luta das ocupações..

**4** Tal projeto, pautado na defesa da neutralidade e imparcialidade dentro das escolas, buscando defender os alunos da suposta doutrinação de professores, têm sido alvo de críticas de vários movimentos de educação, destacando os seus riscos e a censura proposta, principalmente no que se refere à discussão de temas como gênero, política, homofobia, machismo e religião.

**5** É importante registrar que o professor de geografia não só iniciou a discussão, mas a fomentou, cedendo a sua aula para que os(as) estudantes pudessem refletir sobre e analisar a conjuntura que o país se encontrava naquele momento..

**6** Cartilha produzida pela página "O mal educado", relatando a experiência de estudantes do Chile e da Argentina e explicando como ocupar uma escola.

**7** No período matutino são ofertadas turmas de Ensino Médio e no turno vespertino, turmas de Ensino Fundamental II.

gundo uma das secundaristas, que presidiu a assembleia estudantil do dia 28 de outubro, na qual foi feita a deliberação pela ocupação, eles e elas sabiam que queriam ocupar e tocaram a organização para frente. *"Perderíamos a coragem se pensássemos demais. Não era necessário ficar debatendo se queríamos ou não, já estava inconscientemente decidido"* (Estudante A).

## 2. Aspectos gerais da "Ocupa"

Para fins de esclarecimento, é importante registrar como se deu a inserção dos autores desse relato no espaço da referida ocupação. Nesse sentido, nos momentos de organização e mobilização mencionados acima, os autores possuíam relação direta com a escola, visto que a autora realizava estágio supervisionado na mesma e o autor coordena um cursinho popular que faz uso da infraestrutura da instituição.

Dito isso, a aproximação de ambos com a movimentação ocorreu por volta de dois dias após a ocupação da escola. Inicialmente, houve a intenção de se aproximar dos(as) estudantes, conhecer a dinâmica da ocupação e ajudar no que fosse preciso. Nesse bojo, cabe mencionar que os(as) estudantes secundaristas foram muito receptivos(as), acolhendo efetivamente aqueles(as) que batiam à porta da escola para contribuir de qualquer maneira, pernoitando ou não naquele espaço.

Sendo assim, desde o terceiro dia de ocupação escolar, os autores passaram a pernoitar na escola e consideram que integraram-se à mesma, atuando, principalmente nos dias de ocupação total, como mediadores dos diálogos estabelecidos entre os(as) ocupantes e professores, membros da Superintendência Regional de Ensino e demais estudantes da escola.

Ademais, pode-se citar outras atividades realizadas pelos autores naquele espaço: arrecadação de doações e de dinheiro para a compra de suprimentos alimentícios; contato com educadores da universidade pública e de outras instituições municipais para auxiliar na organização diária da programação da ocupação; integração às comissões de limpeza, entre outras.

Destarte, considera-se que esse papel de mediação foi importante no processo de estabelecimento de diálogo entre as diferentes partes daquele contexto, já que as conversas em roda —realizadas no pátio da escola —apresentaram-se como espaços em que os atores envolvidos se ouviam (ou não), já que, em algumas vezes, não foram totalmente pacíficas.

Além desses espaços, houve conflitos de diferentes naturezas durante todo o percurso da ocupação, que não deve ser vista apenas como um movimento heroico e em geral, harmonioso. Tais conflitos foram de caráter prático: por exemplo, na execução de tarefas e divisão de trabalhos, que foram considerados fáceis de resolver, uma vez que os jovens lançaram mão de maturidade e real disposição para estarem ali; e conflitos nas relações entre professores específicos, estudantes que não participaram da ocupação e os(as) estudantes ocupantes, as quais foram se tensionando com o passar dos dias.

Cada estudante ocupante teve também seus conflitos subjetivos, sendo que em alguns momentos, tal fato ficou extremamente latente, pois a ocupação possibilitou àqueles(as) que estavam ali olhar para dentro de si individualmente e coletivamente— processo que não é fácil ou simples. Além das dificuldades inerentes à movimentação, como o fato de estar o tempo todo em um ambiente que não era nossa casa, os alimentos regrados e algumas vezes escassos, as retaliações midiáticas e institucionais, havia ainda, portanto, o "eu para comigo mesmo".

Portanto, os autores se inseriram no processo entre a organização dos(as) estudantes para a ocupação se consolidar (descrito anteriormente) e a posterior eclosão da ocupação total, apresentada a seguir. As falas relatadas resultam de conversas registradas durante e após a ocupação. Por fim, o relato que se segue é fruto da vivência dos autores e da maneira como procuraram relacionar-se com a escola, com seus estudos educacionais e para onde dirigiram seus olhares.

## 3. 19 Dias de Ocupação Total: Criando laços, resistindo e reexistindo

**Fig. 2:** Fachada da escola na manhã seguinte à ocupação.

Para garantir o fechamento dos portões e iniciar efetivamente a ocupação, às 17h de 28 de outubro de 2016 (sexta-feira), um grupo de estudantes pegou as chaves de vários espaços da escola. Haviam poucos professores e três funcionários na escola, mas não houve nenhum tipo de represália nesse momento. Além disso, às 16h do mesmo dia, foi criada então uma página no *Facebook*, visando garantir a divulgação das atividades nas redes sociais e solicitar alimentos e outras ações. Assim, quando a escola foi fechada, os alimentos e produtos de limpeza foram organizados no pátio de entrada e a cada dia a dispensa ficava mais cheia, devido ao esforço dos(as) estudantes.

Embora fosse um final de semana, os(as) estudantes se preocupavam em não deixar o tempo ocioso, buscando definir as atividades da programação. Logo no primeiro sábado, houve prática de ioga, oficina de teatro, confecção de cartazes e *slackline*[8]. A cozinha trabalhava a todo vapor, por meio do trabalho da comissão de alimentação, sendo que dois irmãos gêmeos de origem pernambucana se responsabilizaram pelas atividades e pelo revezamento dos auxiliares, tanto no momento de preparo das refeições quanto no momento de limpeza dos utensílios e lavagem da cozinha/refeitório. Dessa forma, tornou-se mais que um espaço de refeições, mas de sociabilidade e de

**8** Prática corporal realizada em uma fita estreita e flexível, tencionada em dois fixos, onde são realizados movimentos, buscando a harmonia entre corpo e mente. Disponível em: http://www.slackproof.com/o-que-e-slackline. Acesso em: 30 jul.17.

estreitamento dos vínculos afetivos.

Já que há no município uma feira livre às quartas-feiras e aos domingos, os(as) estudantes aproveitaram também esse espaço para a arrecadação dos alimentos. Além disso, estabeleceram outros dois dias ao longo de cada semana para a arrecadação em residências e no comércio, tanto de comidas quanto outras doações. Dessa forma, havia arrecadação em

**Fig. 3:** Alimentos arrecadados na feira livre do município em 31/10/16.

quatro dos sete dias de toda semana, como forma de garantir a permanência física e psicológica, principalmente.

O primeiro fim de semana prosseguiu sem muitas tensões, mas apesar de tudo estar correndo conforme os planos estabelecidos, havia uma apreensão sobre como seria na segunda-feira, quando todos(as) chegassem à escola. No domingo pela manhã, em meio a oficina de teatro proporcionada por uma professora da universidade federal do município, houve a visita surpresa do prefeito e de um vereador recém-eleitos do mesmo partido, que queriam conhecer a ocupação e apoiá-los "no que fosse preciso". Tais sujeitos olharam a estrutura da escola, disseram que fariam melhorias naquele espaço escolar, pediram por café, mas os(as) estudantes não se esforçaram para estabelecer diálogo, já que ficaram desconfiados e apreensivos. Entretanto, logo os políticos foram embora e durante os 50 dias de ocupação, não foram vistos mais e não foi estabelecido nenhum outro tipo de contato.

A partir das 6h30min da segunda-feira, 31 de outubro de 2016, uma série de enfrentamentos foi iniciada, permanecendo até o último momento da ocupação escolar. Tais enfrentamentos envolviam diferentes sujeitos: representantes do Estado (instâncias regionais e estaduais responsáveis pela supervisão e orientação das escolas do município), professores, equipe gestora da instituição, funcionários, família, imprensa e a comunidade em geral.

Tais enfrentamentos se resumiam principalmente à necessidade de convencimento e reafirmação — frente a esses grupos de pessoas —da legitimidade das pautas defendidas e da própria ocupação em si. Nesse bojo, na própria segunda-feira, duas estudantes foram submetidas a mais de cinco horas de reuniões fechadas, primeiramente com todos os professores da escola e em seguida com uma representante regional de ensino, em conjunto com a supervisora pedagógica da instituição.

Nessa primeira reunião, os(as) demais ocupantes não aceitaram que houvesse a participação somente das duas estudantes específicas, consideradas pela supervisora como líderes, embora fosse reafirmado a horizontalidade do movimento e a ausência de lideranças fixas. Sendo assim, em um determinado momento da reunião que estava ocorrendo na sala dos professores, cerca de dez estudantes adentraram o espaço, justificando que a ocupação era organizada de maneira horizontal e que não havia lideranças, enfrentando a insistência por parte dos demais de que era necessário dialogar somente com "as líderes". Além disso, nesse mesmo espaço, os(as) estudantes foram acusados de serem "vândalos", "invasores", sendo inclusive chamados de "débeis mentais" por um secretário da escola, que afirmou que "após aquela palhaçada acabar, cada um iria voltar para sua vidinha".

Entende-se que, nesses espaços de conflito entre gerações e de tentativa de reprodução da hierarquia presente cotidianamente na escola, os(as) estudantes apenas reforçavam as convicções e pautas que haviam sido reafirmadas na assembleia estudantil, o que estava exposto nos cartazes e o que estava sendo divulgado na página da ocupação na rede social: a conjuntura política, a necessidade de lutar, a organização em comissões e a horizontalidade do movimento.

Dessa forma, a primeira reunião foi finalizada para cessar a tensão, mas logo em seguida começou outra, contando com a participação de uma representante regional de ensino, que recebeu uma ligação "emergencial". Após muita insistência, foi deliberado que quatro estudantes e não somente as duas "líderes" participariam, sendo feita uma série de questionamentos para os(as) estudantes a respeito de diversas temáticas: ponto de professores, contrato de professores substitutos, reposição do calendário escolar, as "despesas do Estado" com a ocupação, entre outras. Entende-se que os(as) estudantes não tinham as respostas, nem deveriam tê-las, mas os responsáveis por debater os questionamentos não recuaram, sendo a reunião encerrada após uma das estudantes ter uma crise de choro e se retirar.

Nos demais dias, enquanto uma programação rica e diversa de atividades acontecia no pátio, contando com a presença de vários educadores do município, principalmente professores universitários, vários estudantes eram forçados a se retirar destas para que pudessem apresentar as justificativas do movimento para os grupos citados acima, o que acabava dispersando também aqueles estudantes não-ocupantes, que eram convidados a participar da programação.

Dia após dia, a cada manhã ou tarde, havia esse tipo de enfrentamento. Era preciso resistência em seu mais puro significado. Conforme era percebido que não iria haver recuos e que os(as) estudantes iriam manter a ocupação total da escola, com a suspensão das aulas, a própria superintendente de ensino foi enviada para falar com os(as) estudantes.

De uma forma que não é possível descrever minuciosamente, devido ao seu caráter subjetivo e ao autoritarismo vivenciado por nós, tais encontros, vigílias e outros problemas nas madrugadas constituíram um espaço extremamente conflituoso. Sendo assim, tal espaço marcou psicologicamente a todos que ali se encontravam na ocupação, sendo necessário inclusive a intervenção e a contribuição de uma psicóloga e professora universitária, responsável por realizar conversações para proteger a saúde mental dos sujeitos.

Mesmo com todas essas tensões, quando a escola se esvaziava no fim de cada período letivo, outro espaço existia. Não havia choro. Havia dança e jogos. As assembleias estudantis ocorriam sem gritos e os(as) estudantes não eram acusados de estarem cometendo crimes.

Era facilmente visível que existia uma dificuldade enorme por parte daqueles que estavam de fora da ocupação em compreender a horizontalidade da mesma, fato que se materializava em diversos momentos – desde quando queriam achar "uma líder" para apontar e culpar, até quando a responsável pela gestão regional fazia tentativas frustradas de interromper a fala estudantil. Nesse bojo, pode-se citar também momentos em que os(as) estudantes foram "convocados" para comparecer na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), no Fórum ou na sede de um partido político.

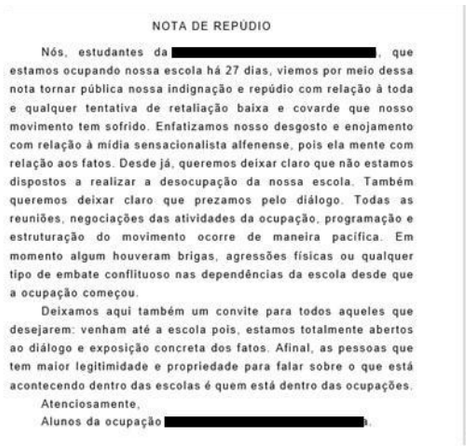
Ademais, um oficial de justiça bateu à porta da escola em uma tarde da primeira semana de ocupação dizendo que o juiz queria falar com eles(as), determinando um dia e horário para comparecerem ao fórum da cidade. Contudo, obteve a resposta de que se o juiz quisesse conversar sobre a ocupação, ele deveria ir até a escola. E respondiam assim a todos que os chamavam.

Dessa forma, entende-se que na ocupação existiu a todo momento uma linha muito tênue entre o que poderia se tornar um desafio e um momento de paz, como até mesmo dormir, por exemplo. Dormir de maneira tranquila e saudável era um desafio, já que a escola aparecia como um ambiente estranho, por mais que aquele espaço parecesse familiar antes da ocupação. Além das rondas periódicas durante a madrugada para garantir a segurança dos(as) envolvidos(as), eram realizadas assembleias ao final de cada dia, bem como uma série de outras atividades para manter a ocupação existindo e resistindo, fazendo com que dormissem mal ou que o sono sempre fosse interrompido. Porém, apesar de todo e qualquer problema, às 6h de segunda a sexta-feira, todos os secundaristas estavam de pé, sendo essas situações encaradas como oportunidades de desenvolverem maior disposição para a luta coletiva.

Houve também situações específicas de alto risco, em que as pessoas responsáveis pelas rondas emitiram alertas para que todos se levantassem, como por exemplo, quando um posto de gasolina localizado ao lado da escola foi assaltado e os indivíduos que cometeram o ato delituoso ficaram rondando os muros da escola por um longo tempo depois, portando armas de fogo. Ninguém dormiu aquela noite. Além dessa situação, pedras e objetos pequenos eram arremessados às janelas enquanto todos dormiam, havia ameaças de pessoas que passavam pelos portões da escola de madrugada, chutando os mesmos, vociferando frases de ameaça e repulsa. Portanto, tudo era capaz de amedrontar aqueles sujeitos que ali estavam.

Contando os finais de semana, foram 19 dias de ocupação completa da escola, na qual os(as) estudantes se esforçaram arduamente para manter os portões fechados e as atividades totalmente paralisadas, mesmo que houvessem represálias de diferentes natureza, agindo tanto na escola quanto externamente, inclusive no âmbito familiar. Nesse contexto, cabe mencionar que uma estudante chegou a sofrer agressões severas de seu pai, devido ao fato de estar na ocupação, e que após o final desta, conforme nos foi relatado, uma outra estudante foi proibida de sair de sua casa por meses devido à sua participação, embora seus responsáveis tivessem autorizado formalmente no início do movimento.

Não bastasse tanta pressão, determinados representantes de canais da imprensa municipal tomaram atitudes extremamente negativas, publicando notícias falsas sobre todas as ocupações que ocorreriam na cidade. Tal fato contribuiu muito para negativar a imagem das ocupações, sendo um fator chave para se compreender a forma como a opinião pública em geral se constituiu em relação do movimento. Nesse sentido, foi feita a publicação nas redes sociais de uma nota de repúdio, apresentada abaixo, reforçando a indignação dos estudantes da ocupação com a mídia local e reafirmando suas pautas e a organização do movimento.



NOTA DE REPÚDIO

Nós, estudantes da [redacted], que estamos ocupando nossa escola há 27 dias, viemos por meio dessa nota tornar pública nossa indignação e repúdio com relação à toda e qualquer tentativa de retaliação baixa e covarde que nosso movimento tem sofrido. Enfatizamos nosso desgosto e enojamento com relação à mídia sensacionalista alfenense, pois ela mente com relação aos fatos. Desde já, queremos deixar claro que não estamos dispostos a realizar a desocupação da nossa escola. Também queremos deixar claro que prezamos pelo diálogo. Todas as reuniões, negociações das atividades da ocupação, programação e estruturação do movimento ocorre de maneira pacífica. Em momento algum houveram brigas, agressões físicas ou qualquer tipo de embate conflituoso nas dependências da escola desde que a ocupação começou.

Deixamos aqui também um convite para todos aqueles que desejarem: venham até a escola pois, estamos totalmente abertos ao diálogo e exposição concreta dos fatos. Afinal, as pessoas que tem maior legitimidade e propriedade para falar sobre o que está acontecendo dentro das escolas é quem está dentro das ocupações.

Atenciosamente,

Alunos da ocupação [redacted].

**Fig. 4:** Nota de Repúdio publicada pelos estudantes.

Entretanto, a convivência intensa e marcante naquela situação atípica como um todo, fez com que os sujeitos que se encontravam naquele espaço criassem uma rede de apoio e se conhecessem intensamente: as histórias de vida, os anseios e as dificuldades familiares do próximo. Dessa forma, promoveram um forte movimento de protesto frente à própria instituição

escolar, extremamente organizado e articulado, já que a maioria dos estudantes ocupantes da escola vinham de bairros periféricos da cidade, considerados pobres e violentos. Ademais, alguns eram, inclusive, jovens subjugados e carregados de estereótipos no próprio cotidiano escolar, vistos como "alunos-problema".

Nos dias de ocupação, promoveram para si e para o outro ao seu lado a ressignificação do espaço escolar, sendo o afeto um fator essencial para as relações que foram construídas durante a ocupação e determinante para a manutenção e permanência/resistência naquele espaço. Tal fato foi comprovado, ao ouvirmos, nas palavras de uma estudante que *"Seguramos 50 dias porque tínhamos uns aos outros. Aos olhos de alguns, isso não era nada, porém para nós, esse foi o nosso tudo"* (Estudante A).

## 4. Da ocupação parcial à desocupação

Após o feriado de 15 de novembro, a escola foi reaberta para a retomada de aulas regulares, resultado principalmente da pressão feita pelas instâncias regional e estadual de ensino. De forma pouco democrática, impuseram que tais aulas deveriam acontecer de maneira concomitante à ocupação para que o movimento pudesse continuar.

Ademais, foi acordado com a gestão da escola que todos(as) os(as) estudantes da escola poderiam e deveriam ser incentivados pelos professores a participar das atividades da "ocupa", e que aqueles que optassem por participar não sofreriam prejuízos, perseguição ou assédio moral por tal escolha. Entretanto, após a reabertura da escola, tais acordos foram sendo sistematicamente quebrados por parte da equipe gestora e pelos professores da escola.

Dia após dia, tais atores minavam o acesso dos ocupantes aos espaços da escola com recados e proibições, sendo que alguns docentes, além de não liberarem os(as) estudantes para participar das aulas "não-regulares", desmotivavam os(as) mesmos(as) e até permitiam que ficassem ociosos em sala de aula para motivar a não participação na programação da ocupação.

Nesse sentido, foi registrado por meio de fotos e vídeos, estudantes riscando o quadro, desenhando, mexendo em seus celulares durante a manhã toda, tanto na presença quanto na ausência de professor em sala de aula. Enquanto isso, no pátio, os(as) estudantes que ocupavam a escola promoviam uma série de atividades. Destarte, tal ociosidade foi registrada pelos(as) ocupantes e posteriormente exposta à instância regional de ensino, que não mostrou reação alguma diante do fato.

Após a reabertura dos portões da escola, os(as) secundaristas organizaram "aulões" e debates políticos, com o objetivo de que as pessoas que não estavam na ocupação pudessem compreender a PEC 241/55, a MP 746 e o chamado projeto "Escola sem Partido". Nesses espaços, vários discentes e docentes da universidade pública do município, membros da OAB-Alfenas e pessoas vinculadas a outras universidades e instituições de ensino, estiveram na escola para dialogar sobre uma série de temáticas, incluindo pautas democráticas. Porém, parecia não haver o mínimo de esforço especialmente por parte dos professores em entender e legitimar a causa.

**Fig. 5:** "Aulão" sobre a MP 746 (Reforma do Ensino Médio)

Além disso, em vários momentos os(as) estudantes ocupantes questionaram o fato de que, ao serem votadas paralisações ou greves, não eram consultados e convidados a participarem da luta da classe docente, oportunidade para todos se unirem e lutarem por um bem maior. Entretanto, vários(as) docentes da escola alegavam que o sindicato estadual dos profissionais em educação não havia veiculado posicionamento oficial em relação às ocupações estudantis e por esse motivo, não se posicionariam.

Conforme vivenciado, os(as) secundaristas organizaram a ocupação de maneira rápida, inteligente e estratégica, sem contarem com nenhum tipo de representação ou organização sindical. Destarte, quando se analisa esse cenário, é possível questionar sobre o papel do sindicalismo e o papel individual assumido pelos membros sindicalizados. Ainda que o sindicato dos professores estivesse sendo omisso (e foi até o fim), cada professor, por escolha individual, poderia ter declarado e materializado seu apoio, sendo perceptível —salvo exceções a serem valorizadas —que a maioria preferia se colocar em uma posição passiva de observação dos fatos.

Além disso, destaca-se a posição da instância regional de ensino, que após garantir o consenso para a volta das atividades letivas, não apresentou nenhum tipo de orientação pedagógica à equipe gestora acerca de questões burocráticas, como as reposições de aulas e dos conteúdos para os(as) ocupantes, as formas de avaliação que seriam consideradas legais pelo órgão, entre outros elementos. Nesse sentido, além de serem enviados e-mails solicitando a presença da equipe dessa instituição, foi apresentado um documento formal pelos(as) ocupantes com solicitações para a resolução dessas questões, que não foi respondido. Tal documento apresentou também algumas demandas estruturais da escola: a necessidade de dedetização do espaço, disponibilização de informações sobre recursos financeiros destinados à construção da cobertura da quadra esportiva, pintura e outras melhorias, considerando a situação de precariedade da referida escola.

Soma-se a essas situações, o fato de que determinados professores começaram a descumprir o acordo estabelecido entre os(as) ocupantes e a gestão da escola: estes(as) não seriam prejudicados(as) pela sua escolha de estar fora de sala de aula em horário letivo. Pelo contrário, trabalhos e provas foram

aplicados sem que houvesse a possibilidade de serem repetidos e que eram utilizados como únicos instrumentos de avaliação, comprometendo inicialmente a obtenção de nota pelos(as) estudantes que se encontravam na ocupação, e não em sala de aula.

Apesar desses impasses com relação ao desapoio da equipe escolar e a dispersão dos(as) estudantes não ocupantes, os(as) secundaristas que moravam temporariamente na escola, se esforçavam para que todos(as) presentes no espaço escolar em horário letivo não ficassem ociosos(as), incluindo estudantes do Ensino Fundamental II.

Em inúmeras ocasiões, os participantes se dividiam em pequenos grupos para chamar aqueles que estivessem sentados do lado de fora, inclusive professores e funcionários. Sendo assim, nesse período de ocupação parcial, a escola passou a ser frequentado por um número grande de estudantes. Ademais, o contato estabelecido com alguns destes, possibilitou-nos concluir que, embora muitos desejassem participar da ocupação, sofriam ameaças por parte da família e de professores específicos.

Nesse contexto, quer fosse para dormir na escola ou para acompanhar a programação no horário letivo, a falta de apoio familiar e institucional, aliada à maneira como a mídia local e nacional vinha retratando o movimento, tirou muitos(as) desses(as) jovens da ocupação, o que poderia contribuir para o seu fortalecimento e resistência.

As tentativas de dialogar com professores, membros da equipe gestora da escola e com a instância regional de ensino foram sem sucesso. Portanto, essa série de descontentamentos por parte dos(as) ocupantes e o descumprimento de acordos culminaram no trancamento da escola, contando com a participação de mais de 50 estudantes, organizados para tal.

Tais estudantes dividiram-se para patrulhar possíveis pontos de acesso da escola, ficar no portão se comunicando com os(as) que estivessem do lado de fora e para registrar o trancamento com gravações, fotos e áudios em pontos estratégicos da escola. Aqueles(as) estudantes que apoiavam o trancamento, foram orientados(as) a entrarem na escola pelo portão lateral da quadra para não serem vistos(as). Além disso, em determinado ponto das negociações, foi permitido ao diretor adentrar a escola para contatar a responsável pela gestão regional de ensino, sendo exigida a presença da mesma para que as questões fossem resolvidas.

A ação, que representou uma atitude mais radical, chamou a atenção da mídia local e da comunidade externa, mas principalmente gerou a insatisfação daqueles(as) que se mostravam contra o movimento. Sendo assim, após tratados e negociação, os portões foram abertos e as aulas reiniciadas, sem haver conflitos mais abertos.

Cabe salientar, entretanto, que nas demais escolas ocupadas do município, na mesma semana, também foram feitos "trancaços", marcados por uma atuação policial incisiva e truculenta, que invadiu as instituições e chegou a utilizar bombas de gás lacrimogênio e gás de pimenta contra os(as) ocupantes- além de retaliações das equipes gestoras e agressões físicas a familiares e estudantes que participavam ativamente do movimento.

Nesse contexto, o contato com as outras escolas ocupadas foi um ponto importante de apoio e consolidação da luta secundarista no município. Reuniões com representantes de cada escola ocupada foram periodicamente marcadas, havendo rodízio entre as escolas para sediá-las. Tais ações permitiram o estreitamento dos vínculos, a troca de experiências e a proposição de estratégias e planos em conjunto, como a divulgação de uma nota de repúdio, um ato público no centro da cidade e os trancamentos. Ademais, as escolas doavam alimentos entre umas para as outras, partilhando toda a bagagem material, afora a imaterial, que vinham adquirindo ao longo de cada ocupação.

Com a tramitação e posterior aprovação da PEC 55 no Senado Federal, que representou uma derrota para os movimentos em geral, os(as) ocupantes buscaram articular a desocupação do espaço. Entendiam que havia sido garantido os meios burocráticos para a avaliação das atividades da ocupação, por meio de um relatório descritivo dos acontecimentos, e que o desgaste físico e psicológico era significativo, após mais de 50 dias de ocupação, de negociações e conflitos.

Por fim, após 54 dias de ocupação, foi feita a desocupação. Porém, entende-se que a história pessoal dos(as) envolvidos(as), da própria instituição e do município, serão marcadas por essa experiência singular, com todas as suas crises, contradições e enriquecimentos, apresentados de forma resumida, nesse relato, como forma de registro histórico.

## A coexistência entre dois modelos de educação escolar

Considerando os fatos acima relatados, entende-se que, principalmente durante esses mais de 30 dias de ocupação parcial, havia sob o espaço da instituição a coexistência simultânea entre dois modelos de educação escolar. Dessa forma, buscar-se-á nesse tópico ensaiar algumas considerações teóricas que permitam compreender a singular experiência formativa, vivenciada por estes estudantes secundaristas.

Segundo Alonso (2009), a virada para o século XXI- com o avanço das políticas neoliberais e com outras transformações políticas, sociais e econômicas- trouxe problemáticas novas para se compreender os movimentos sociais. Surge então a necessidade de interpretação a partir de novos referenciais, devido principalmente ao caráter simbólico desses, à dimensão global do ativismo contemporâneo, às inovações políticas na participação e nas experiências de democracia deliberativa.

Nesse contexto, Gohn (2011) traça um panorama sobre os movimentos sociais latino-americanos, direcionando o olhar especialmente aos movimentos sociais do Brasil contemporâneo. Segundo a autora, referindo à dimensão educativa destes,

> *"Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradores de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social (...)".* (GOHN, 2011, p.333)

Dentre os movimentos listados, Gohn (2011) destaca o movimento estudantil e as lutas pela melhoria da qualidade do ensino e contra as reformas da educação, ocorridas no Chile e no Brasil nas últimas décadas. Tal como afirma Bringel (2012), esse movimento traz alguns elementos próximos aos demais movimentos sociais, mas apresenta especificidades e características, que nos permitem pensar a própria ocupação descrita. Pode-se destacar que a ocupação tinha um objetivo específico de curto prazo, que se referia aos questionamentos e disputas contra as medidas governamentais que vinham tramitando à época, que impactavam principalmente a qualidade da educação pública brasileira; o caráter não institucionalizado do movimento, marcado também por suas dinâmicas organizativas e mobilizatórias, tais como a realização das assembleias, a horizontalidade (ausência de líderes definidos) das decisões e a utilização das ferramentas de comunicação, como as redes sociais.

Todavia, embora consideremos que o movimento de ocupações secundaristas esteja permeado de características inerentes ao movimento estudantil, essas precisam ser analisadas sob outra ótica. A ocupação relatada integrou um movimento em larga escala, em que centenas de escolas do Brasil foram também ocupadas, trazendo assim configurações e dinâmicas novas aos movimentos estudantis e para o próprio campo da Educação, mencionadas a seguir.

Dito isso, conforme apresentado na ainda escassa literatura sobre as ocupações estudantis secundaristas ocorridas nos últimos anos no Brasil, entende-se que esses movimentos estudantis têm colocado em cheque o modelo de educação escolar hegemônico, problematizando uma série de elementos da cultura escolar (currículo, organização, espaço, gestão) e evidenciando a crise na própria relação da juventude com a escola.

Segundo Dayrell e Carrano (2014), tomando os estudos da sociologia da juventude, a instituição escolar têm enfrentado desafios cotidianos que envolvem os diversos atores (professores, estudantes, gestores, funcionários, familiares e comunidade). No centro desse complexo movimento, destacam-se os jovens estudantes, sujeitos do processo educativo que precisam ser reconhecidos em sua diversidade de experiências, saberes e identidades culturais.

Entretanto,

> *"(...) É uma tendência da escola não considerar o jovem como interlocutor válido na hora da tomada de decisões importantes para a instituição. Muitas vezes, ele não é chamado para emitir opiniões e interferir até mesmo nas questões que dizem respeito a ele, diretamente".* (DAYRELL & CARRANO, 2014, p.106)

Percebe-se assim a dificuldade da instituição em estimular e muitas vezes compreender a participação e o protagonismo desse público, sendo levantados uma série de estereótipos, que fortalecem uma imagem negativa acerca da juventude, entendida como um período problemático da vida. Nesse sentido, os autores ressaltam a importância de se considerar os jovens a partir de um novo olhar, enquanto sujeito de direitos, reconhecendo também as suas potencialidades, possibilidades e necessidades, a serem levadas em conta pelas políticas públicas e instituições, como a escola.

Logo, fica evidente a necessidade de reconhecer que a juventude pode e deve ser dotada de autonomia. Ademais, essa percepção negativa acerca dos jovens, vistos como irresponsáveis e até ignorantes políticos, foi um ponto que forçou uma necessidade diária de comprovação da legitimidade das ocupações diante dos demais adultos que estiveram naquele espaço escolar.

Para os autores, as manifestações de junho de 2013, ocorridas em vários estados do Brasil e conhecidas como "Jornadas de Junho", apresentaram-se como um impulso de destaque a respeito da capacidade de atuação política dos jovens brasileiros, como sujeitos mobilizados, críticos, conscientes e participantes. Sendo assim, a participação aparece como uma questão importante na formação dos jovens, já que, em suas palavras,

> *"(...) Ela envolve o que se pode denominar de formação teórica para a vida cidadã - aprendizagem de valores, conteúdos cívicos e históricos da democracia, regras institucionais etc.- e, também, a criação de espaços e tempos para a experimentação cotidiana do exercício da participação democrática na própria instituição escolar e em outros espaços públicos (...)".* (DAYRELL & CARRANO, 2014, p.120)

Contudo, a partir dos depoimentos e das vivências informadas pelos estudantes durante a ocupação, entende-se que a escola não representava um espaço de exercício efetivo da cidadania e de formação democrática, na medida em que as decisões eram tomadas de maneira hierarquizada, não envolvendo a participação ativa destes(as), inclusive na deflagração de greves ou paralisações por parte de professores, que afetavam diretamente o calendário anual.

Portanto, a ocupação parece ter se consolidado, mesmo que em um marco temporal relativamente curto, como um espaço de "experiência participativa" (DAYRELL & CARRANO, 2014, p.121) desse público. As oficinas, atividades e passeatas não envolviam apenas a dimensão formativa, tradicionalmente marcada pela transmissão unilateral de conteúdos, mas apresentaram-se como uma experiência educativa e política, na qual os(as) estudantes foram os protagonistas na construção de suas pautas, projetos e ações, tomadas conjuntamente. Conforme apresentam os autores,

> *"Nesse sentido, a participação pode ser entendida como um processo educativo que potencializa os processos de aprendizagem no interior da escola. E, da mesma forma, pode contribuir para a constituição de amplos processos formativos".* (DAYRELL & CARRANO, 2014, p.121)

Ademais, desenvolveram no espaço habilidades discursivas, de convivência, de respeito às diferenças, estimulando também novas aprendizagens. Portanto,

levando em conta as discussões de Dayrell e Carrano (2014, p.123), questionava-se a capacidade do modelo hegemônico de educação escolar de possibilitar tempos, espaços e relações de qualidade, contribuindo para a experimentação e desenvolvimento das potencialidades desses jovens, tanto na dimensão social quanto subjetiva.

Reconhecendo a juventude enquanto uma categoria histórica e socialmente produzida, que relaciona-se aos campos simbólicos e culturais e aos condicionantes econômicos e sociais que estruturam as sociedades, entende-se também que é preciso, por parte da instituição escolar e do seu corpo docente, a compreensão do perfil social, cultural e afetivo dos jovens, buscando conhecê-los sob essas dimensões. No caso dos estudantes da referida escola periférica, a maioria era oriunda de uma condição social marginalizada, experenciando a condição juvenil a partir de um leque limitado de oportunidades, levando para a escola as contradições e conflitos da sociedade brasileira excludente e impondo desafios à instituição, percebidos e vivenciados nos dias em que a ocupação ocorreu.

Acrescenta-se ainda que, nas palavras de Maia (1998):

> *"A realidade escolar que vigora atualmente no Brasil, no bojo das 'modificações' econômico-sociais que ocorrem mundialmente e em acordo com elas, persiste sendo profundamente antidemocrática e excludente. (...) A escola brasileira não tem sido capaz de cumprir seu papel em uma sociedade desigual, qual seja, o de 'ir contra a corrente', resistir ao processo de progressivo fechamento das brechas que permitem fazer avançar o processo democrático, mantendo uma ordem social bárbara".* (MAIA, 1998. p. 24)

Dessa forma, para além do ensino da lista de conteúdos prescritos nos currículos formais, a meta prioritária das instituições escolares, segundo Dayrrel e Carrano (2014, p.27), seria propiciar espaços-tempos educativos e promover processos de aprendizagem para que os sujeitos reconheçam a si mesmos e aos outros. Além da formação técnica, configurar práticas que contribuam para a construção de identidade e projetos de vida dos jovens, como sujeitos de direitos e de autonomia.

Tal "postura de escuta" (DAYRELL & CARRANO, 2014, p.128), constitui um desafio, na medida em que implica assumir a própria identidade e entrar na relação com esse jovem, que apresenta sentidos, significados distintos dos sujeitos adultos e das instituições, gerando uma série de conflitos, como aqueles vivenciados nos dias da ocupação. Para os autores,

> *"A compreensão dos processos de socialização contemporânea dos jovens, o reconhecimento dos entraves para a vivência do ciclo de vida e a entrada na vida adulta, bem como o reconhecimento de experiências positivas, saberes, culturas e possibilidades de ação, podem contribuir para o diálogo inter-geracional no cotidiano escolar".* (DAYRELL & CARRANO, 2014, p.127)

Nesse sentido, reconhece-se que em uma sociedade cada vez mais individualista, a ocupação se configurou também como um espaço de empatia e de democracia, onde perceberam, reconheceram e respeitaram o outro, em suas diferenças – apesar de todos os conflitos já descritos. Portanto, o espaço escolar representa também um espaço importante de sociabilidade e de estabelecimento de relações afetivas e simbólicas, sendo ressignificado pelos(as) ocupantes, contribuindo inclusive para o autorreconhecimento e para a própria constituição da identidade.

Além do espaço, a ocupação vivenciou uma reinvenção da própria organização temporal da escola, marcada pela divisão e exigência da temporalidade e que continuava sendo vivenciada pelos estudantes não-ocupantes. Destarte, entende-se que a noção de cultura escolar, que tem trazido contribuições importantes para se estudar o espaço interno e o cotidiano das práticas escolares no campo da pesquisa da educação escolar, permite algumas problematizações.

Em torno da centralidade dessa categoria, vários objetos de pesquisa têm sido investigados, relacionadas ao interesse em conhecer e compreender as práticas culturais produzidas e reproduzidas nos espaços escolares por parte dos sujeitos que ali ocupam, levando em conta também a relação dialética entre sociedade e escola. Nessas discussões, há por parte de alguns autores, o esforço em atentar-se para as características e modos de vida internas que particularizam a instituição escolar e que estão relacionados às dimensões materiais e aos significados simbólicos.

Considerando as diferentes formas que a categoria tem sido utilizada no campo educacional, segundo Gonçalves e Filho (2010, s/p), a cultura escolar pode ser definida como,

> *"Forma como são representados e articulados pelos sujeitos escolares os modos e as categorias escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores produzidos/transmitidos/aprendidos na escola, a materialidade e os métodos escolares".*

Entre os elementos da cultura escolar, podem-se destacar os discursos e as linguagens, os próprios conteúdos do currículo e as práticas pedagógicas dos professores, reproduzidas e produzidas na escola cotidianamente. Entretanto, entendendo que as práticas educativas envolvem elementos culturais e a instituição escolar aparece como um espaço por excelência de disputa e de poder, é preciso atentar-se também para as formas de resistência mobilizadas nas práticas pelos sujeitos escolares aos processos de dominação, principalmente em condições de ruptura ou crise social.

Pensando na ocupação, podemos destacar algumas práticas mobilizadas, que colocaram em cheque o próprio currículo, a gestão escolar e as interações (relações afetivas) professor-aluno e aluno-aluno. No que diz respeito ao currículo, por exemplo, temas como racismo e preconceito, papéis de gênero, machismo, feminismo, educação ambiental, conjuntura política, entre outros, eram constantemente incluídos

como centrais do movimento. Além disso, foi incluída uma série de atividades de caráter lúdico, para movimentar o corpo e a mente: música, pintura, artes, teatro, hip hop, ioga, pilates, além de atividades esportivas. Impossível não confrontar esses dois modelos que coexistiram diante de nossos olhos e pensando nas palavras de Thiesen (2008, p.552):

> *"A escola enquanto lugar legítimo de aprendizagem, produção e reconstrução do conhecimento (...) deve ser construída de maneira que seja um ambiente de vida e ao mesmo tempo um instrumento de acesso ao sujeito à autonomia. Não possui um fim em si mesma. Ela deve constituir-se como processo de vivência e não de preparação para a vida. Por isso, sua organização curricular, pedagógica e didática deve considerar a pluralidade de vozes, concepções, experiências, ritmos, culturas, interesses. A escola deve conter em si a expressão da convivialidade humana, considerando toda a sua complexidade".*

Perguntamo-nos: qual dos dois modelos que vimos coexistir se aproximam das palavras do autor acima?

Assim, tais atividades formativas organizadas pela ocupação, ocorriam sempre de maneira dialogada, utilizando-se de recursos diversificados, que não eram necessariamente caros ou inacessíveis. Do outro lado da escola, entretanto, aulas consideradas tradicionais ocorriam dentro das salas de aula, reproduzindo um modelo que muitas vezes não dá conta dos anseios da juventude.

No que diz respeito à gestão estudantil, promoveu-se uma gestão coletiva e não hierarquizada, que incentivava a autonomia dos sujeitos e que contribuía para a coexistência democrática com as aulas regulares e com os(as) estudantes não-ocupantes. As decisões a serem tomadas eram decididas em assembleia, de modo que eram feitas tentativas de discussão e solução coletivas para todos e quaisquer problemas – com relação à estrutura, à programação, à alimentação ou problemas com os(as) próprios(as) ocupantes.

Entende-se que isso confrontou os demais atores escolares em vários sentidos, principalmente no que se refere às tentativas fracassadas de se apontar um estudante para se culpar. Assim, frente a essa organização horizontalizada e democrática, distinta do próprio modelo hegemônico de gestão escolar, tais sujeitos lidaram com uma série de questionamentos sobre os seus próprios métodos, seja por si mesmos ou pelos(as) estudantes.

Por fim, o terceiro aspecto que mais se destacou nesse período, principalmente durante a ocupação parcial, em que esses dois modelos de escola coexistiam e eram vivenciados por todos(os) os(as) envolvidos(as), foi a maneira com que foram construídas as relações entre as pessoas que se encontravam naquele espaço: importávamos uns com os outros. Os problemas de um eram problemas de todos. Dessa forma, a partilha da convivência trouxe também a partilha de problemas e realidades, e tudo culminou em uma relação íntima e intersubjetiva que se mostrou fundamental para a ocupação ter decorrido de maneira forte, intensa e árdua, mas sobretudo de maneira leve.

Na ocupação, nos foi possibilitado, como educador e educadora, vivenciar uma forma muito próxima e comprometida de relação educacional. O afeto, vínculo constituído cotidianamente diante da convivência, dos problemas e da subjetividade de cada um, nos permitiu refletir na sua centralidade para a forma com que nos colocamos nas relações ensino-aprendizagem e para nos posicionarmos diante de enfrentamentos e de problemas. Conforme apresenta Souza (2012, p.05),

> *"Os afetos são produzidos pela experiência da compreensão. Viver os afetos perto impulsiona à ação." Ver perto é sentir em sua intensidade o afeto e não apenas carregar esse afeto em seu ser. "Ver perto nos permite ver longe. Ver longe não é ver de longe, ver longe é ampliar a visão".*

A ocupação tinha um objetivo principal: lutar pela não aprovação da PEC. Embora tal objetivo não tenha sido atingido, os outros ganhos de experiências e de vivências naquele espaço nos permitem, mesmo que momentaneamente, sentir vitoriosos; além de se constituírem como um complexo objeto de estudo, devido à riqueza dos elementos citados acima e de outros.

Cada uma das mais de 1000 escolas que foram ocupadas por todo o país teve suas peculiaridades e questões. Porém, o que cada uma tinha em comum era um mesmo ideal: a voz dos estudantes sempre clamou por ser entoada e propagada e no seio das ocupações, e foi!

Um modelo de escola que muitas vezes é considerado idealizado em vários estudos acadêmicos no campo da Educação, foi concretizado ou teve a possibilidade real de se concretizar no espaço das ocupações. Por isso, consideramos que era necessário registrar e propagar essa história, entendendo a contribuição dessas reflexões para a nossa futura prática docente.

Que tipo de escola queremos construir? O que as ocupações deixam para nós? Enquanto (futuros) educadores, nossa prática docente se pautará em quais elementos? A resposta é ambígua e incerta, mas a movimentação desses jovens nos diz que algo deve ser feito e abre espaços para algumas possibilidades, na medida em que podemos avançar na direção de não sermos coniventes com a escola posta atualmente, que não atende às demandas da juventude.

Ademais, não podemos contribuir para o processo que a secundarista Ana Júlia Ribeiro[9], classifica como "desesperador", quando questionada em uma entrevista ao nosso grupo de estudos[10], sobre como é voltar para a escola depois que a ocupação se passou e que não houveram grandes mudanças. Em suas palavras, *"É desesperador. É desesperador ver o que a escola é em vista do que ela poderia ser".*

**9** A secundarista, então com 16 anos, ficou nacionalmente conhecida por um discurso feito aos deputados estaduais, na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) em Curitiba, em outubro de 2016, defendendo a legitimidade das ocupações no estado.

**10** Durante uma reunião do "Grupo de Estudos sobre a Juventude de Alfenas/MG", em junho de 2017, coordenado pelo Prof. Dr. Luís Antônio Groppo, Ana Júlia foi entrevistada, via Skype, relatando as experiências nas ocupações paranaenses e após o término destas.

## Referências bibliográficas


ALONSO, Angela. (2009), "As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate". *Lua Nova*, 76, 49-76.

BRINGEL, Breno. (2012), "Ciclo de Protestos e Lutas Estudantis no Brasil". *Revista Perspectiva Histórica*, 2, 2: 29-43.

CATINI, Carolina de Roig & MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. (2016), "Escolas de luta, educação política". *Educ. Soc. Campinas*, 37, 137: 1177-1202.

CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. (2016), ""Ocupar e Resistir": A Insurreição dos Estudantes Paulistas". *Educ. Soc. Campinas,* 37, 137: 1159-1176.

DAYRELL, Juarez & CARRANO, Paulo. (2014), "Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola?", in J. Dayrell; P. Carrano; C.L. Maia (orgs.), *Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo*, Belo Horizonte, ED. UFMG.

FILHO, L.M. Faria & GONÇALVES, I.A. (2010), "Cultura escolar", in D.A. Oliveira; A.M.C. Duarte; L.M.F. Vieira (orgs.), *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*, Belo Horizonte, UFMG/Faculdade de Educação.

GOHN, Maria da Glória. (2011), "Movimentos sociais na contemporaneidade". *Revista Brasileira de Educação*, 16, 47: 333-361.

MAIA, Ari Fernando. (1998), "Notas sobre ideologia e educação". *Revista Interface-Comunicação*, Saúde, Educação, 2, 23-34.

PAES, Bruno Teixeira; PIPANO, Isaac. (2017), "Escolas de luta: cenas da política e educação". *ETD: Educação Temática Digital,* 19, 1: 6-25.

SOUZA, Elton Luiz Leite de. (2012), "Espinosa, Deleuze e Guattari: o desejo como metamorfose". *Alegrar (Campinas)*, 1, 10: 1-15.

THIESEN, Juares da Silva. (2008), "A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem". *Revista Brasileira de Educação*, 13, 39: 545-554.

# Ocupar como um ato político, entrevista com Leonardo Péricles

**Ana Bárbara Gomes Pereira**

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**Contato:**

anabarbaragomes-pereira@gmail.com

**Thiago Cordeiro Almeida**

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**Contato:**

thiagocordalmeida@gmail.com

**Resumo:** Ocupar como ato político. Ocupar como um potencializador das lutas urbanas. Ocupar para reivindicar. O nosso "Dossiê Ocupações" está com grande diversidade de abordagens e reflexões. Entre os temas tratados nos artigos dessa edição, contamos com ocupações escolares, ocupações artistico-políticas de espaços públicos e ocupações urbanas. Sobre este último tema, tivemos o prazer de ir à Ocupação urbana Carolina Maria de Jesus para conversar com Leonardo Péricles, coordenador do Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), integrante do Movimento Unidade Popular (UP) e morador da Ocupação Eliana Silva.

**Três Pontos:** *Boa noite Leonardo, desde já agradecemos por ter nos recebido na Ocupação Carolina Maria de Jesus para essa entrevista. Então, queria começar a entrevista querendo saber um pouco de como foi sua trajetória nos movimentos sociais e como chegou até à luta por moradia?*

**Leonardo Péricles:** Então, eu comecei a militância há 18 anos atrás, pouco mais de 18 anos. Eu comecei no movimento estudantil, a gente chama de movimento estudantil secundarista, é a turma do ensino fundamental, médio. Eu estudava numa escola que tinha bolsa, eu pagava uma mensalidade na escola particular, mas era uma mensalidade bem curtinha, tinha 90% de bolsa e ainda era o governo de FHC; e teve uma mudança da "Lei da Filantropia". Antes de existir esse negócio de ProUni, existia uma lei que era um negócio meio que "lei de pilantropia". Umas (escolas) faziam, outras não faziam, davam bolsa e outras não davam, critérios totalmente aleatórios. Lembro que o FHC mexeu nessa lei e a escola alegou que não teria mais a isenção de impostos como tinha antes e aí tinha que igualar as mensalidades, aí 90% do turno ou mais ia sair porque não teria dinheiro para pagar. Tinha um cara do movimento estudantil que pertencia ao UJR nessa época, e ele organizou uma turma para poder fazer uma resistência na escola. Foi um negócio muito interessante, nunca tinha participado e fui na onda com os amigos e quando vi eu me apaixonei:"poxa, esse negócio de lutar coletivamente, lutar organizadamente, existe mesmo?". Eu lembro que a luta foi vitoriosa:era uma escola católica, conservadora, nunca tinha tido um negócio desse lá, tanto venceu que a escola anunciou, dois dias depois dos atos, que não teria aumento enquanto houvesse estudante do turno noturno; e foi assim, mais 4 anos sem um centavo de aumento. E acaba que dos amigos que me chamaram, todos desistiram; só eu que continuei e esse amigo meu que já era na UJR acabou morrendo em 2001 num acidente que teve no Rio, uma tragédia. Aí eu entrei nesse movimento (UJR) e fui me dedicando. Eu fui pro movimento estudantil secundarista, fui organizar o movimento estudantil e tive a oportunidade de ajudar na fundação de uma entidade que existe até hoje que chama AMES (Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas). Eu fui o primeiro presidente desta entidade, de 2002 a 2004. Nesse período a gente reinaugurou as lutas aqui em Belo Horizonte pelo "meio passe", porque era a única capital que não tinha nada e hoje tem. E tem porque a gente começou a fazer essas lutas. Junto com isso, coisas que não aconteciam há muitos anos voltaram a acontecer: manifestações. A gente começou a organizar as escolas, organizar grêmios em muitas escolas: Estadual Central, Marconi, Imácula e várias outras. Começaram muitas manifestações combativas, numa época em que havia um movimento de refluxo dos movimentos sociais em geral, não tinha basicamente nada. Não era como hoje, com escolas ocupadas, prédios e tudo mais, era outro período. A gente ficou alguns anos intensamente lutando por essa pauta, começamos a espremer o prefeito, câmara, ocupamos a Câmara dos Vereadores, saiu em rede nacional, trancamos via, enfrentamos polícia, fomos presos (eu fui preso nesse processo umas duas ou três vezes) e eu lembro que em 2011 (eu já estava na universidade) foi aprovado o meio passe: bem limitado, bem diferente do que queríamos, mas pelo menos tem. Isso foi um avanço, uma coisa concreta que vi em minha vida que aconteceu porque tinha pressão da civilização, luta.

Fui à universidade, entrei em 2006, e entrei mais para organizar o movimento do que realmente para estudar. Nunca gostei muito da universidade, mas incentivo todo mundo a ir, incentivo toda essa ocupação para ir à universidade, eu só não acho que é para mim. Entrei em Biblioteconomia e fiquei até 2009/2010. Inclusive eu sofri um processo cabuloso na UFMG. Eu entrei pra organizar movimento mesmo, minha vida é isso: entrei e já fui pro D.A e a primeira luta que a gente teve foi acabar com a "taxa" porque era obrigado a pagar taxa na UFMG. A gente já entrou com uma ação declaratória e os advogados romperam: ninguém da ECI precisava mais pagar. E outras universidades começaram a entrar com processo para não precisar pagar mais. Depois disso, teve um aumento do "bandejão". Foi o período em que começava o ReUni, e começou aquelas filas quilométricas, começou a virar um caos: ou você comia ou estudava. A gente organizou e ocupou o "bandejão": ficou uns quatro dias duas mil, três mil pessoas (não sei mensurar quantas) e ocupamos o "bandejão" pulando a roleta, ficou conhecido na universidade como "movimento pula catraca". Algum tempo depois, a Reitoria abriu um processo administrativo contra os estudantes que ocuparam o "bandejão", era a vice-reitora, que comandou isso e o reitor[1]. Foi um negócio absurdo: eles tiraram foto dos dias em que estavam acontecendo os "pulão", organizaram o processo, intimaram centenas de estudantes para darem depoimento, foi um negócio "à la ditadura". Isso consta nos autos, está lá na universidade. Uma pessoa que inclusive lutou contra a ditadura, como abre um processo desses contra os estudantes? E ela ameaçou assim:"se você não entregar quem orga-

**10** Os nomes dos envolvidos foram omitidos como forma de resguardar a Revista de qualquer processo.

nizou isso, é problema para você", o que foi afunilando até chegar em sete ou nove estudantes processados, responsabilizados, como se fosse crime o que a gente fez por ter "invadido" o bandejão. Nesse período eu já tinha sido diretor da UBES quando era secundarista e virei diretor da UNE, fui ao congresso da UNE de 2009 e me tornei diretor. Ser diretor da UNE é um negócio muito doido: geralmente quem é tranca a matrícula durante um período, principalmente pela responsabilidade que eu tinha: eu era "diretor de universidades públicas". Fui para trancar matrícula e me impediram porque eu sofri o processo administrativo eneste momento tive que escolher e continuei com o movimento. Fui jubilado, mas na prática, considero que fui expulso da universidade, pois não me deram o direito de trancamento. Um negócio absurdo, que não considerava quem fazia movimento estudantil, porque acho que isso tinha que ser algo que a universidade considerasse como hora extra e créditos, pois isso é importantíssimo para o Brasil:a UFMG só é pública até hoje porque tem movimento estudantil histórico que não deixou privatizar, se dependesse dos neoliberais não existiria universidade pública mais não. Então, é um negócio muito importante para a sociedade, é uma escola de vida, muito do que eu faço hoje é por causa dos movimentos, eu recomendo todo mundo, "façam, pelo menos um pouco". Dizem que quem é de movimento social não estuda, pelo contrário, estuda mais ainda, porque vai fazer o movimento e ainda ir para a sala de aula, é algo muito mais complexo. E outra que eu sou de periferia, então era muito difícil para mim, que morava em Contagem e era muito distante; chegou até um período que eu consegui a moradia, só que eu não me adaptei também porque isso de morar sozinho não era para mim. Então, eu não me encontrei dentro da universidade, eu não via lógica em continuar. Sempre insisto que não estou falando contra a universidade, contra a academia; tenho muitas críticas, mas acho que temos que ocupar aquele espaço, negros e negras principalmente e as periferias também.

Como eu entro nesse movimento de moradia? O MLB existe desde 1999, é nacional, nasceu principalmente em Minas e em Pernambuco que já tinham ocupação e da ocupação que surge o movimento. Por exemplo, aqui em minas, a ocupação da "Vila Corumbiara" foi uma ocupação na década de 90, no Barreiro, que foi uma ocupação histórica. Por quê? Porque ela reinaugura um processo de luta por moradia em Belo Horizonte. Em que sentido? Quando o PT chega à administração (em 92, se não me falha) e inicia a gestão do Patrus – era outro PT, não era esse PT de hoje não, e eu não sou "antipetista" não, acho que ele sofreu um processo de transformação que se distancia dos objetivos da esquerda. Falo isso porque nessas gestões, eram gestões avançadas. O Patrus em Belo Horizonte passa por uma política habitacional organizada, importante, passam a ter núcleos de moradia, gente do movimento influenciando na política habitacional direta, começaram construções de moradia, criou-se uma política. Coisa que não tinha antes passou a ter, foi um processo muito importante. Qual foi o problema? Parte dos movimentos não entenderam os direitos de influenciar e as lideranças foram todas para dentro do governo, abandonando as ocupações e então, com o passar do tempo, ocupação passou a ser criminalizada pelos próprios petistas, "pois agora tem política". Só que tinha uma política que, embora fosse importante, quais eram os grandes problemas dessas políticas habitacionais históricas aqui no Brasil? Elas nunca deram conta da demanda toda. Então, se ela não dá conta da demanda toda, ocupar é direito, é legítimo, porque sua família está na fila, não tem para onde ir. Quem luta para não ter mais ocupação? Os movimentos legítimos de ocupação. Nós é que lutamos para não ter mais ocupação, ter moradia para todo mundo, que aí não faz sentido, ocupar para quê? Passar lona, enfrentar polícia... eu não faria isso. E aqui em BH começou isso, a "Vila Corumbiara" e outras ocuparam, em março de 1996, na gestão do Patrus, no terreno abandonado do Barreiro. Quatrocentas famílias ocuparam e falaram "nós precisamos!" e aí o "pau quebrou" mesmo. Foram cercados, cada dia um batalhão de choque, um monte de gente armada com facão e foice, um negócio extremamente tenso da história que não se conta. Geralmente tem de um lado o choque e do outro lado o povo, e ia morrer gente. Eles ficaram cercados vários dias, bebendo água do córrego, pessoas passaram mal, mas não saíram. Nisso, se mobilizou uma rede imensa de solidariedade, inclusive da UFMG, de várias áreas que foram ajudar e essas famílias venceram e iniciou um processo importantíssimo de uma ocupação inteira, que começou na lona, e se tornou um bairro. Você vai lá na Vila Corumbiara hoje e ela tem até título de posse. Como? Com o movimento ocupando, fazendo luta. Eu aprendi, porque eu tive a oportunidade de ainda no movimento estudantil secundarista conhecer a Vila Corumbiara, era uma referência. Eu ia lá ajudar, fazer festa. Aí eu tive a oportunidade de conhecer uma mulher que se chamava Eliana Silva, que dá nome a uma das ocupações do movimento. Por quê? Porque ela é uma referência, mais da metade das coisas que eu aprendi foram com essa mulher. Ela era a principal liderança do MLB, ou uma das principais lideranças, pois tinha também o marido dela.

**TP:** *Ela ainda é viva?*

**LP:** Não, ela morreu em 2009, vítima de um câncer de mama. Isso foi um baque no movimento. E o movimento se desorganizou muito em 2009, 2010, 2011. Em 2011 eu fui chamado se queria atuar no MLB. Aí foi isso, sair de tudo que eu fazia antes, largar tudo. Juntei a fome com a vontade de comer, porque eu já não tinha casa também, morava de favor com minha mãe, e caí pra dentro. Era um negócio que era pra ser momentâneo e cá estou eu, de 2011 até hoje no movimento de moradia. Eu vou [em 2011] para ajudar a reorganizar o MLB em Minas Gerais, a gente começou lá na área da Vila Corumbiara, encontramos outros companheiros que estavam meio soltos, preparamos nove meses e fizemos a Ocupação Eliana Silva no Barreiro em 2012. Essa é a marca do processo de reorganização do movimento aqui [em MG]: uma coisa é o MLB antes da Eliana Silva e outra é depois da Eliana Silva. Dali pra frente a gente começa a ser um dos principais movimentos de luta por moradia do Estado e ajudar ao MLB a ser um dos principais no país também. Tem outros com mais expressão que nós, tem, por exemplo, o MTST, mas nós somos um dos que estão aí, que faz ocupação em várias partes do

país. Enfim, não se vendeu ou se vinculou às gestões, mesmo à do PT que tinha cargo a oferecer. Inclusive, participamos da "institucionalidade" quando se deve, fazemos parte do conselho nacional das cidades. Nos lugares em que a gente tem condições de participar das políticas habitacionais municipais e estaduais, a gente vai, mas entendendo que ali é um pedacinho pequenininho e o principal é a luta.

Pra nós, pro MLB, ocupação urbana, ocupação de terreno, ocupação de prédio está para o movimento de moradia como a greve está para o movimento sindical, movimento dos trabalhadores. É basicamente isso. Pelo pouco que entendo, sindicato de verdade faz greve, se ele não fizer, ele caminha pra conciliar com o patrão e vira "pelego", que é o nome. Movimento de moradia que não faz ocupação estaria nesse mesmo sentido, considerando a especulação imobiliária, que gera a impossibilidade de resolver o problema, porque não vai resolver. Nós vamos derrotar esses latifúndios como? Olha isso aqui [mostrando as estruturas da sala onde se realizava a entrevista e também ocupação em ótimo estado], essa estrutura estava abandonada, sem cumprir função social nenhuma. Tem 200 famílias aqui dentro. Se você não ocupa, esse pessoal estaria onde agora? Então é isso, se não fizer, você vai estar contribuindo para o inimigo; é manter as coisas como estão.

Um pouco da minha trajetória no movimento é isso, contando que desde 2015 para cá eu também participo de uma articulação com outros movimentos do país para articular um partido chamado Unidade Popular (UP), que você já deve ter visto alguma coisa. Estamos coletando as assinaturas – algo extremamente complexo de montar no Brasil, ainda mais quando é partido de pobre, pois estamos montando sem dinheiro de Odebrecht e etc. Queremos combater isso aí, queremos fazer uma composição autônoma. É um negócio extremamente complexo, pois falta dinheiro, falta recurso, falta tudo. Você é obrigado a fazer num prazo de dois anos. Algo extremamente antidemocrático, que é feito para não ter mais partidos.

**TP:** *E falando mais sobre ocupação, como é a construção diária de uma ocupação? Os maiores desafios, as demandas, a conversa com o Estado, as lutas pelos direitos diários (luz, água, etc.), como são essas dinâmicas?*

**LP:** Cada ocupação tem suas particularidades, uma linha geral do movimento se aplica do sul do país até o norte e tem as especificidades. Então, até dentro de uma cidade igual a Belo Horizonte você terá especificidades diferentes de ocupações e de tipos de ocupação. Exemplo, aqui, quando entramos nesse prédio já tinha água, luz, inclusive as lâmpadas, ligação elétrica, cozinha, muitos banheiros (embora a parte hidráulica seja horrível), uma certa segurança e uma localização maravilhosa (Afonso Pena com Savassi). Morar nessa área é só alegria, ao lado da área hospitalar, do parque, do centro, dos ônibus para todos os lados; acho que esse negócio de morar no centro é uma política f... Esse negócio de morar no Centro é um negócio que se os pobres souberem disso, botarão para quebrar, o caminho é esse, a infraestrutura está aqui. Isso é um favor para o Governo, pois eles não vão precisar de ônibus, de asfalto, de nada. Então têm muitas realidades diferentes. A [Ocupação] Eliana Silva, que é onde eu moro, viveu um processo muito cabuloso, porque foi tudo conquistado por luta. Por exemplo: para conseguir água, desde o início foi "gato": "gato" para água, "gato" para energia. Só não permitíamos fazer ligação nas tendas de outros. Por quê? Porque é medida de proteção para não pegar fogo. Igual aqui [Ocupação Carolina Maria de Jesus], a gente não permite botijão de gás individual e se insistir a família pode até ser expulsa, pois vai colocar em risco a vida de outras pessoas, não tem outro jeito. Guerra é assim, você não tem muita democracia, não vamos discutir, vai morrer gente e tem que ser assim. Então, a gente viveu uma situação muito complexa para conseguir água lá, com pressão para cortar o tempo todo, mas a gente nunca deixou. Nosso movimento tem uma característica: a combatividade e não temos medo de lutar. Até fazemos parte de uma frente que chama "Povo Sem Medo" e uma das coisas que gostamos é o nome. Movimento com medo de lutar não é movimento, inclusive temos que nos preparar para ter condição de lutar sem medo, entendendo que a luta é coletiva, sozinhos não valemos de nada. E só pra você saber como a gente conquistou a água oficialmente: sequestrando o caminhão da Copasa. Nós ficamos quase quatro anos no "gato" e cansamos, chegou uma vez que faltou dez dias de água e fizemos uma pressão, ocupamos a Estação Diamante [estação de ônibus] e o Ministério Público entrou com ação contra a COPASA. Ela perdeu e foi condenada a pagar R$ 10.000 por dia de multa se não nos fornecesse água. Como a COPASA foi fornecer água? Caminhão pipa. Eles iam uma vez por semana e não enchia nem uma caixa d'agua. Mais uma vez, meses depois, faltou água de novo, oito ou nove dias, quase metade da ocupação ficou sem água. Aí chegou o caminhão dentro da ocupação, conversamos um com o outro, olhamos o caminhão dentro da ocupação e é isso aí: chegamos para o motorista e dissemos "desce aí que o caminhão não vai sair não". Tratamos o motorista bem, demos água, café, almoçou, etc. Falamos que o caminhão não ia sair, que ligasse para o seu patrão e falasse que o pessoal disse que não ia sair e acabou. Ligamos para a COPASA e dissemos que não ia sair mesmo, ameaçaram chamar a polícia e dissemos "chame que nós vamos meter fogo no caminhão, é isso". Foi assim, tensão. Com toda essa luta do meio-passe aprendi também que não tem conversa, tem que chegar na mesa e dizer "vão fazer, vocês têm que fazer"; inclusive quando você sabe do seu direito, desculpe o termo, f...-se. Fizemos assim: sequestramos o caminhão e falamos que só saia quando ligassem a água. Depois de um dia inteiro de tensão, um superintendente da COPASA ligou para mim e falou "Léo, libera o caminhão aí. Amanhã eu estou indo aí e nós vamos ligar a água". No outro dia de manhã ele foi lá, foi uma das maiores assembleias que já fizemos na região; foi gente das ocupações do lado – porque lá é um vale que têm sete ocupações – e ele falou para o povo todo que faria. Passou um mês e meio de preparação, a COPASA começou a entrar com os canos e ligaram a água, o esgoto. Inclusive eles dizem que os pobres destroem o meio ambiente: nós ficamos uns três anos usando esgoto alternativo ecológico chamado "TEVAP", um esgoto de bananeira que

impede o contato do esgoto com o solo e desse jeito a gente não matou a nascente que tem na ocupação, preservamos ela até a COPASA chegar. Energia, para conseguir, tivemos que ocupar a CEMIG e aí ela colocou os postes e ligou, só que ainda faltava iluminação pública. Ocupamos a câmera e conquistamos a iluminação pública. A [ocupação] Eliana Silva foi a primeira, havia mais de uma década que não existia esse tipo de coisa -que é a Prefeitura, em obras do Estado, organizar uma ocupação. A última ocupação a ter sofrido um processo desse foi há uma década. Quando a gente teve essas conquistas abrimos processo para as outras terem, por exemplo a [ocupação] Camilo Torres, [ocupação] Dandara; enfim, abrimos brecha para outras ocupações serem regularizadas, porque não existe justificativa legal para dizerem que você não vai ter água e luz. Até as convenções de guerra garantem: vai para outro país, água e luz nos acampamentos são garantidas.

O centro sempre foi o enfrentamento, luta, para chegar ao que queremos. E ainda tem mais a caminhar.

**TP:** *E o que o ato político de ocupar tem a nos ensinar sobre democracia, sobre autogestão (construção coletiva) e nos ajudar neste momento a lidar com essa crise democrática?*

**LP:** As ocupações conseguem dar vários exemplos importantes para nós, inclusive do que significa real democracia. Igual eu falei, não dá pra ser muito democrático em algumas horas e não dá mesmo. Em meio a uma guerra, você não tem muito de "podemos ou não enfrentar polícia?", não tem jeito; "o cara quer cortar energia e eu não quero ir lá enfrentar", sim, então não esteja aqui, temos que enfrentar senão, não vamos estar aqui. As famílias entram no processo e a gente explica: é tenso, você não está vindo para a "Disneylândia" não, você está num processo em que terá que lutar, você é obrigado a fazer isso – então começa aí. Depois disso, tem vários processos interessantes, como as decisões coletivas. É claro que há operacionalizações do dia-a-dia que são tomadas por alguns, mas todas as decisões mais sérias são aprovadas em assembleia, exemplo: a [ocupação] Carolina Maria de Jesus está em processo de negociação, existe a possibilidade da gente sair daqui e ir para outro prédio, todas as propostas foram construídas com os moradores e a proposta final foi aprovada em assembleia esses dias, decidida coletivamente. Precisamos das pessoas participando para lutarem com a gente, porque se ela não se sentir parte do processo ela não vai lutar. O que é um pouco do que a gente vê nessa falsa democracia que a gente vive: o que a gente decide? Só o voto, pois o resto... Orçamento não é a gente que decide, o que é prioridade não é a gente que decide. As ocupações nos ensinam isso, nos ensinam que as pessoas têm que participar, então qual é a obrigação aqui dentro: tem que participar, tem que ir à assembleia, tem que dar a opinião dele. Se não quiser falar, tudo bem, mas a gente insiste, pois precisamos saber; a gente é educado nessa sociedade a não falar e as ocupações vêm nos mostrando outro caminho.

As ocupações têm outro exemplo importante: segurança pública. Os índices de violências nas ocupações urbanas são pequenos comparados com a sociedade em geral e eles vão aumentando, proporcionalmente, quando vai diminuindo o grau de organização coletiva dessas comunidades enquanto elas mantêm assembleias, decisões por rua – como a MLB faz: forma conselhos da ocupação composto de representantes por rua. Quando se mantém esse básico de organização, os índices de violência são muito baixos. Eu vi isso acontecer em muitos lugares, a [ocupação] Izidoro é um exemplo disso. As coisas erradas existem, vão existir, mas será com muito mais dificuldade, pois elas vão bater de frente com uma organização social fechada.

E com muito pouco recurso você consegue fazer muita coisa se o trabalho é coletivo. Por exemplo, na [ocupação] Eliana Silva a gente tem uma creche que funciona sem nenhum centavo do poder público, são seis anos de ocupação e quatro anos da creche funcionando ininterruptamente. Funciona como? Pais, mães e comunidade ajudando, padrinhos e madrinhas que vêm de fora; e ajuda da igreja, principalmente a Igreja Católica, com financiamento de projetos e financiamento coletivo, que já fizemos. Mas se olhar o quanto já gastamos comparado com o que o poder público gastaria, é muito diferente. Então, essas instituições [se referindo ao poder público] são muito mal organizadas, porque são administradas por quem não pisa no barro. E o esforço que o MLB faz é que essas pessoas que vêm da periferia, de baixa renda, que nem passaram na universidade, que elas se esforcem para mandar, mas não é mandar no outro não, é mandar de exercer poder, a gente chama isso de "poder popular", exercer direção das coisas, não ser educado, quebrar essa ótica de "sim, senhor". É muito difícil, nós estamos num sistema capitalista, a influência do sistema é infinitamente maior que o movimento, então, a tendência é que as ocupações reduzam seus graus de organização e que com o tempo a influência dessa cidade capitalista seja maior que a do movimento, mas a gente trabalha para minimizar o máximo disso.

"A gente defende essa concepção pós-moderna que está aí, do lugar de fala?" Não, sou contra isso. Quem veio de fora também pode. Inclusive, sem os elementos de fora, nunca as classes trabalhadores conseguiriam se libertar, porque a consciência histórica vem de fora. As possibilidades de libertação vieram de fora, com a concepção de ganhar aqueles de dentro com o objetivo que precisam se libertar, isso é legítimo. É essa um pouco da concepção que a gente tem. Eu, por exemplo, não vim do movimento sem teto não, vim do movimento estudantil e ajudei com as concepções que eu tive de outros lugares para desenvolver o trabalho. Se fosse essa ideia de que só quem está lá é que pode fazer, eu não tinha nem entrado. Por isso que eu não acredito nesse negócio de lugar de fala. Fidel Castro não era camponês, pobre, nem nada; inclusive, a primeira terra a ser expropriada na reforma agrária, em Cuba, foi a terra da família dele. Marx e Engels não vieram de família pobre, inclusive Engels era filho de industriais e foram os pais do processo de libertação histórico que foi o marxismo. Então, não acredito que tenha esse negócio de lugar de fala não, acho que depende da decisão de quem está aí desenvolvendo o trabalho, sem nunca menosprezar a inteligência de quem está ali. Está na moda falar de

"empoderamento", eu não gosto muito dessa palavra não, mas você tem que dar poder a essas pessoas para elas decidirem, para elas fazerem, para elas verem que elas podem, porque o sistema trabalha o tempo todo para te jogar para baixo. Nós, negras e negros, nesse contexto, isso é importantíssimo para nós, pois a maioria da população é quem? É de que cor? E vai para uma ocupação... Aí pensa no quilombo lá atrás e pensa hoje... Esses desalojados têm cor, classe social, renda e, geralmente, estão nos serviços mais precários da sociedade, por isso mesmo não têm casa. E essa turma toda, as mulheres, principalmente, são educadas a abaixar a cabeça; uma das coisas do processo de libertação nosso é mostrar que a gente pode dirigir, que a gente tem capacidade, que a gente consegue. Quais foram os processos encucados na cabeça de nós, negros? É que somos inferiores, que não conseguimos, que a gente "caga na entrada e caga na saída", que não temos condição, que não damos conta, que a gente está destinado a trabalhar e pronto. Esse sentimento é muito forte na cabeça das pessoas até hoje, século XXI, 130 anos depois da abolição formal,. Então, alguém tem que trabalhar isso, nosso movimento faz um trabalho bem pequeno e é preciso fazer mais.

**TP:** *Com todo esse fervor, contando um pouco sobre essa temática da volta histórica de luta por igualdade racial que a gente tem e nesse contexto político que foi falado sobre o nosso país: quais são algumas perspectivas e percepções que você tem para o Brasil em um futuro (próximo ou longo) diante dessa luta, tanto por direito à moradia quanto por educação, saúde, igualdade racial e igualdade de gênero?*

**LP:** Saímos da moradia e vamos para algo mais macro... Quem dera tivéssemos a solução para o que acontece no Brasil... Não temos, infelizmente [risos]. Mas eu acredito muito, até por ser marxista - a base do que falo é nessa cosmovisão - a gente acredita muito que se a classe trabalhadora, os pobres e conjunto dos explorados e oprimidos deste país não se levantarem, não vai ter nada. E se levantar é romper com os ricos, temos que tirar os ricos do direito de continuarem mandando, na minha humilde forma de ver as coisas. Nós estamos vivendo num processo muito difícil de descrédito da esquerda, embora a direita esteja ajudando muito para que isso ocorra, como com toda essa perseguição do nosso ex-presidente Lula, prender ele de forma totalmente arbitrária, sem provas alguma... O que fica nítido que o problema não é corrupção, pois o Aécio está aí "de boa", o Temer, Gedel, o Eduardo Azeredo (ex-governador do PSDB) foi condenado em segunda instância e está solto, então, temos que ver a seletividade que tem esse judiciário, que nunca foi progressista no Brasil. Um bando de branco das classes dominantes que não querem mudar nada. E uma parte desse descrédito da esquerda é porque gente de esquerda foi se aliar a esses que sempre estiveram contra o povo. Isso é verdade, 12 ou 13 anos de governo e uma aliança que foi boa? Foi, teve coisa legal, migalhas para os pobres, cotas (o que foi muito importante), ProUni e ReUni foram bons, Minha Casa Minha Vida também. Mas como que foi para destruir isso aí? Temer entrou num golpe institucional, sem precisar de tanque, e no primeiro ano já arrebenta com praticamente tudo: cria a PEC que congela os investimentos por 20 anos... Então, essa aliança mostrou que não é o caminho.

"O que tinha que ter sido feito Léo"? Não tenho a fórmula, é difícil mesmo. Ser esquerda nunca vai ser fácil, tomar o poder não vai ser, não tem meio caminho. "Ah, o PT ganharia em 2002?" Provavelmente não, mas ganharia quatro anos depois. E se não ganhar, beleza, vamos para o enfrentamento. Para o nosso modo de ver, não é possível ter democracia se não quebrar o 1%, os ricos, os super ricos, os donos dos meios de produção do Brasil, aqueles que são mais ricos que os outros 99%. Se não quebrar isso, nenhum projeto político de libertação será possível no Brasil. Ir para o enfrentamento com essa turma vai ter golpe, vai ter exército, o "pau vai quebrar". No meu modo de ver, não existe forma de ter democracia para a maioria no Brasil, porque quando fala democracia não é para todo mundo. A super concentração que o Marx falou lá atrás se confirmou cabalmente quando a ONG Oxford, há três anos, indicou que 1% da população é mais rica que os 99%; Marx falou isso lá atrás. E a tendência no próximo período é barbárie, guerra, fome e não estou aqui sendo porta-voz da desgraça não, é só olhar o que está acontecendo.

"E não tem nada de positivo?" Tem muita coisa importante, muito movimento novo. O MLB a gente considera que está no meio dessa turma nova; movimentos, organizações, coletivos. A universidade é um exemplo disso, cheio de coletivos novos se organizando, ainda meio perdidos, isso é um problema da esquerda nova. O que é importante: há um movimento contra isso que está acontecendo, contra o golpe institucional, contra a fascistização, existe um processo de resistência, extremamente disperso e desorganizado, mas existe. Isso para nós é extremamente importante, porque tem uma vontade de fazer algo, de tentar mudar. E esse histórico que é social – que a gente chama de social-democracia – que é essa turma do PT, PCdoB, qual é o grande legado negativo que eles nos trazem? Uma domesticação dos movimentos sindicais, populares, de não ir para o enfrentamento. Eu vou dar um último exemplo do que eu quero dizer sobre o que é esse enfrentamento: o Brizola. O Brizola, pouca gente sabe disso, houve um processo quando o João Goulart era para assumir, em 1962, e os militares não queriam deixar ele assumir porque diziam que era comunista, de esquerda e tudo mais. Começa a pressão e o que o então Governador do Rio Grande do Sul, Brizola, faz: convoca um negócio chamado "campanha da legalidade". Uma rádio do estado começa a chamar o povo para a resistência, e não só isso, a rádio chamou os movimentos populares da periferia e chamou os trabalhadores para a resistência; convocou a brigada militar, sob comando do governador, e começou a distribuir arma para o povo, para o povo resistir e convoca a resistência armada utilizando a institucionalidade. Ele usou o Governo do Estado, não usou outra coisa, usou o Governo burguês para organizar o povo para resistir a um golpe. O comando militar do sul disse "bombardeiem o Palácio Piratininga", só que esqueceu de combinar com os sargentos que pilotavam os aviões que disseram que não iriam se voltar contra o Brizola e contra o povo, pois tinha cem mil pessoas na praça do Piratininga. E o que aconteceu? O comando geral do exército teve

que recuar do golpe e o golpe não aconteceu em 1962; e o João Goulart assumiu. Isso tudo eu estou falando dentro da institucionalidade burguesa. Hoje, os parlamentares são um bando – assim, têm exceções, não generalizo o que estou falando – mas os parlamentares, hoje, em sua maioria, mesmo os que se dizem de esquerda, são um bando de conciliadores; vou dizer outra palavra para me referir a eles, são um bando de "merda". Não fazem o uso daquela "merda" daqueles mandatos que eles têm para ir para o enfrentamento contra esse Estado que está aí. Essa institucionalidade é importante para se usar para quebrar isso e não concordar com isso. E o que eu me refiro a "isso"? A Dilma, no meu modo de ver - não é a Dilma enquanto pessoa e mulher, porque eu acho que é uma guerreira, enfrentou um processo cabuloso, um machismo, uma misoginia para poder tirar ela, não foi só um golpe político, mas também foi misógino, anti-mulher e para mostrar assim "mulher não pode governar" - mas a questão principal: eu acho que ela não tinha que ter saído do Governo, mande o exército tirar, pronto. Não saia, convoque a resistência, se é golpe, vai sair? Vamos resistir, vamos "pro pau". O PT e PCdoB, esses grupos, a esquerda do Congresso Nacional tem sempre poucos parlamentares, se cada parlamentar desses botasse dez pessoas para dentro do Congresso e ocupasse, criasse tensão, botasse pra f... mesmo. O que eles tinham a perder? E por que não se faz isso? Está domesticado, não adianta, não existe possibilidade de alteração. No meu humilde modo de ver, quem sou eu para falar do Lula, eu fui na Faculdade de Direito para falar de conjuntura e falei isso "quem sou eu, sou Leonardo Péricles, quem sou eu perto do Lula", a maior liderança do Brasil. Se ele fosse numa praça aqui iria juntar milhares de pessoas, ele é a tradução de um processo histórico, é a maior liderança e o segundo eu nem sei quem é, mas está muito longe do primeiro. Eu acho que ele não tinha que ter se entregado, ele preso lá [no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC] não iriam tirar ele de lá, eu luto para tirar também, eu nem votaria no Lula no primeiro turno, no segundo, vendo que a situação está grave e não tendo outro jeito eu votaria, beleza. Mas o direito dele de ser candidato, de estar livre... É um absurdo o que está acontecendo, de um fascismo impressionante, um cara igual ao Lula estar preso. Se eu fosse ele, eu não me entregaria, ainda mais com aquela multidão na porta... Que estrutura militar, que planejamento militar que entraria ali no meio? Não existe nenhuma força policial que enfrentaria aquela multidão para entrar no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC histórico para retirar o ex-presidente Lula ali de dentro, não tiravam. E se ele usa a internet, começasse a convocar a resistência, o "pau ia quebrar"... O problema é esse, essa turma não quer isso. Qual o grande problema do Lula lá, essa domesticação, esse negócio de "eu acredito na democracia", que p... de democracia? Que tirou a presidenta do partido dele sem ter cometido crime nenhum? Que possibilidade de alteração tem? O que estou falando, assim, quando você faz uma pergunta dessa, é muito complexo, porque o enfrentamento é aí. Por que estamos montando a UP [União Popular]? Porque a gente acredita que tem que ter um partido para fazer isso, não vai resolver tudo não, não somos salvação, mas é para dar esse exemplo que nós temos que ir pra luta. Eu não tomaria esse prédio aqui conversando, não tem jeito, eu vou tomar "na marra", é a maioria que manda, é o coletivo que decide e é assim que tem que ser na bolha institucional. Se não for assim, não serve para nada o parlamentar e por isso que o povo está descrente, olha e pensa "o que isso vai mudar na minha vida?", todo mundo ia votar no Lula, legal, mas por que não foram milhões de pessoas para a rua então? Porque era pra ter ido... Igual foi na Venezuela quando era pra prender o Chaves. Por causa disso, dessa conciliação de classes, é um negócio que não trabalha para mudar.

"Quer dizer, então, que a UP que vai resolver?" Não sei, eu não tenho como dizer. Agora, que aquilo que foi feito não vai resolver, disso nós temos certeza, e o que pode resolver é o enfrentamento. Agora como vai se dar a capacidade de organização dessas forças? Porque qualquer enfrentamento desses vai ser um trabalho de unidade, de uma esquerda imensa, de muita gente... Não vai ser um partido, vai ser uma articulação gigante, mas com um propósito: o enfrentamento diante do que está aí, essa elite branca, racista, burguesa, reacionária, anti-povo, que domina desde sempre. É a mesma elite que invadiu o Brasil e matou nossos irmãos indígenas. Nunca houve um processo revolucionário que tirasse essa elite do poder. Então, não tem outro jeito no nosso modo de ver. É isso.

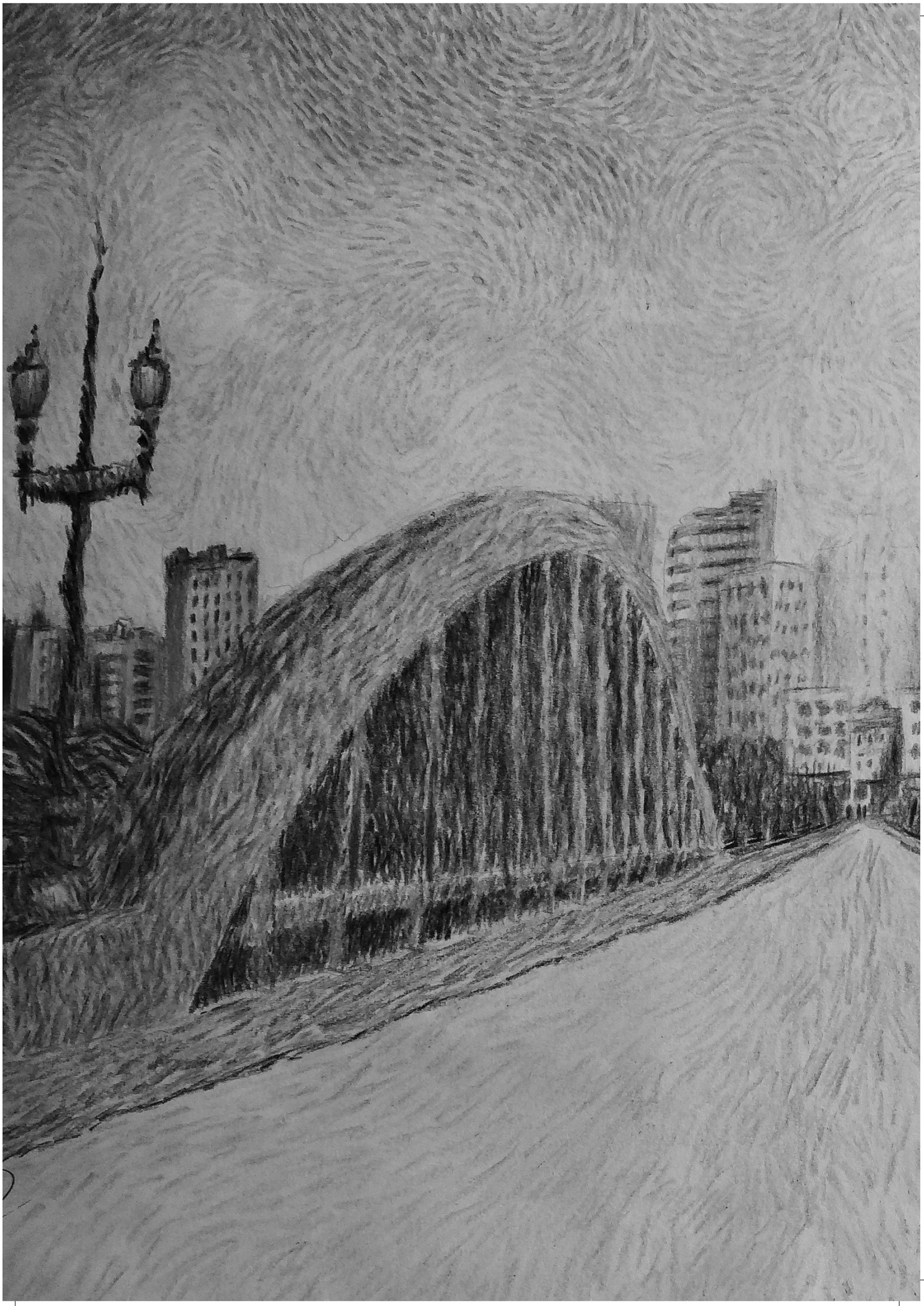
**TP:** *Na última pergunta queria que você falasse um pouco sobre essa dicotomia que sempre é acionada para criminalizar as ocupações entre direito à propriedade e direito à moradia.*

LP: Ótima pergunta. Entra muito desse contexto que estou falando. Ao contrário do que muita gente acha, a propriedade não é absoluta, porque a gente está numa sociedade capitalista e o modo de pensar da classe dominante vai valer até para o pobre. Muito pobre vai pensar que na casa dele ele pode fazer o que quiser, e não pode fazer o que quiser. A questão central da propriedade, em nossa opinião, não é o pequeno, é o grande, nosso grande problema é histórico. Por que como as classes dominantes trabalham? Elas são espertas: elas tentam passar uma ideia de que todo mundo é proprietário, inclusive os pobres. Então os pobres têm a casa deles e, "cuidado, daqui a uns dias eles vão invadir suas casas"; a classe média, "cuidado, vocês ficam apoiando eles, daqui a uns dias estão ocupando seu apartamento"; isso é uma coisa de uma imbecilidade, de uma idiotice... Mas que infelizmente ganha seus comuns, nós nunca vamos ocupar o apartamento de ninguém. Fui num programa de TV, olhei para a câmera e falei "olha, não quero seu apartamento, sua casa". Nós queremos é grande propriedade, essa que é o problema. Movimento Sem Teto, histórico, Movimento Sem Terra, histórico, lutam contra a grande propriedade, o pequeno e o médio são avaliados, mas a chance de ele virar sem teto é muito maior do que a chance de ele virar proprietário. Até o cara da classe média, a chance de virar sem teto ou virar rico, olha, 90% ou mais, sei lá, de virar sem teto. Então, a grande propriedade é que é o problema. Por exemplo, se esse prédio tivesse todo ocupado e só tivesse um andar, ocupar um andar com 200 famílias? O que eu vou fazer com esse um andar? Se tiver usando, ótimo. Por que a gente ocupou? Porque

só tem a lotérica lá embaixo e as antenas dos grupos de telefonia e 17 andares abandonados, sem cumprir função social, latifúndio vertical, esse nós ocupamos. Vamos ocupar o quintal da Dona Maria? Fazer o que com o quintal?! Então, sabe essas propagandas, elas são idiotas, elas não se sustentam, mas a gente não tem os meios de comunicação para falar isso. Essa é a questão. E mesmo esse proprietário dessas grandes terras, boa parte tem terra grilada; por exemplo, terreno que tem no Barreiro era do Estado, foram grilados, era para construir empresa e não aconteceu nada. Então, a parada é boa parte é grilada. Mesmo que o cara teve algum processo e comprou, ele não pode manter aquele espaço abandonado sem função social, porque a Constituição que previa direito absoluto à propriedade era a Constituição do Império, a do início do Séc. XX. Era isso: latifundiários que decidiam a maioria com votos de cabresto. A Constituição de 1988 garante a função social da terra, e não é só isso não, o Estatuto da Cidade, da época do Fernando Henrique Cardoso aprovado em 2001, prevê adequação da função social. Os "Instrumentos de política urbana", que é o nome do negócio que tem que ser aplicado nos municípios através do Plano Diretor. Os Planos Diretores nos municípios têm que estar voltados para entender a cidade a partir da necessidade da maioria, era para ser assim, e se os prefeitos do Brasil aplicassem, não existiria sem tetos. Eles iam pegar esses prédios e começar a taxar progressivamente, a Prefeitura pode desapropriar o espaço. Agora, qual prefeito fez isso ou faz isso? Aí entra o que eu estava falando das classes dominantes, os prefeitos são financiados por esses grupos. Por isso eu falo que não tem condição de quebrar isso sem enfrentamento, não dá porque eles mandam e não fazem. Estamos aqui em Belo Horizonte, Alexandre Kalil: "Governar para quem precisa", tem um ano e cinco meses de gestão e não tem Política Habitacional até hoje. Tem técnico bom, tem gente que está lá dentro da Prefeitura pensando, coisa muito legal, inclusive a gente tem contato, e não tem nada. E a última coisa, o grande problema da moradia no Brasil não é de construir moradia nova. Qual o erro do "Minha Casa Minha Vida", um dos erros, na minha opinião? Esse de sair construindo... O problema não é construir, o problema é que eles não queriam enfrentar a especulação imobiliária. O grande problema do Brasil é não aproveitar o que está pronto, a oferta do que está construído é muito maior do que de gente que precisa de moradia. Se você pegar Belo Horizonte e usar tudo o que tem construído, praticamente, resolveria o problema; se você pegar a região metropolitana, então, você resolve o problema todo, vai sobrar espaço vazio. Prédios iguais a esse, construções inacabadas, um monte de coisa que poderia ser levada para uma habitação de interesse social, que é o nome, habitação para família pobre, de baixa renda, inclusive no Centro. Por que não? Porque aqui é valorizado, porque há especulação imobiliária, projeto e não deixam. E tem um monte de outros prédios aqui na área central. É isso.

**TP:** *Bom, Léo, muito obrigado pelo papo, foi uma verdadeira aula para nós. E em breve, esta entrevista estará no nosso Dossiê "Ocupações", da Revista Três Pontos. E assim que estiver pronto, a gente te manda.*

**LP:** Com certeza, por favor, será um prazer.



# Ilustradoras e Ilustradores

## Marcos Paulo

**Ilustra a capa e as páginas 4, 44, 74/75**

Graduado em Ciências Sociais pela UFMG, Marcos começou a desenhar ainda criança e se desenvolveu a partir da técnica de desenho realista. Não frequentou escolas de artes e, por isso, atribui o aprimoramento dos seus estudos à "didática da persistência" e ao contato informal com grandes mestres. Atualmente tem se interessado por Aquarelas e outras produções em cores.

**Minha página:** https://www.behance.net/marcospaule541

**Email para contato:** marcospaulo.es@gmail.com

## Thaís Mesquita

**Ilustra a página 11**

Thaís Mesquita é ilustradora formada em Artes Visuais pela Universidade Federal de Minas Gerais e reside em Belo Horizonte. Além de ilustrar livros e revistas, trabalha também com pintura, design gráfico e design de joias.

**Minha página:** http://www.flickr.com/photos/thais_mesquita/

**Email para contato:** thamesquitasc@gmail.com

## Luana Andrade

**Ilustra a página 27**

Artista visual, arte-educadora e estudante da graduação em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Produz imagens em nanquim e acrílica mobilizada pelas pautas contemporâneas do feminismo. A série Pequenas Agressões (2015) parte de um processo de pesquisa, escrita, pintura, desenho e video performance, tendo como um tema norteador a violência simbólica de gênero. Atualmente investiga aspectos da arte relacional em seus processos criativos.

**Email para contato:** luanaandradd@gmail.com

# Nominata

Lista de Pareceristas:

**Raul Nunes de Oliveira** – raulnunescis@gmail.com – Doutorando em Sociologia na UERJ

**Fernando Vieira de Freitas** – fernandosemba@gmail.com – Doutorando em Antropologia Social na UFRJ

**Fabio Costa Peixoto** – fabiocope@gmail.com – Doutorando no IFMG

**Paulo Henrique Ribeiro Neto** – paulohrneto@hotmail.com – Mestrando na USP

**Greciane Neres do Nascimento** – grecianeneres@gmail.com – sem vínculo

**Stella Zagatto Paterniani** – stella.paterniani@gmail.com – UNB

**Daniel Leonel da Rocha** – daniel.leonel.rocha@gmail.com – Mestrado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

**Ana Beatriz da Silva** – biapossocial@gmail.com – Mestrado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

**Adrielma Silveira Fortuna dos Santos** – adrielmac.s@gmail.com – UFS

**Tayane Rogeria Lino** – tayanelino@gmail.com – ALBAM/UFMG

**Joscimar Souza Silva** – joscimar144@gmail.com – UFV

**Diego Matheus Oliveira de Menezes** – ego.matheus@gmail.com – UFBA

**Michel Belmiro** – mbilibio@unesc.net – UNESC

**Denise Nunes De Sordi** – denisends@gmail.com – UFU

**Frederico Alves Lopes** – a.fredlopes@gmail.com – UFMG